

ANAIS

FÓRUM REGIONAL DE



Patrimônio Cultural

MURIAÉ-MG
OUTUBRO DE 2022

APOIO:



toledo
INTERIORES

FUNDARTE
FUNDAÇÃO DE CULTURA



MURIAÉ
PREFEITURA
MURIAÉ
Cidade dos Bards

REALIZAÇÃO:

coletivo
CONSULTORIA

PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo Nº: 2021.2101.0375



GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.



Realização

Coletivo Consultoria

Apoio

Centro Universitário FAMINAS

Faculdade Santa Marcelina

Universidade Federal de Viçosa

Fundação de Cultura e Artes de Muriaé

Prefeitura Municipal de Muriaé

Patrocínio

Secretaria de Cultura e Turismo de Minas Gerais

Governo de Minas Gerais

Comissão Organizadora

Flávia de Mello Neves

Mariah Freitas e Menezes

Wesley Ferreira da Silva

Curadoria

Flávia de Mello Neves

Diagramação e Revisão

Flávia de Mello Neves

Francislaine Graveli de Assis

Mariah Freitas e Menezes

Capa

Francislaine Graveli de Assis

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA,
Protocolo Nº: 2021.2101.0375



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Cultural, 2º Fórum Regional de Patrimônio (10. :
2022 : Muriaé, MG)
Anais do 2º Fórum Regional de Patrimônio Cultural
[livro eletrônico] / 2º Fórum Regional de Patrimônio
Cultural ; organização Flávia de Mello Neves, Mariah
Freitas e Menezes. -- 1. ed. -- Muriaé, MG : Ed. dos
Autores, 2022.
PDF

Vários autores.
Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-00-61672-9

1. Cidadania 2. Cultura e sociedade 3. Memória -
Aspectos sociais 4. Espaço e cultura 5. Espaço urbano
6. Patrimônio cultural I. Neves, Flávia de Mello.
II. Menezes, Mariah Freitas e. III. Título.

23-143935

CDD-363.69

Índices para catálogo sistemático:

1. Patrimônio cultural : Memória e preservação
363.69

Henrique Ribeiro Soares - Bibliotecário - CRB-8/9314

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo Nº: 2021.2101.0375



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.



Sumário

Apresentação.....	4
Memória como Recurso Cultural do Território	6
Desafios das Políticas Públicas de Promoção da Memória	13
EIXO 1: MEMÓRIA COMO RECURSO CULTURAL DO TERRITÓRIO: MEMÓRIA, IDENTIDADE E EXPRESSÕES.....	18
MUDANÇAS NO MODO DE HABITAR NA REGIÃO DE JUIZ DE FORA, ENTRE OS SÉCULOS XVII E XVIII – APONTAMENTOS PRELIMINARES	18
A VIOLA EM MINAS GERAIS: Reflexões sobre o processo de patrimonialização da viola caipira.....	32
EIXO 2: MEMÓRIA, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	45
READEQUAÇÃO DECA: Uma metodologia para aplicação em edifício na cidade de Muriaé, MG	45
EIXO 3: DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DA MEMÓRIA: CIDADE COMO ESPAÇO PÚBLICO DE MEDIAÇÃO, NEGOCIAÇÃO E TENSÃO	59
POLÍTICA PATRIMONIAL E OS DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E DA MEMÓRIA.....	59
A MEMÓRIA DOS GALPÕES: O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E A MEMÓRIA OPERÁRIA EM UBÁ (1980-2020).....	73
EIXO 4: DISPUTAS DISCURSIVAS, REGULAÇÃO URBANA E PATRIMÔNIO	86
HISTÓRICO, MATERIALIDADE E VALORES DA GRANJA DOM DELFIM, ANTIGA FEBEM-MG: compreendendo o palimpsesto cultural ante a confusão e o esquecimento.....	86
Agradecimentos.....	108

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo Nº: 2021.2101.0375



MINAS GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Apresentação

O 2º Fórum Regional de Patrimônio Cultural é um projeto realizado com recursos do Fundo Estadual de Cultura por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais. E tem apoio da Prefeitura Municipal de Muriaé por meio da Fundarte, Faculdade Santa Marcelina, Centro Universitário Faminas, Universidade Federal de Viçosa e Toledo Interiores.

A cidade de Muriaé desde 1997 estabeleceu uma política de patrimônio cultural e vem, desde então, promovendo ações de preservação, incluindo difusão e educação para o patrimônio, e execução de instrumentos de proteção como inventários, tombamentos e registros. Em 2016 foi selecionada como Cidade Piloto da Agenda 21 da Cultura, programa da organização internacional CGLU, que fez com que a cidade voltasse seu olhar para ações de desenvolvimento sustentável, tendo a cultura como um de seus pilares.

Entre 2017 e 2020 o programa Cidade Piloto propiciou a realização de um plano de trabalho que continha atividades diversas, abordando alguns eixos do programa, no qual se destacam dois deles: Patrimônio, Diversidade e Criatividade; e, Cultura, Ordenamento Urbano e Espaço Público. Nesses dois eixos foram realizados: a primeira edição do Fórum Regional de Patrimônio Cultural (2018), e o Seminário Nacional de Turismo e Patrimônio Cultural (2019). Ambos contribuíram para compreender a abordagem da Agenda 21 da Cultura sobre as relações entre Patrimônio Cultural, Turismo e Desenvolvimento Sustentável, deixando evidente a necessidade de discutir e propor ações que tragam como eixo central o pensamento sobre as cidades sustentáveis. Mais do que alimentar reflexões, os eventos apontaram para iniciativas e potenciais locais que podem ser pensados e estruturados como políticas de investimento em desenvolvimento local sustentável, numa interlocução entre Cultura, Memória, Turismo e Planejamento Urbano que valorize os sujeitos, seus modos de vida, e os aspectos locais, bem como desenhando possibilidades de desdobramentos reais nos próximos anos.

No relatório final do programa Cidade Piloto com recomendações para implementação da Agenda 21 da Cultura, o consultor apontou como um dos desafios das políticas culturais do município, especificamente a manutenção de um programa de cultura e políticas urbanas com a realização bienal do fórum regional e do seminário nacional, em anos intercalados. Para a segunda edição, os apoios das instituições de ensino FASM, FAMINAS e UFV, além do apoio da Prefeitura Municipal de Muriaé por meio da Fundarte

APOIO:



toledo
INTERIORES

FUNDARTE
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA



REALIZAÇÃO:

coletivo
CONSULTORIA

PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo N°: 2021.2101.0375



MINAS
GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

foram de suma importância, e tem como intuito aproximá-los da realidade do patrimônio cultural das cidades da região, promovendo pesquisas e estudos que possam colaborar com seu desenvolvimento.

O 2º Fórum Regional de Patrimônio Cultural teve como objetivo fortalecer as discussões e reflexões sobre o Patrimônio Cultural Material e Imaterial de Muriaé e região, envolvendo questões teóricas e práticas no campo da preservação, dialogando de forma multidisciplinar com as diversas áreas do conhecimento.

O Fórum que aconteceu na cidade de Muriaé, estado de Minas Gerais, realizou atividades diversas, dentre elas mesas-redondas, palestras, apresentação de trabalhos acadêmicos, oficinas e exposição.

O tema da segunda edição do Fórum Regional de Patrimônio Cultural foi “MEMÓRIA, CIDADANIA E ESPAÇO URBANO” e pretendeu abordar como as experiências com a memória no início dos anos 2020 podem impactar o desenvolvimento sustentável na região nos próximos anos.

As mesas redondas tiveram como abordagem as seguintes temáticas:

- 1ª) Memória como recurso cultural do território: Memória, identidade e expressões; Memória e contextos culturais; Memória, Territórios e desenvolvimento local sustentável; Diferenciação de políticas de promoção da memória e de promoção da diversidade;
- 2ª) Desafios das políticas públicas de promoção da memória: Cidade como espaço público de mediação, negociação e tensão; Disputas discursivas, regulação urbana e Patrimônio; Gentrificação x cidades inclusivas; Democracia e os usos da cidade.



Memória como Recurso Cultural do Território

APOIO:



REALIZAÇÃO:

coletivo
CONSULTORIA

PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
 Protocolo Nº: 2021.2101.0375



APOIO:



REALIZAÇÃO:

coletivo
CONSULTORIA

PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
 Protocolo Nº: 2021.2101.0375



Para a primeira mesa redonda o palestrante José de Oliveira Junior fez sua apresentação seguida do debate com os demais convidados, com a seguinte composição:

José de Oliveira Junior é Mestre em Comunicação Social. Foi consultor UNESCO na implantação do Sistema Nacional de Cultura em MG de 2012 a 2013; Gerente de Apoio às Ações Colegiadas na Secretaria de Cultura de BH; Diretor de Museus na FMC-BH; Coordenador de Projetos do Departamento Regional do SESC em MG. É Pesquisador do observatório da diversidade e Consultor da Agenda 21 da cultura no Brasil. Atualmente é diretor de economia criativa da Secult-MG.

Pollyanna Lacerda Machado, como debatedora, é Bacharel em Museologia pela UFMG (2016). Atuou em alguns museus de Minas Gerais prestando consultoria para projetos expográficos, elaboração de Plano Museológico e atividades educativas (2016-2018). Atualmente está à frente da Diretoria de Museus e coordenou o Sistema Estadual de Museus de MG | SEMMG e seu Comitê Gestor nos últimos três anos.

Lívia Almeida Coura, como debatedora, possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora Mestrado em planejamento Regional e Gestão de Cidades pela Universidade Cândido Mendes Experiência prática profissional com escritório próprio desde o ano de sua formação em 2002, desenvolvendo projetos principalmente na área da Arquitetura Hospitalar. Experiência docente no ensino superior desde 2007, atualmente atuando no Curso de Arquitetura e Urbanismo da FAMINAS MURIAÉ Atualmente cursando o doutorado em Planejamento e Avaliação do espaço construído, na linha de pesquisa de Planejamento do Espaço Urbano e Regional, pela Universidade Federal de Viçosa.

Arthur Franklin, como debatedor, é Professor do Centro Universitário UniFacig, em Manhuaçu - MG, atuando nas áreas de patrimônio cultural, história e teoria da arte e arquitetura, representação, tecnologia e planejamento urbano. Arquiteto e Urbanista e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFV, doutorando em Arquitetura e Urbanismo também pela UFV.

Mariah Freitas e Menezes, como moderadora, é arquiteta e urbanista, foi Chefe do departamento de memória e patrimônio cultural da Fundarte de 2015 a 2019. Organizadora, mediadora da mesa redonda e parte do comitê científico avaliador de trabalhos científicos no I Fórum Regional do Patrimônio Cultural em 2018. Curadora da Mostra de Patrimônio Cultural e Oficina do Circuito Cultural Grande Hotel Muriaé (2018). Curadora e Diretora

Artística da III Mostra de Juventude, Diversidade e Literatura (2021). É sócia diretora da Coletivo Consultoria.

Flávia de Mello Neves, como mediadora, é graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora, é servidora pública da Fundarte desde 2008 atuando como arquiteta e urbanista do Departamento de Memória e Patrimônio Cultural, foi diretora geral da Fundarte entre 2017 e 2020, foi vice-presidente da Rede estadual de gestores municipais de cultura de Minas Gerais, é mestranda do programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania pela Universidade Federal de Viçosa.

A primeira palestra intitulada “Memória como recurso local” proferida por José de Oliveira Junior inicia com a citação:

A memória é um ‘sistema seletivo e referencial’, que compõe o conjunto das experiências, vivências, sentimentos, situando-os no momento presente. Nela convivem as representações do passado e do presente e as idealizações do futuro. (BARROS, 1999)

Abordou as questões da *memória como recurso* relatando que a Agenda 21 da Cultura aponta que a memória é um “recurso cultural do território” e precisa ser protegida, promovida e apoiada. E ainda, diz respeito à Observação do que nos rodeia e uma seleção daquilo com o que nos identifica naquele ambiente, as relações que estabelecemos com aqueles elementos do ambiente. Aponta também que o lugar do imaterial é o sentido do que aciona a memória pessoal e coletiva: “Não visualizo nem posso pegar, mas compõe minha concepção de mundo, meus valores e identidade”.

Ao refletir sobre *memória, identidade e expressões*, José Jr fala que memória, no sentido de “herança”, não é só o que eu ‘recebi’ de outros ou da sociedade, mas o que eu assumo como meu/nosso de tudo que me rodeia. Assim, tudo pode ser algo que aciona minha memória, minhas capacidades cognitivas. Sons, sabores, aromas: o apito do trem, o som da cachoeira, o som do carro de boi, a “trilha sonora de namoro”, o cheiro da comida feita em casa, o café passado, etc.

Nem toda memória é patrimônio, no sentido estreito, mas toda memória é recurso pessoal e coletivo.

APOIO:



toledo
INTERIORES

FUNDARTE
FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MINAS GERAIS



REALIZAÇÃO:

coletivo
CONSULTORIA

PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo Nº: 2021.2101.0375



MINAS
GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Já sobre *memória e contextos culturais*, aponta que o cotidiano da vida se realiza por meio de platôs compartilhados, conectados às nossas formações, à linguagem, aos padrões culturais que dão coerência e consistência à experiência no mundo. Questiona o que é relevante. E responde que um conjunto relativamente estabilizado de opções, hábitos, costumes vai se consolidando como aceitável dentro de grupos específicos, constituindo “padrões de relevância” (Alfred Schutz), sendo os elementos utilizados para comparar e validar o que se observa no mundo.

Ainda em relação à *memória e contextos culturais*, pontua sobre as seguintes abordagens: diferenciar identidade e processos identitários; a realidade, em perspectiva pessoal, é aquilo que tem relação direta com nossa experiência e estimula nossos interesses; os elementos culturais de cada um e os contextos são aspectos que cada um aciona na prática cotidiana para possibilitar as interações, traduções, negociações e tentativas; narrar a própria experiência, falar sobre si e sobre a própria comunidade pode ajudar a organizar o pensamento sobre si, a tomar consciência de si mesmo e do lugar onde se insere.

Sobre *memória, territórios e desenvolvimento local*, discorre que o patrimônio compartilhado articula nossas memórias, experiências, identidades, tradições e a capacidade de criar e inventar.

Acrescenta que a memória interfere na produção dos imaginários, nas próprias estruturas do sentir e do pensar, de expressar e negociar.

E ainda que a construção da memória é ligada aos ambientes onde vivemos: a repetição de determinadas imagens, sons, conceitos, formas de ver e conceber o mundo pelas opções disponíveis nos meios de comunicação podem nos predispor ao embaraço com o diferente, com o não traduzível.

Também informa que existe um processo de adoção e apropriação em jogo, através do qual um grupo se apropria de um território ou de um patrimônio/memória, não somente para lhe imprimir significações, mais ainda: para se identificar através dele, para criar novas articulações com o mundo, consolidar certas práticas ou experiências.

Discute que a memória pode ser vista como recurso de quem habita no lugar e de quem visita o lugar e também como forma de acionamento das “mediações cognitivas” do sujeito.

Explica ainda que o conjunto do que disponho no contexto e na memória alimenta as possibilidades de identidade, de troca, de criação e inovação >>> Recurso que eu e minha comunidade utilizamos para potencializar quem somos e como nos relacionamos com o mundo.

Afirma que os idiomas, dialetos, jeitos de falar, gostos... Tudo está contido no que tenho, possuo e disponho em termos de imaterial. O que chamam de "repertório" é uma parte "acionável" e à minha disposição.

Assim, ressalta que recurso porque é meu e eu disponho daquilo para me situar no mundo, estabelecer relações e me diferenciar, mas também para me identificar com os outros, estabelecer famílias, comunidades, cidades, nações; território - onde eu me sinto em casa, onde eu me sinto seguro (Delleuze). Pode ser "transportado" pelo sujeito, como a noção de terra prometida dos judeus, sem existência física, mas construída simbolicamente; posso ser "desterrado" mesmo morando em algum lugar, tendo uma casa, estando junto de uma comunidade, se não me identificar e não me sentir parte daquilo; a memória como recurso me possibilita estabelecer meu território no mundo, demarcar um sentido de meu e de nosso.

E passa a apresentar o seguinte quadro relacionando território funcional e território simbólico:

Território Funcional	Território Simbólico
Processos de dominação	Processos de apropriação
Desigualdade	Diferença
Território sem territorialidade	Território sem territorialidade
Princípio da exclusividade	Princípio da multiplicidade
Território como recurso, valor de troca	Território como símbolo, valor simbólico
Controle físico, produção, lucro	Abrigo, lar, segurança

Passa a tratar então da *Cidade - Mediação, negociação e tensão* que pode ser objeto de tensão e de discordância, sem possibilidade de decisão que seja favorável a todos os envolvidos.

Neste caso a memória é fundamental para a definição de identidade social e da ocupação da cidade, palco de disputas de narrativas, de conflitos de poder e de exercício democrático, consolidadas através da regulação urbana.

Ainda sobre a relação com a cidade e os espaços aponta que percursos são “enunciados”: caminhar é como construir um discurso, estar nos lugares é uma forma de enunciação, de estar no mundo, de demarcar lugares;

“O ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação (o speech act) está para a língua ou para os enunciados proferidos” (CERTEAU, p. 177).

Um espaço é um “Lugar praticado”. As práticas constroem relações e estabelecem lugares, inclusive no imaginário coletivo. Mapas mentais que as pessoas criam para chegar (com regularidade) em certos espaços e para ali mover-se com certa desenvoltura.

“O espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres.” (CERTEAU, p. 202).

Concluindo suas reflexões, José Jr discorre sobre *comunidades de sentido* (Janotti), dizendo que determinadas agregações de indivíduos que partilham interesses comuns, vivenciam determinados valores, gostos e afetos, privilegiam determinadas práticas de consumo, enfim, manifestam-se obedecendo a determinadas produções de sentido e, espaços desterritorializados; movem-se a partir de suas memórias e mediações cognitivas na e com a cidade.

Deixa algumas fontes bibliográficas para aprofundar:

- Jacques Le Goff – História e memória
- Michel de Certeau – A invenção do cotidiano
- Alfred Schutz – Fenomenologia das relações sociais
- Rogério Hasbaert - O mito da desterritorialização
- Ulf Hannerz – a) Fluxos, fronteiras, híbridos; b) Explorando a cidade

- Agenda 21 ações – CGLU

Por fim, sugere alguns exemplos de diferenciação de políticas, como:

- Promover as expressões de culturas populares (no sentido de registro, de editais específicos para mestres de cultura popular, etc.) está no âmbito das políticas de patrimônio imaterial;
- Tornar conhecidas estas expressões de culturas populares em outros lugares ou promover ações de troca e intercâmbio entre culturas populares de diversos lugares estaria no âmbito das políticas de promoção da diversidade.

Concluindo sua fala propõe algumas políticas públicas:

- Reconhecimento das expressões pelo Estado - Formalização da importância das expressões (registro, inventário, salvaguarda, reconhecimento de mestres, etc).
- Reconhecimento das expressões pela sociedade - programas de comunicação e sensibilização, cartilhas, documentários e animações, diversificação de referências culturais (de outros lugares, estados, países), museus e centros de memória, etc.
- Ação articulada nas escolas e equipamentos culturais – As ações de memória em si, memória de bairros e regiões, práticas ligadas à Educação Patrimonial - recurso dos indivíduos, grupos, comunidades e cidades.

APOIO:



toledo
INTERIORES

FUNDARTE
FUNDAÇÃO DE CULTURA PATRIMÔNIO



REALIZAÇÃO:

coletivo
CONSULTORIA

PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo Nº: 2021.2101.0375



MINAS
GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.



*Desafios das Políticas Públicas
de Promoção da Memória*

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo Nº: 2021.2101.0375



APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo Nº: 2021.2101.0375



Para a segunda mesa redonda o palestrante Leonardo Civale fez sua apresentação seguida dos debates pelos convidados a seguir:

Leonardo Civale possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, graduação em História pela Universidade Federal Fluminense, mestrado em Filosofia da Ciência pela COPPE - UFRJ, doutorado em História do Pensamento Geográfico pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-doutorado pelo Laboratório Território e Cidadania da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Associado III do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Viçosa. Professor e Coordenador do Mestrado Profissional em Patrimônio, Paisagens e Cidadania (História - UFV). Professor do Programa de Mestrado em Geografia e do Doutorado em Arquitetura e Urbanismo da UFV.

Márcia Canedo Bizzo, como debatedora, Arquiteta Urbanista Restauradora, tendo se graduado na Universidade Santa Úrsula, RJ. Pós Graduação de Restauro e Reciclagem de edificações – Centro Universitário Bennett, RJ. De 2004 a 2012, e de 2021 até os dias atuais: Chefe do Departamento de Memória e Patrimônio Cultural. Vice Presidente do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Muriaé – COMPAC. Integrante da equipe técnica da FUNDARTE para a elaboração dos documentos para o ICMS do Patrimônio Cultural. Foi a arquiteta responsável técnica pelos projetos de restauro do Centro cultural Turístico e Regional Dr. Pio Soares Canedo - Grande Hotel Muriahe, da Biblioteca Vivaldi Wenceslau Moreira, do Teatro Belmira Villas Boas.

José de Oliveira Junior, como debatedor, é Mestre em Comunicação Social. Foi consultor UNESCO na implantação do Sistema Nacional de Cultura em MG de 2012 a 2013; Gerente de Apoio às Ações Colegiadas na Secretaria de Cultura de BH; Diretor de Museus na FMC-BH; Coordenador de Projetos do Departamento Regional do SESC em MG. É Pesquisador do observatório da diversidade e Consultor da Agenda 21 da cultura no Brasil. Atualmente é diretor de economia criativa da Secult-MG.

Luís Molinari, como debatedor, é pesquisador, gestor público e professor universitário. Doutor em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, mestre e graduado em história pela mesma instituição. Analista concursado do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG, desde 2006 onde atualmente é Diretor de Promoção. Conselheiro no Conselho Estadual de

Patrimônio Cultural - CONEP de 2015 a 2017. Professor no UNI BH e atualmente professor universitário no IEC/PucMinas e UEMG no curso de Gestão do Patrimônio Cultural.

Mariah Freitas e Menezes como moderadora e mediadora Flávia de Mello Neves.

O Professor Dr. Leonardo Civale proferiu sua palestra com o título “As políticas públicas de Patrimônio Cultural em um cenário municipal”.

Inicia sua fala com a citação:

“Paris muda! Porém minha melancolia
É igual! Palácios novos, andaimes, entulhos
Velhos subúrbios, tudo me é alegoria,
E as lembranças me pesam mais que pedregulhos”.
Charles Baudelaire, “O Cisne”. In: *Flores do Mal*.

Passa a citar algumas cidades da Zona da Mata mineira como Ubá, Viçosa, Juiz de Fora, Ponte Nova, Cataguases e Muriaé.

Logo em seguida cita nomes importantes sobre as questões do patrimônio e paisagem como Jean-Marc Besse, Milton Santos, Augustin Berque, Denis Cosgrove, Ulpiano Meneses.

E explana sobre a relação entre paisagens locais e paisagens globais, mostrando exemplos de alguns patrimônios culturais materiais da região da Zona da Mata, das cidades de Ubá, Ponte Nova, Juiz de Fora, Cataguases.

Passa a abordar lugares de memória, dando como exemplos o Cais do Valongo no Rio de Janeiro, o Centro Histórico de São Luís do Maranhão, a Praça Tiradentes em Ouro Preto, o Centro Histórico de Diamantina e o Pelourinho em Salvador.

Civale aponta ainda algumas características desses lugares como áreas luminosas, áreas opacas e rugosidade, como na construção de uma paisagem cultural e a patrimonialização de uma parte do centro histórico do Rio de Janeiro.

Ao exemplificar alguns patrimônios de Viçosa, como Museu Casa Arthur Bernardes, Estação Ferroviária do Centro, Edifício Arthur Bernardes – UFV, Balaustrada da Avenida Bueno Brandão, critica a Fachada da antiga casa da poetisa Cora Bolivar que foi preservada e logo atrás foi construído um prédio, relatando que não faz sentido ser um patrimônio cultural que não pode nem ao menos ser visitado.

Diz ainda que o conceito de atributos que uma sociedade dá a um determinado local, mas não precisa ser necessariamente um local, pode ser um monumento, não importa. O que importa é a consagração social de um determinado local definição enquanto memória oficial por aqueles que são oficialmente autorizados pela sociedade a atribuir esses valores.

Apresenta dois autores que tratam sobre a questão da memória : Michael Pollak e Joel Candau.

Sobre *Paisagem, territorialidade e pertencimento*, cita:

“A paisagem é um bem indispensável para um equilíbrio da vida. Ela responde aos imperativos de territorialidade e da pertença, isto é, às necessidades de inserirmos nossa trajetória biográfica não apenas num eixo temporal, mas também espacial. Essa necessidade é cultural. A paisagem é indispensável para a vida consciente, para a qualificação de nossa interação existencial com o mundo objetivo”.

(Ulpiano B. Menezes)

Relata que hoje, ou melhor, nos último 25 anos o centro do Rio vem passando por um progressivo processo de patrimonialização (expõe imagens referentes a essa patrimonialização) que deve culminar com a candidatura de todo o centro histórico à Patrimônio Cultural da Humanidade da Unesco. A Praça XV seria talvez o lugar mais importante do centro e mais emblemático porque é o berço do nascimento da cidade e o local talvez onde apareçam as maiores contradições desse processo. Hoje ela é um lugar de passagem, porém se apelarmos para a história podemos perceber como o seu espaço foi utilizado como marca e como matriz dos respectivos grupos dominantes. Espaço utilizado como marca e matriz dos grupos hegemônicos.

Cita o caso de grupos indígenas da comunidade Misak, da Colômbia que derrubaram uma estátua equestre de um colonizador espanhol, Sebastián de Belalcázar, no estado de Cauca. E exemplifica o caso da estátua de João Cândido Felisberto – o “Mestre-Sala dos Mares” na Praça XV no Rio de Janeiro.

Em suas considerações finais aborda que o conceito de patrimônio cultural agrega a atuação dos poderes públicos e o movimento social no projeto de construção do espaço urbano, incorporando a ação histórica de populações inteiras que de maneira criativa reinventam modos de vida. E que a diversidade cultural, o direito à memória e à cidadania,

representadas nas distintas paisagens urbanas, podem e devem estar entre os mais fundamentais direitos das populações urbanas. Talvez não haja função mais nobre para as políticas públicas de patrimônio.

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo Nº: 2021.2101.0375



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

EIXO 1: MEMÓRIA COMO RECURSO CULTURAL DO TERRITÓRIO: MEMÓRIA, IDENTIDADE E EXPRESSÕES

MUDANÇAS NO MODO DE HABITAR NA REGIÃO DE JUIZ DEFORA, ENTRE OS SÉCULOS XVII E XVIII – APONTAMENTOS PRELIMINARES

BUSCOFF, MAB

Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História
Av. Peter Henry Rolfs, s/n - Campus Universitário, Viçosa - MG, 36570-
mab.leonetti@outlook.com

RESUMO

Esse trabalho tem o objetivo de analisar as mudanças no modo de habitar na região de Juiz de Fora entre os séculos XVII e XVIII. Essa região foi escolhida devido às trocas culturais existentes desde o período pré colonial. A cronologia em questão, nos permite estudar as ocupações indígenas e os povoamentos agrícolas do Caminho do Ouro, que originaram Juiz de Fora. Buscamos entender se a ocupação Tupinambá do local de estudo, foi moradia ou somente rota migratória, analisando as alterações paisagísticas e arquitetônicas ocorridas na região para compreender as formas de habitar e como essas afetam os meios de subsistência, economia, costumes, estrutura social e qualidade de vida dos habitantes. Através de uma pesquisa descritiva e explicativa, utilizando métodos comparativos, histórico e hipotético dedutivo, analisamos dados bibliográficos e documentais, levantando a história da ocupação da região, urbanização e mudanças da paisagem. A região abriga os sítios arqueológicos Teixeira Lopes e Emílio Barão, que são estudados desde 2000, apresentando vestígios de ocupação Tupinambá, análises parciais nos mostram que essa região de Juiz de Fora, apresenta diversas fases de ocupação: indígena, agrícola e industrial, com diferentes formas de construir, manejar recursos e perceber o ambiente. A paisagem modificada e os traços fósseis nos levam a entender a formação geomorfológica e social anterior e atual. Estudamos a arquitetura, a relação espacial com o território e o meio, analisando as mudanças nas construções e na paisagem, buscando entender como ocorreu a transição do espaço que abrigava aldeias e passou a abrigar povoados. Notamos que a topografia, hidrografia e geologia, influenciaram na escolha dos locais de assentamento, o espaço físico precisava auxiliar as atividades do grupo, desde a busca de recursos de sobrevivência até a mobilidade logística. Com a corrida do ouro novas rotas foram abertas, trazendo outros moradores para locais habitados pelos indígenas, depois vemos a repartição das terras entre agricultura e “datas” minerais. Surgiram vilas com arquitetura colonial, construções de taipa de mão, arquitetura vernacular, substituída posteriormente por alvenaria de pedra e tijolos de adobe. Por fim os dados do trabalho serão reproduzidos em um documento textual e imagens computadorizadas em 2D e 3D dos tipos e habitações encontrados, fornecendo material para educação básica, superior e patrimonial pois as formas de habitar não podem ser esquecidas com o tempo.

Palavras-chave: arquitetura; Tupinambá; paisagem; aldeia; vilas

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo Nº: 2021.2101.0375



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

1. Apresentação

1.1 Introdução

Ao longo dos séculos, a disposição das cidades e a ocupação humana não continuaram necessariamente as mesmas, pois o processo do habitar modifica a paisagem, e, como afirma Besse (2014, p.107), a paisagem pode ser definida como um território produzido e praticado pelas sociedades humanas, por motivos que são, ao mesmo tempo, econômicos, políticos e culturais.

A região de Juiz de Fora, foco do estudo, foi escolhida pelas intensas trocas de influências culturais ocorridas ali desde o período pré-cabralino, com a presença de grupos Puri, Coroados e, segundo dados arqueológicos mais recentes, Tupinambá. A presença do último grupo citado é um dos principais motivos pela escolha da região, pois a literatura histórica não considera essa área como território desse grupo linguístico, relatando apenas grupos do tronco linguístico Macro-Jê. A cronologia escolhida nos permitirá estudar tanto as ocupações indígenas quanto os povoados agrícolas que se instalaram as margens do Caminho Novo, originando posteriormente a cidade de Juiz de Fora.

Buscamos por meio deste projeto entender se houve uma ocupação dos Tupinambá, Puri e Coroados, na forma de moradia ou se utilizavam a região apenas como rota migratória e como se davam as relações entre esses grupos, estudando como eram suas habitações, relações com o meio, incluindo as possíveis trocas ocorridas entre diferentes etnias e, mais recentemente, entre eles e os colonizadores.

Além disso, analisaremos as alterações paisagísticas e arquitetônicas que ocorreram com as diferentes ocupações da mesma região, com o intuito de compreender um pouco mais as características encontradas nas formas de habitar e como tais mudanças afetaram as percepções, meios de subsistência, economia, costumes, estrutura social e qualidade de vida dos habitantes, passando pela ocupação indígena e chegando até os povoados agrícolas, desenvolvendo, por fim, uma maquete eletrônica capaz de demonstrar a evolução nas habitações entre os séculos XVII e XVIII.

1.2 Justificativa

Os povos indígenas com sua cultura e seus territórios tentam resistir à extinção não só física, mas também cultural... Até porque a vida é mais

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo Nº: 2021.2101.0375



MINAS
GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

que biológica: é um determinado modo de ser, pensar, sentir e agir.
(GONÇALVES, 2006 p.19)

A cidade de Juiz de Fora apresenta vestígios de ocupação Tupinambá que datam desde antes do século XIV (CORRÊA, 2009, p.57), além dos relatos das ocupações dos grupos Puri e Coroado. O grupo de pesquisa do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora, vem mapeando e estudando os sítios arqueológicos da Zona da Mata Mineira desde 2000, onde já mapearam 18 sítios arqueológicos, sendo dois localizados na região de Juiz de Fora, o sítio Teixeira Lopes e o sítio Emílio Barão, ambos apresentam vestígios de ocupação Tupinambá, e atualmente estão localizados em regiões de fazenda, indicando que a presença destes povos, modificou a paisagem. Botin (2013, p.63) afirma que construir e habitar são processos que geram identidade e, dessa forma, constroem novas paisagens a partir dessas ocupações. A região em questão apresenta diversas fases de ocupação: indígena, de exploração aurífera, cafeeira e, no final do século XIX até os dias de hoje, industrial, apresentando diferentes formas de construir, manejar os recursos e perceber o ambiente. Segundo Marx (1970, p.68): “o homem está sempre diante de uma natureza que é histórica e de uma história que é natural.”

Kormikiari (2000, p.27) considera que as opções de um grupo social na forma como organiza seu espaço e, assim, o constrói são fonte para o entendimento deste mesmo grupo. Meneses (apud YÁZIGI, 2002, p.36) afirma que a paisagem oferece pistas materiais que permitem perceber seu caráter histórico. Esses traços fósseis permitem entender, ao longo do tempo, a formação geomorfológica e social da paisagem contemporânea e suas sucessivas formas anteriores, corroborando para que utilizemos da paisagem como objeto de estudo neste projeto. Buscamos esclarecer as mudanças ocorridas na região de interesse através de iconografias e de um estudo mais aprofundado das questões arquitetônicas e urbanísticas.

Esse projeto tem como alguns dos principais protagonistas grupos indígenas e busca um olhar para tais grupos, diferente do habitual, onde o foco é entender sua arquitetura, sua relação espacial com o território e com o meio e depois ir além, buscando compreender como ocorreu essa transição do espaço que antes abrigava aldeias e passou a abrigar povoados, analisando sempre essas mudanças nas construções e na paisagem como um

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo Nº: 2021.2101.0375



MINAS
GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

todo. A análise feita, além de gerar um documento textual, irá proporcionar a criação de imagens computadorizadas tanto 2D quanto 3D, representações iconográficas de suma importância para as educações patrimoniais, além de servirem como material de apoio didático para a educação básica e superior.

Pois, representar as formas de habitar é importante para que tais formas não sejam esquecidas e perdidas com o tempo. Muita informação já se perdeu, as legislações a respeito da preservação do patrimônio vieram muito tardiamente no Brasil, apenas no século XX, então, tornar essa arquitetura e essa paisagem algo mais palpável é dever dos estudiosos da área. “Cada cidade, assim como cada rua, praça, beco tem história própria, que se insere em uma história mais ampla, daquela região ou país e mesmo do mundo.” (MENDES e VERÍSSIMO e BITTAR, 2011 p.7)

1.3 Problema

Quais os reais habitantes de Juiz de Fora entre os séculos XVII e XVIII e como se davam suas relações com o meio e entre si?

1.4 Objetivo Geral

O objetivo geral desse projeto é compreender a evolução da paisagem na região de Juiz de Fora, por meio do estudo dos sítios arqueológicos Teixeira Lopes e Emílio Barão e da formação da cidade atual junto às transformações ocorridas entre os séculos XVII e XVIII nessa região.

1.5 Objetivos Específicos

Entender as mudanças de loco dos assentamentos durante esse período, a relação entre a localização das moradias e o modo de subsistência dos habitantes e com as formas arquitetônicas encontradas.

Entender os impactos causados pelos diferentes modos de ocupação.

Avaliar a literatura existente sobre os sítios arqueológicos de origem Tupinambá.

Confeccionar iconografias 2D e 3D das mudanças arquitetônicas e de implantação para auxiliar em futuras educações patrimoniais.

1.6 Hipóteses

As habitações se alteraram ao longo do tempo de acordo com a disponibilidade de recursos do local, as tecnologias presentes e o poder aquisitivo. Além disso, acredita-se que a escolha dos locais de moradia está relacionada à topografia e a alta disponibilidade de recursos hídricos.

A região não apresenta atualmente mata nativa e os cursos dos rios também foram alterados, pois essa região vem sendo degradada desde a ocupação indígena e seguiu sendo descaracterizada pelos cultivos e manejos agropecuários.

O povo Tupinambá esteve presente na Zona da Mata Mineira, porém eram confundidos com outras etnias como os Tapuias.

Acredita-se que a disponibilização de iconografias, como maquete 3D e imagens das habitações, para educações patrimoniais auxiliará tanto a comunidade científica, que poderá se apoderar deste material para trabalhos póstumos, quanto para a sociedade em geral que possuirá mais ferramentas educacionais a sua disposição, elevando assim a qualidade do ensino.

2. Desenvolvimento

Antes de nos aprofundarmos na análise da região é necessário definirmos o conceito de paisagem utilizado neste estudo. Binford (1982, p.77), quando fala dos sítios arqueológicos, afirma que para entender o passado é necessário entender a paisagem, onde o homem pode se estabelecer e realizar ações. Segundo Kormikiari (2000, p.93), as paisagens são como construtos materiais cheios de informações sobre a estrutura e a organização de ocupações passadas, sendo um tipo de texto histórico, sem esquecer que são construções dinâmicas. “Cada comunidade e cada geração impõe seu próprio mapa cognitivo sobre um mundo antropogênico que possui morfologia e arranjo interconectados e um significado coerente” (ANSCHUETZ, WILSHUSEN e SCHEICK, 2001. p.161).

Teremos a paisagem então como o produto da interação entre o homem e o ambiente em que habita, possuindo diferentes aparências de acordo com o local e população que ali viviam, pois sempre há uma apropriação do espaço e com isso sua transformação. As ditas paisagens naturais já não são mais realmente naturais se considerarmos natural

como algo intocado pelo homem. “A paisagem nunca é simplesmente um espaço natural, uma característica do ambiente natural, é um espaço ou coleção de espaços feitos por um grupo de pessoas que modificam o ambiente natural para sobreviver, criar ordem e produzir sociedade” (JACKSON, 1999 p.62).

Besse (2006, p.62) corrobora ao dizer que a Terra é paisagem, mais precisamente ela é cultura, expressão do movimento da existência humana na superfície da Terra. “Se a paisagem “diz” alguma coisa ao ser humano que a considera, é fundamentalmente porque a paisagem é marcada pela historicidade” (BESSE, 2006. p.95). Observando a paisagem da região estudada, nota-se que a topografia e a hidrografia foram fatores importantes na escolha dos locais de assentamento. Mota (2003, p.24) afirma que as condições climáticas de uma região, seu relevo, tipos e formações de solos, os recursos hídricos, a cobertura vegetal, os ecossistemas, entre outras, são características de um ambiente que estão relacionados com a urbanização, influenciando no processo ou sendo modificado por ele. Pois, “no passado, o planejamento urbano realizou-se considerando, principalmente, os aspectos sociais, culturais e econômicos, e admitindo que o ambiente físico deveria adequar-se às atividades do homem” (MOTA, 2003 p.99). Sobre uso e ocupação do espaço, Binford (1980, p.57) sugere que existem dois tipos básicos de ocupação: a mobilidade residencial, baseado na movimentação do grupo completo atrás de recursos, e a mobilidade logística, onde a residência é fixada e há movimentação de grupos logísticos até os recursos.

A história da ocupação da região de Juiz de Fora aparentemente confirma os estudos sobre o tema. Os vestígios arqueológicos apontam uma ocupação Tupinambá entre os séc. XIV e XVII (CORRÊA, 2009, p.48), além de ocupações dos grupos Coroado e Puri (NIMUENDAJÚ, 1944, p.1), esses dois últimos mencionados com frequência nas publicações a respeito, porém, as menções étnicas dos indígenas da região infelizmente são esparsas. Resende (2003, p.56) afirma que, pela sua condição generalizante, sem definição étnica capaz de evocar um agenciamento próprio de um determinado grupo que compartilhavam uma mesma tradição cultural, os índios coloniais foram desprezados. Desta maneira, índios e outras categorias correlatas foram relegados a um lugar secundário e sem importância histórica, injustiça que buscamos minimizar com esse projeto.

Segundo Dean (1995 p.30) “o “morador” humano brasileiro da floresta vive em suas margens, perto de cursos d’água ou campos”. Afirmação essa que pode ser observada através da localização dos sítios arqueológicos em Juiz de Fora, ambos os sítios estão localizados no topo de uma colina, sendo classificados como sítios a céu aberto colinares, lito cerâmicos e unicomponenciais, ou seja, com um único nível de habitação.

Os séculos XVII e XVIII foram marcados pela corrida do ouro em Minas Gerais. O bandeirante Fernão Dias Paes teve um papel importante nesse processo de colonização:

Em sua rota, fundava povoados, plantando roças, edificando pousadas e deitando raízes de colonização. Tangenciando o curso do Paraíba, invadiu o território mineiro pela garganta do Embaú. A bandeira, em seu pioneirismo, levaria a descoberta do ouro. (MERCADANTE, 1973 p.11)

Essa nova rota permitiu a descoberta de ouro na região da atual Zona da Mata, o que atraiu diversas pessoas para um local até então habitado apenas por povos indígenas. Com o avanço da mineração, novas estradas foram construídas e uma delas foi o Caminho Novo, que ligava Ouro Preto ao Rio de Janeiro, seguindo o curso do rio Paraíba, surgindo como alternativa mais segura ao transporte de ouro. “Aí se deu o início do povoamento dessa região pela sociedade nacional, em 1708 já havia se registrado os primeiros povoados” (LESSA, 1985. p.17). Amparados pelo governo português, que permitiu o uso das terras ao longo do Caminho Novo, os proprietários foram instruídos a exercerem práticas agrícolas e povoadoras, pois assim, contribuíam com impostos à Coroa e, também, forneciam alimento aos mineradores. “Já na segunda década do século XVIII, todas as terras ao longo do caminho estavam ocupadas.” (CORRÊA. A. 2009 p.61)

Rodrigues (2003 p.102) argumenta que o Governo Metropolitano determinou que as áreas próximas às regiões mineradoras fossem proibidas, tentando impedir o tráfico de ouro, Juiz de Fora fazia parte dessas regiões. Segundo Corrêa (2009, p.113), as áreas eram proibidas apenas legalmente, pois, na prática, os habitantes já estavam se apossando de tais terras, dando origem a povoados desordenados e à exploração de ouro, resultando em uma pressão para que “o governador dom Rodrigo [José de Meneses] repartisse legalmente as terras de agricultura e as “datas” minerais, visando assim evitar maiores perdas aos cofres da intendência do ouro”. (RODRIGUES, 2003 p. 9)

A apropriação das terras proibidas dos sertões da Mantiqueira é um exemplo da atuação de interesses privados na ordem pública. Seguindo o exemplo de José Aires Gomes, ao penetrar nas áreas vedadas, cultivar arroz, milho, feijão, cana-de-açúcar, entre outros produtos, além de criar gado vacum, "povos" foram "furtivamente" introduzindo-se naquelas paragens. Essa população pobre, muitas vezes tangida pelo refluxo do ouro, desenvolvia e estimulava constantemente a produção agrícola local e a procura por terras. (RODRIGUES, 2003, p.11)

As vilas que surgiam adotaram uma arquitetura colonial com uma construção do tipo taipa de mão, característica da arquitetura vernacular, que em seguida foi substituída por alvenaria de pedra e tijolos de adobe graças às influências estrangeiras, o que permitiu estruturas cada vez maiores e com mais pavimentos (LEMOS, 2011, p.23).

Os assentamentos que surgiram inicialmente foram implantados em regiões baixas, nos vales e planícies fluviais, por conta da facilidade de acesso a recursos hídricos. Essa implantação, segundo Corrêa (2009, p.42), se manteve na época da produção cafeeira e, aos poucos, foi alterada com o surgimento dos centros urbanos, implantados em regiões altas, principalmente ao redor de igrejas.

Falar em paisagem é assumir uma posição ou um recorte teórico que, necessariamente, não levará ao esgotamento da bibliografia sobre o tema, mas possibilitará o exercício do posicionamento do pesquisador frente às possibilidades interpretativas do objeto em questão.

2.1 METODOLOGIA

A pesquisa realizada neste trabalho pode ser classificada como descritiva e explicativa (GIL, 2008, p. 24), porque este projeto busca descrever os modos de habitar na região de Juiz de Fora entre os séculos XVII e XVIII e explicar tais mudanças comparando-as e, por fim, apresentar uma maquete 3D dessa evolução cronológica na paisagem e moradias.

Quanto à metodologia, o trabalho faz a opção pelos métodos comparativo, histórico e hipotético dedutivo (GIL, 2008, p.12), permitindo entender a realidade por meio de comparações entre grupos, fenômenos, locais ou tempos históricos diferentes, buscando-se comprovar as hipóteses apresentadas. Vale reforçar que só é possível conhecer a

realidade de um local e ou civilização a partir da história do mesmo.

Enquanto procedimento, este trabalho realizar-se-á por meio de observação indireta (GIL, 2008, p.17), pois será necessária a análise documental dos dados. Utilizar-se-á de pesquisa bibliográfica - narrativa de memorialistas e artigos relacionados – documental - plantas e projetos de arquivos públicos - além da pesquisa de campo, etnográfica e de levantamento, com foco nas escavações realizadas nos sítios arqueológicos de Juiz de Fora, nas construções coloniais encontradas, na história da ocupação dessa região, na urbanização ocorrida e nas mudanças da paisagem.

A utilização destas ferramentas possivelmente levará a uma melhor compreensão e análise dos objetivos desse projeto e verificação das hipóteses levantadas. O material documentado, bem como as respectivas análises, será organizado em relatório de pesquisa e em materiais iconográficos confeccionados pelo pesquisador em softwares de edição de imagem como o SketchUp e o Revit, formando assim os componentes do projeto que se pretende construir e tornando acessível a iconografia 3D para que a população se aproprie desse conhecimento de uma forma mais palpável.

3. Conclusões Finais

As análises realizadas até o momento nos permitiram concluir que o sítio arqueológico Emilio Barão e Teixeira Lopes foram áreas de habitação do povo Tupinambá, encontrou-se fragmentos cerâmicos com características plásticas desse povo (Fig.1), como decoração na borda e utilização de pontos e linhas (Fig.2), que trazem ligação desses sítios com sítios arqueológicos encontrados no Rio de Janeiro, possibilitando assim uma associação entre essas aldeias. Além disso, o local dos sítios corrobora para uma ocupação de moradia, pois são próximos a caminhos de água navegáveis como o Rio do Peixe, estão em topo de colina, são ricos em matéria prima e tem a presença de pontões gnáissicos, Pedra da Saudade, que pode ter um referencial simbólico e fenomenológico para os povos que ali viviam.

Outro dado importante para a pesquisa é o fato de Garcia Rodrigues Paes Lemes, em 1701, ter aproveitado a malha viária indígena para traçar o caminho novo, pois a região foco do estudo, depois de abrigar os povos indígenas, foi local de passagem de tal caminho e com isso iniciou-se o processo de ocupação das vilas agrícolas, que serviam de suporte de subsistência para as áreas de mineração, fornecendo alimento para os

mineradores, ainda hoje tal região abriga fazendas agropecuárias.

Por fim, o estudo que vem sendo desenvolvido permite-nos entender mais sobre quem eram os habitantes dessa região, qual sua relação com o território e suas motivações para ficarem assentamentos na área. Por se tratar de um projeto ainda em andamento, muitas questões ainda permanecem e tentarão ser sanadas no próximo ano.

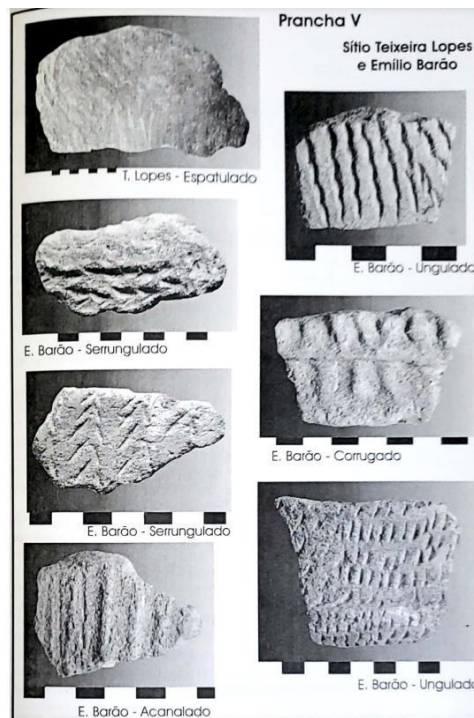


Fig. 1 Cacos Cerâmicos Sítio Teixeira Lopes e Emilio Barão. Fonte: MAEA - UFJF

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
 Protocolo Nº: 2021.2101.0375



MINAS GERAIS

GOVERNO
 DIFERENTE.
 ESTADO
 EFICIENTE.

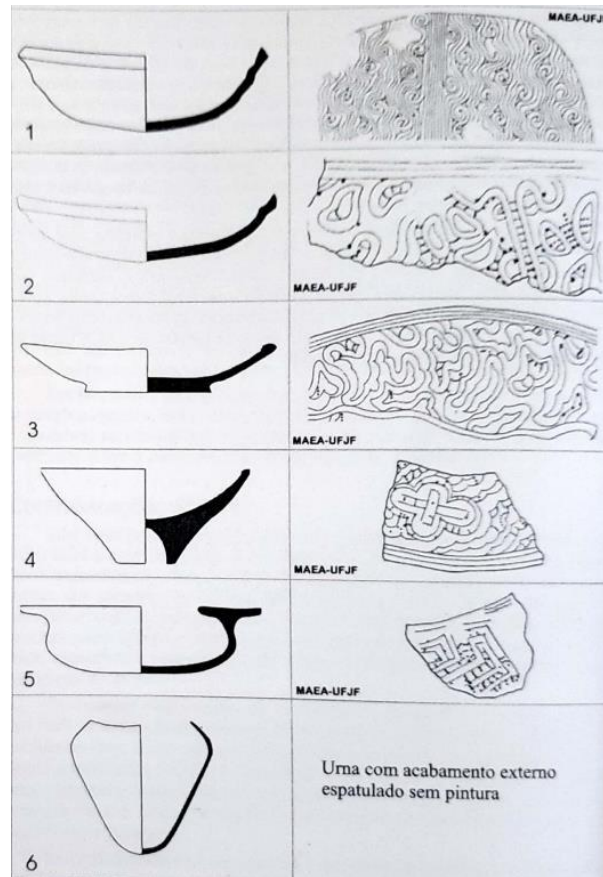


Fig. 2 Formas e respectivas pinturas dos vasilhames do Sítio Teixeira Lopes. Fonte: MAEA – UFJF

4. Referências Bibliográficas

ANSCHUETZ, K. F.; WILSHUSEN, R. H.; SCHEICK, Ch. L. An Archaeology of Landscapes. Perspectives and directions. **Journal of Archaeological Research**, vol.9, n.2, 2001.

ASSIS, V. S. **Da Espacialidade Tupinambá**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da PUC-RS, 1996.

BESSE, J. M. **Ver a Terra: Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. Trad. De Vladimir Bartolini. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BESSE, J. M. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Trad. Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BINFORD, L. R. Willow Smoke And Dogs' Tails: Hunter-Gatherer Settlement Systems And Archaeological Site Formation. **Journal of Anthropological Archaeology**, 1980.

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
 Protocolo Nº: 2021.2101.0375



MINAS GERAIS

GOVERNO
 DIFERENTE.
 ESTADO
 EFICIENTE.

- BINFORD, L. R. The Archaeology of Place. **Journal of Anthropological Archaeology**, 01, pp. 05-31, 1982.
- BOTIN, L. **Landscape and Dwelling**. In: BOTIN, L., A. Carter e R. Tyrrell (eds), **Dwelling, Landscape, Place and Making**. Aalborg Universitetsforlag, 2013.
- CORRÊA, A. **Tetama nas Matas Mineiras: Sítios Tupi na Microrregião de Juiz de Fora - MG**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da USP-SP, 2009.
- DEAN, W. **A Ferro e Fogo: A História da Devastação da Mata Atlântica Brasileira**. Trad. De CidKnipel Moreira, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FAUSTO, C. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Schwarcz Ltda., 1992.
- FERNANDES, F. **A Organização Social dos Tupinambá**. São Paulo: Difusão Européia do Livro na Estante Virtual, 1963.
- GANDAVO, P. M. **Tratado da Terra do Brasil**. São Paulo: EDUSP e Belo Horizonte: Itatiaia (1576), 1980.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2006. JACKSON, J. B. **Landscape in Sight: Looking at America**. Yale University Press, 1999.
- KORMIKIARI, C. N. **Arqueologia da Paisagem**. São Paulo: Labeca – MAE-USP, 2000. LAMAS, F. **A Zona da mata Mineira: subsídios para uma historiografia**. Anais do ABPHE, 2003.
- LEMONS, C. A. C. **Uma nova proposta de abordagem da história da arquitetura brasileira**. In: CASTRIOTA, Leonardo. **Arquitetura e documentação: novas perspectivas para a história da arquitetura**. pp. 275-292. São Paulo, Annablume/IEDS, 2011.
- LÉRY, J. **Viagem a Terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. (1580), 1961.
- LESSA, J. **Juiz de Fora e seus pioneiros: do caminho novo à proclamação**. Juiz de Fora: Ed da UFJF, 1985.
- LOURES OLIVEIRA, A. A Etnohistória como arcabouço contextual para pesquisas arqueológicas na Zona da Mata mineira. **Revista Canindé**. 2003.

- LOURES OLIVEIRA, A. **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira Juiz de Fora**. Juiz de Fora: MAEA - UFJF, 2006.
- LOURES OLIVEIRA, A. **Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais**. Juiz de Fora: Editar, 2007.
- LOURES OLIVEIRA, A. **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira Carangola**. Juiz de Fora: MAEA - UFJF, 2008.
- LOURES OLIVEIRA, A. **Estado da arte das pesquisas arqueológicas sobre a Tradição Tupiguarani**. Juiz de Fora: Editar, 2009.
- LOURES OLIVEIRA, J. C. **Ecologia e Arqueologia da Paisagem: Um estudo dos Sítios Pré-Coloniais da Zona da Mata Mineira**. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Instituto de Ciências Biológicas da UFJF-MG, 2007.
- MAGESTE, L. E. C. **cronologia e Variabilidade: Os Ceramistas Tupiguarani da Zona da Mata Mineira e Complexo Lagunar de Arurama**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da USP-SP, 2017.
- MENDES, C.; VERÍSSIMO, C.; BITTAR, W. **Arquitetura no Brasil de Cabral a Dom João VI**. Rio de Janeiro: INM, 2011.
- MENDES, C.; VERÍSSIMO, C.; BITTAR, W. **Arquitetura no Brasil de Dom João VI a Deodoro**. Rio de Janeiro: INM, 2011.
- MERCADANTE, P. **Os Sertões do Leste**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MÉTRAUX, A. **La Civilisation Matérielle des Tribus Tupi-Guarani**. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1928.
- MOTA, S. **Urbanização e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: ABBES, 2003.
- NIMUENDAJÚ, C. **Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes**. Rio de Janeiro, 1944. Escala: 1:2.500.000
- OLIVEIRA, T. G. Os Puri no sul do Espírito Santo: ocupação, territorialização e trabalho compulsório. **Habitus**. V. 17 nº2 pp.462-475, 2019
- RESENDE, M. L. C. Minas Mestiças: índios coloniais em busca da liberdade no século do ouro. **Cahiers des Amériques Latines**. V.44, 2003
- RODRIGUES, A. Os Sertões Proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra

e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. **Revista Brasileira de História**. V. 23, nº46, pp. 253-270, 2003.

RODRIGUES, J. W. **Documentário Arquitetônico**. Belo Horizonte: EDUSP, 1990.

STADEN, H. **Duas Viagens ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1988.

YÁZIGI, E. **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo Nº: 2021.2101.0375



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

A VIOLA EM MINAS GERAIS: Reflexões sobre o processo de patrimonialização da viola caipira

CARVALHO, FÁBIO C.

Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História
Av. Peter Henry Rolfs, s/n - Campus Universitário, Viçosa - MG, 36570-
900fabio.carvalho@ufv.br

RESUMO

A viola caipira está presente no Brasil desde o início da colonização, trazida pelos portugueses e amplamente difundida nas mais variadas manifestações culturais da população brasileira. Em junho de 2018 concluiu-se, em Minas Gerais, um processo de patrimonialização realizado pelo IEPHA/MG, que teve como foco o fazer e o tocar viola no estado, reconhecendo então os Saberes, Linguagens e Expressões Musicais da Viola em Minas Gerais como patrimônio cultural imaterial deste estado. Nessa proposta, pretende-se então discorrer sobre as primeiras reflexões realizadas, referentes à pesquisa em andamento no Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa. Sem qualquer pretensão de esgotar o tema ou de apresentar novas diretrizes, essa pesquisa tem como objetivo refletir os conceitos e as estratégias que compõem a política de preservação do patrimônio no Brasil, analisando os dados já existentes sobre o fazer e o tocar viola em Minas Gerais e seu processo de patrimonialização. A partir da análise dos dados constantes no dossiê de registro da viola e de entrevistas realizadas com violeiros residentes na Zona da Mata Mineira, pretende-se realizar uma pesquisa bibliográfica e etnográfica, no intuito de compreender e descrever esse processo de patrimonialização, bem como a presença e a relevância da viola caipira na paisagem sonora e na diversidade cultural da Zona da Mata. O fato de a sonoridade da viola estar relacionada também com a memória e identidade cultural de diversos grupos de pessoas, torna imperativa uma discussão direcionada à paisagem sonora e sua relevância na concepção de um patrimônio. E um aprofundamento no entendimento de patrimônio imaterial servirá de subsídio para alcançar os objetivos, na busca de assimilar os caminhos percorridos, durante este processo de patrimonialização, na escolha das expressões que tiveram um “valor patrimonializável” percebido e os parâmetros utilizados para determinar a não inclusão, apesar do reconhecimento de vários violeiros, de práticas musicais nas quais a viola caipira está presente.

Palavras-chave: memória; paisagem sonora; patrimônio imaterial; viola caipira.

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo Nº: 2021.2101.0375



MINAS
GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Introdução

A viola caipira está presente no Brasil desde o início da colonização, trazida pelos portugueses e amplamente difundida nas mais variadas manifestações culturais da população brasileira. Em 14 de junho de 2018, concluiu-se, em Minas Gerais, um processo de patrimonialização realizado pelo IEPHA/MG, que teve como foco o fazer e o tocar viola no estado, reconhecendo então os Saberes, Linguagens e Expressões Musicais da Viola em Minas Gerais como patrimônio cultural imaterial deste estado. Entretanto, a viola não foi registrada como patrimônio por seu valor ontológico, mas sim a partir do valor que lhe fora atribuído em diversas práticas culturais nas quais este instrumento está inserido.

Em Minas Gerais, conforme aponta o Dossiê para registro dos Saberes, Linguagens e Expressões Musicais da Viola em Minas Gerais, a viola está presente em todas as 12 mesorregiões do estado, inserida em nove práticas culturais. Todavia, em uma primeira leitura deste documento, seja realizada por um leigo, totalmente estranho ao universo da viola, ou por um violeiro, que pode ter um olhar romantizado sobre o tema, nota-se a ausência de uma das práticas musicais na qual a viola está presente e é possivelmente mais conhecida na região sudeste do Brasil por essa prática, as popularmente chamadas de “duplas caipiras” ou “duplas de música sertaneja”, na qual um músico tocando a viola é acompanhado por outro músico tocando violão.

Ainda com relação às duplas, um ponto que chama a atenção quando de uma leitura mais atenta do dossiê é o fato de haver uma pergunta relacionada ao “tocar em dupla” no formulário que os violeiros de Minas Gerais preencheram durante o processo de patrimonialização, mas a ausência da resposta para essa pergunta nas páginas que apresentam a lista de músicos cadastrados com as informações referentes ao cadastro de violeiros, bem como a ausência dessas informações nas páginas referentes ao mapeamento da viola no estado.

Além dessa não inclusão das duplas, apesar de diversos fatores apresentados ao longo do dossiê, como a citação do “Pagode”, ritmo que o próprio dossiê apresenta como constituído de uma junção de ritmos na viola e no violão, executados por duplas que se popularizaram em meados do século XX (IEPHA/MG, 2018, p.99), ser apontado como o ritmo que obteve mais respostas no preenchimento do formulário, sendo citado por 812 dos 1311 violeiros cadastrados até 19 de janeiro de 2018, outra prática não incluída no referido dossiê se refere à relação da viola com a música instrumental.

Mesmo estando presente no capítulo que apresenta a contextualização da viola e apesar de ter sido citada nas respostas referentes aos ritmos praticados pelos violeiros, por conta da metodologia utilizada para distinção das respostas (e a mesma não ser um ritmo mas sim um estilo), a música instrumental performada na viola também foi excluída como prática relacionada à viola caipira enquanto patrimônio cultural. Dessa forma, faz-se necessária uma análise tanto da relevância da música instrumental para o universo da viola caipira, como do tocar em dupla, para a partir daí refletir sobre a não inclusão dessas práticas enquanto expressões nas quais esse instrumento está inserido.

Nessa proposta, pretende-se discorrer sobre as primeiras reflexões realizadas, referentes à pesquisa em andamento no Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa. Sem qualquer pretensão de esgotar o tema ou de apresentar novas diretrizes, essa pesquisa tem como objetivo refletir os conceitos e as estratégias que compõem a política de preservação do patrimônio no Brasil, refletindo também os dados já existentes sobre o fazer e o tocar viola em Minas Gerais e seu processo de patrimonialização, além de analisar os dados oriundos de entrevistas, que serão realizadas ao longo da pesquisa, com violeiros e outros agentes relacionados com a viola na mesorregião da Zona da Mata Mineira, para, além de compreender a importância das práticas apresentadas, perceber quais fatores levaram a não inclusão delas como patrimônio cultural.

A preservação do patrimônio cultural brasileiro

A política de preservação do patrimônio cultural brasileiro teve início em 1937, quando da sua institucionalização por meio do Decreto-Lei nº 25, de 13 de novembro de 1937, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas. Esse decreto, além de criar o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, estabeleceu também as definições de patrimônio cultural no Brasil, que, nesse primeiro momento, contemplava bens de natureza física e material compreendidos como representativos da cultura nacional (NAME e ZAMBUZZI, 2019).

Esse decreto apresentava as seguintes definições de patrimônio:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo Nº: 2021.2101.0375



MINAS
GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.(BRASIL, 1937)

Nesse primeiro momento, nota-se a ausência de uma preocupação referente ao denominado patrimônio imaterial, bem como a necessidade de “excepcional valor”, sua relação com a história do Brasil e “interesse público” pela conservação desses bens materiais. Apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, o patrimônio imaterial passa a ter sua proteção determinada pela lei:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.(BRASIL, 1988)

Todavia, apesar de a constituição federal determinar o apoio e incentivo à

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo Nº: 2021.2101.0375



valorização e à difusão das manifestações culturais em seu artigo 215 e ao estabelecer a constituição do patrimônio imaterial brasileiro em seu artigo 216, somente 12 anos depois, com a promulgação do Decreto 3551, de 4 de agosto de 2000, foi realizada a regulamentação da proteção do patrimônio imaterial do Brasil:

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas elúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. (BRASIL, 2000)

A preservação do patrimônio no Brasil, inicialmente espelhada em práticas de países europeus, teria sido concebida como parte de um projeto de criação do estado-nação brasileiro, na pretensão de se apresentar como civilização à moda do velho mundo (NAME e ZAMBUZZI, 2019). Dessa maneira, a institucionalização da proteção e preservação do patrimônio nacional teve como inspiração as práticas de preservação que valorizavam principalmente bens materiais coloniais, muitas vezes rememorando o legado europeu, branco e católico.

Tal fato pode ser observado no discurso praticado pelo SPHAN desde sua

APOIO:



toledo INTERIORES

FUNDARTE



REALIZAÇÃO:

coletivo
CONSULTORIA

PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo Nº: 2021.2101.0375



MINAS
GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

criação até o fim da década de 1960, conforme podemos observar nas análises realizada por Santos(1996), que aponta para uma prática discursiva alicerçada em pesquisas realizadas em bibliotecas, museus, arquivos, cartórios, etc, que compunham uma sólida documentação histórica e fotográfica, para referenciar uma prática “cuja dinâmica simbólica é dada pela permanente tematização do significado das categorias de histórico, de passado, de estético, de nacional, de exemplar, tendo como eixo articulador a ideia de patrimônio” (SANTOS, 1996, p. 77).

Em seu momento inicial, os personagens ativos do SPHAN, formado em sua maioria por arquitetos de linhagem modernista, eram os mesmos que compunham o Salão Nacional de Belas-Artes, fato pelo qual pode se justificar a homogeneidade das proposições sobre o patrimônio dentro da instituição, uma vez que ao se analisar o campo cultural brasileiro daquela época, vários eram os grupos em conflito, fato que podemos observar, por exemplo, nesse ponto de congruência que é a arquitetura colonial brasileira: enquanto o grupo modernista “valorizava a arquitetura colonial, buscando com essa atitude, ser moderno, isto é, não imitá-la nem reproduzi-la”(SANTOS, 1996, p. 79), o grupo neocolonial buscava uma reprodução estilizada, valorizando o ecletismo, em uma relação passado-presente, ao contrário dos modernistas que valorizavam a relação passado-futuro.

Santos (1996) denomina então o SPHAN como uma “academia” por servir de espaço para constantes debates sobre a ideia de patrimônio, ou seja, uma institucionalização de um lugar de fala. Entretanto, tal fala, apesar de não ser unanimidade entre os grupos de intelectuais existentes no período, tinha como foco principal as “concepções sobre passado/futuro, tradição, memória, nacional, original, etc.”(SANTOS, 1996, p. 79), apontando principalmente para a valorização da arquitetura colonial do século XVIII.

Por essa razão também a escolha pelo Barroco Mineiro como a “origem” da arte colonial brasileira, nesse discurso do SPHAN, aponta para um interesse por em um distanciamento histórico, reforçando a ideia de antigo com um dos valores para justificar o patrimônio, sacralizando então o passado nessa obsessão pelo original e apresentando o barroco como exemplaridade na composição de nossa tradição cultural.

Ao abordar a questão da colonialidade do patrimônio, Name e Zambuzzi (2019) apontam para uma preservação, em sua maioria, de prédios relacionados com o legado

européu, branco e católico, constituídos como bens de valor material, em contraposição às práticas, ritos e saberes relacionados com as matrizes africanas ou indígenas, que são destacadamente concebidos como patrimônio imaterial, indicando ainda que somente a partir de 14 de agosto de 1986, quando do tombamento do Terreiro da Casa Branca, os espaços relacionados com as atividades religiosas de matriz africana passaram a fazer parte do seletivo grupo de bens tombados como patrimônio material brasileiro.

Outro apontamento que apresenta uma característica colonial do patrimônio brasileiro, em dados condensados por Moassab (2016) e complementados por Zambuzzi (2019) é o fato de que os bens tombados relacionados com a cultura afro-brasileira, em um total de 10 bens, não representam sequer 1% dos 1146 bens tombados, e não havia sequer um bem material representativo da cultura indígena. Outra disparidade, apresentada por Marins (2016), é o fato que entre 2002 e 2015 foram realizados os registros de 38 bens imateriais, contra o tombamento de 290 bens materiais.

Isto posto, podemos afirmar que a patrimonialização de bens imateriais no Brasil tem uma característica distinta da prática voltada para os bens materiais. A maioria absoluta dos bens tombados está relacionada com o legado europeu, branco e católico, uma vez que, conforme os dados apresentados acima, menos de 1% dos bens tombados concerne às matrizes africanas e não há sequer um representante da cultura indígena no seletivo hall do patrimônio material brasileiro. Todavia, ao se tratar dos bens imateriais, em dados apresentados por Name e Zambuzi, 54% dos bens imateriais registrados pelo IPHAN são representativos das culturas indígena e afro-brasileira.

Essa distinção no tratamento dado aos bens patrimoniais reforça a colonialidade do patrimônio brasileiro e pode ser observada nessa seleção criteriosa de bens materiais que praticamente excluem as demais culturas, colocando os bens relacionados às matrizes européia, branca e católica em um patamar superior, uma vez que ao receberem o título de patrimônio material, a prática de valorização e preservação adotada é totalmente diferente àquela aplicada aos bens representativos de matrizes outras, que são majoritariamente selecionados para compor o quadro do patrimônio imaterial brasileiro.

Para compreender essa diferenciação de valores, onde os bens relacionados a um fazer artístico erudito recebem uma atenção maior das políticas públicas de preservação, é necessário também analisar as alterações conceituais que a palavra cultura sofreu ao longo da história. Pelegrini e Funari (2008) em uma breve explanação sobre o uso do termo

cultura, apresentam que sua origem em latim, há mais de dois mil anos, está relacionada tanto com o cultivar a terra como cultuar os deuses, sendo esse conceito formulado pelo pensador romano Cícero (século I a. C.), ao mencionar *cultura animi*, como cultivo ou culto da própria alma ou espírito. Dentre algumas alterações que e contextos utilizados como exemplo pelos autores, citando o uso da palavra cultura a partir do final do século XVIII, podemos perceber que eram propostas duas culturas distintas:

“Os ingleses, para não empobrecer a palavra *culture*, recorreram ao termo *lore* para criar o *folklore*: literalmente, os costumes das pessoas (este é o sentido de *folk*, em inglês, uma palavra bem pedestre e um pouco depreciativa). Já os alemães preferiram manter a palavra cultura e diferenciar a “Alta” da “Baixa” cultura: aquela erudita e resultado do estudo, esta analfabeta e cotidiana” (PELEGRINI e FUNARI, 2008, p.15)

Tal dicotomia superior/inferior, relacionada com as ações realizadas após a patrimonialização desses bens, pode ser estabelecida, pois:

“de um lado, para o que se entende como erudito, produzido a partir do processo de interferência colonial/europeia/branca, cabe o tombamento, quase indissolúvel; e, de outro lado, para o que é compreendido como popular, desenvolvido pelos diversos grupos étnicos não europeus e não brancos, cabe o registro que precisa ser revisado a cada dez anos.”(NAME E ZAMBUZZI, 2019, p.132)

Os apontamentos acima nos permitem supor que a prática de preservação do patrimônio cultural nos estados, tomando como exemplo o IEPHA/MG, também siga o discurso de patrimonialização colonial nacional. Enquanto foram tombados quase 150 bens materiais, em sua maioria prédios urbanos, igrejas e fazendas, os registros somam-se em um número de 7 bens imateriais, dentre os quais a viola caipira.

Se, conforme aponta Pelegrini, “a salvaguarda de um bem material ou imaterial só tem sentido se esse patrimônio for reconhecido pela comunidade, se estiver relacionado ao sentimento de pertença desse grupo e incluso na sua dinâmica sociocultural” (PELEGRINI, 2008, p. 149), observa-se, conforme dados apresentados acima, que a política cultural

brasileira, ainda está longe de reparar o tratamento dado às culturas indígena e afro-brasileira e nota-se ainda uma influência do discurso colonial do SPHAN na prática de preservação contemporânea dos órgãos governamentais.

Nesse sentido, se o processo de patrimonialização realizado pelo IEPHA/MG, conforme consta no Dossiê para registro dos Saberes, Linguagens e Expressões Musicais da Viola em Minas Gerais, teve como ponto de partida um movimento realizado ainda em julho de 2015, quando “da mobilização de uma série de violeiros do estado que solicitaram ao poder executivo e ao legislativo, concomitantemente, o reconhecimento das violas como patrimônio cultural do estado”(IEPHA, 2018, p.11), reforçando o sentimento de pertença apresentado por Pelegrini, todavia, observa-se uma seleção de dados apresentados por esses sujeitos, que foram utilizados na elaboração do documento apresentado como produto final, ao mesmo tempo em que não se pode deixar de perceber o silenciamento de outros dados, como os referentes às duplas e à música instrumental.

Os silêncios, conforme aponta Trouillot (2016), são introduzidos na produção histórica em quatro momentos, dentre os quais destacamos o momento da recuperação do fato, isto é, na elaboração das narrativas. Para o autor, “qualquer narrativa histórica é um conjunto específico de silêncios, o resultado de um processo singular, e a operação necessária para desconstruir estes silêncios irá variar de acordo com eles” (Trouillot, 2016, p.59). Em uma linha de entendimento semelhante, Smith (2021) discorre que, a nível institucional, os bens “são identificados como representativos dessas narrativas que os profissionais do patrimônio e dos museus querem compor” (SMITH, 2021, p.143).

Dessa maneira, é importante ressaltar que um dos objetivos dessa pesquisa é refletir e compreender quais critérios foram utilizados para a não inclusão no dossiê dessas práticas relacionadas à viola citadas acima, contribuindo, assim, para um melhor entendimento do patrimônio imaterial e das políticas de patrimonialização dos bens de natureza imaterial.

A Viola e a Paisagem Sonora

Segundo Besse (2014), podemos entender a paisagem como uma representação cultural e social, que pode ser definida como um modo de perceber o que está ao nosso redor, existindo de modo subjetivo, como uma dimensão da vida mental do ser humano. Ao

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo Nº: 2021.2101.0375



MINAS
GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

mesmo tempo, ao entender a paisagem como um objeto passível de percepção, devemos considerá-la, conforme nos aponta Ulpiano de Meneses (2002), “como um objeto de apropriação estética, sensorial” (MENESES, 2002, p.32), por consequência disso, consideraa existência também de sua natureza objetiva.

Ao utilizar a palavra perceber, deve-se reforçar a percepção do ser humano a partir dos 5 sentidos, uma vez que “a paisagem também é o vento, a chuva, o calor, o clima, as rochas, o mundo vivo, tudo o que cerca os seres humanos”(BESSE, 2014, p.39). Partindo dessa reflexão, a paisagem é entendida como um campo muito maior que apenas representações pictóricas. Nesse sentido, para além da paisagem que podemos ver, quando apreciamos uma paisagem real ou representada em quadro, existem outras paisagens que podem ser percebidas, mas especificamente neste caso: a paisagem sonora.

Em uma análise inicial, podemos compreender a paisagem sonora como os sons que cercam o ser humano. Porém, para pensar a paisagem sonora, devemos nos afastar da ideia de paisagem apenas como uma percepção presente, mas também sua relação como a memória. Ao abordar essa perspectiva, Besse (2014), utilizando das reflexões de Halbwachs e Arendt, apresenta a paisagem também como “uma sucessão de rastros, de pegadas que se superpõem no solo e constituem, por assim dizer, sua espessura tanto simbólica quanto material.”(BESSE, 2014, p.33)

Esse entendimento de que a paisagem não é estática, uma vez que as marcas que as paisagens possuem, assim como as cicatrizes que possuímos em nossa pele, apresentam sua história, pode ser observado na definição dos critérios propostos pela UNESCO para categorizar a “paisagem cultural”, que apresenta, como um dos critérios parase analisar a paisagem cultural, o conceito de “paisagens associáveis” que tem como referência principal o fato de estar atrelado a “eventos, personagens ou idéias de significação histórica, literária, artística, filosófica, religiosa, científica”(MENESES, 2002, p.52).

O dossiê do IEPHA apresenta diversos exemplos dessa relação da viola caipira com a paisagem sonora mineira, que serão posteriormente analisados e debatidos nesta pesquisa, e podemos encontrar essa relação também em vários trechos de músicas, tanto de músicos mineiros como de músicos nascidos e residentes em outros estados, como cantam Almir Sater e Renato Teixeira em um trecho da música Vira Caipira:

“De Minas Gerais vem o
violeiro Vem, vem pra tocar
no arraiá De Minas Gerais
vem o violeiro Vem pra tocar
no arraiá

Bebe pinga e come pão de
queijo E na hora de tocar, é só
no uai-uai Bebe pinga e come
pão de queijo

E na hora de tocar, vai só no uai-uai”

(SATER, Almir e TEIXEIRA, Renato, 2018)

Assim, ao compreender o dinamismo da paisagem e ao se pensar a viola caipira como um dos elementos compositores da paisagem sonora de um determinado lugar, podemos relacioná-la também à identidade cultural de uma determinada região. Wagner Pereira, em uma reflexão sobre a paisagem sonora da Zona da Mata Mineira, aponta que “a música, no estudo das paisagens sonoras, assim como qualquer manifestação artística em um cenário cultural, pode ser considerada um elemento de coesão social e fortalecimento dos laços afetivos com o lugar.”(PEREIRA, 2016, p.13) Lucas Roberti complementa que “o som auxilia o modo de recordação, dando substrato aos lugares de memória e estabelecendo marcos ou pontos de apoio em celebrações”(ROBERTI, 2021, p.35). Desta forma, é possível estabelecer uma relação intrínseca da paisagem sonora tanto com a memória dos residentes como com a identidade de um lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões iniciais acima apresentadas trazem uma análise sucinta referente à constituição do patrimônio brasileiro e à prática que durante décadas determinou e ainda determina quais bens possuem valor patrimonializável.

A colonialidade do patrimônio brasileiro pode ser observada nessa seleção criteriosa de bens materiais, composto quase exclusivamente por bens representativos de um legado europeu, branco e católico, a serem preservados de forma a constituir um discurso de identidade da nação, cabendo então ao patrimônio imaterial a tarefa de

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo N°: 2021.2101.0375



MINAS
GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

proteger alguns poucos exemplos de elementos de matrizes outras, todavia, em condição inferior, uma vez que os efeitos de proteção do patrimônio material e imaterial são distintos.

Considerando as práticas de patrimonialização, um dos questionamentos que surge é até que ponto a prática de patrimonialização em vigor no Brasil interferiu no processo de registro da viola como patrimônio imaterial de Minas Gerais, tendo em vista que podemos observar que as expressões nas quais a viola caipira está presente incluídas no dossiê representam manifestações culturais de matrizes africanas, como os batuques e o congado; práticas populares e folclóricas como as Folias e a Dança de São Gonçalo; práticas relacionadas com o cotidiano das populações rurais no exemplo da Catira; ao mesmo tempo que não foram contempladas o “tocar em dupla”, nem a viola na música instrumental.

Dessa maneira, um aprofundamento sobre o entendimento de patrimônio cultural no Brasil servirá de subsídio para alcançar os objetivos, na busca de assimilar os caminhos percorridos durante este processo de patrimonialização na escolha das expressões que tiveram um “valor patrimonializável” percebido, como também compreender os parâmetros utilizados para determinar a não inclusão, apesar do reconhecimento de vários violeiros dessas práticas musicais nas quais a viola caipira também está presente, mas que não foram contempladas no dossiê.

Referências Bibliográficas

BESSE, Jean-Marc. O Gosto do Mundo: Exercícios de paisagem. In: **As cinco portas da paisagem – ensaio de uma cartografia das problemáticas paisagísticas contemporâneas**. Tradução de Annie Cambe, - Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014. p.11-66.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Decreto nº 3.551**. Institui o registro de Bens Culturais de natureza imaterial que constituem Patrimônio Cultural Brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio. Brasília, 4 de agosto de 2000.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25**. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, 30 de novembro de 1937.

IEPHA/MG. **Dossiê para registro dos Saberes, Linguagens e Expressões Musicais da**

APOIO:

toledo
INTERIORESFUNDARTE
FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MINAS GERAIS

REALIZAÇÃO:

coletivo
CONSULTORIA

PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo Nº: 2021.2101.0375MINAS
GERAISGOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Viola em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

MARINS, P. C. G.. **Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980.** Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 29, p. 9-28, 2016.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e Paisagem.** São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-64.

NAME, Leo e ZAMBUZZI, Mabel. Notas inconclusivas sobre raça, arquitetura e colonialidade do patrimônio material e imaterial. **Epistemologias do Sul: Pensamento Social e Político em/desde/para América Latina, Caribe, África e Ásia.** Dossiê: Giro decolonial, Parte 1: Artes visuais, arquiteturas e alteridades. vol. 3, n. 1, 2019, p. 118-140.

PELEGRINI, Sandra C. A. A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. **História** (São Paulo). 2008, v. 27, n. 2, pp. 145-173.

PELEGRINI, S. C. A. e FUNARI, P. P. **O que é patrimônio cultural imaterial.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

PEREIRA, Wagner Candian, “**Fraternidade ubaense**” e as paisagens sonoras de um interior mineiro: a música e a trajetória do maestro João Ernesto (1873-1914). 2016. 201 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania). Departamento de História, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG.

ROBERTI, Lucas. **As obras do maestro Domingos Roberti e a paisagem sonora da Zona da Mata Mineira no Século XX. 2021.** 318 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania). Departamento de História, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. **Nasce a academia SPHAN.** Revista do IPHAN. n. 24, 1996, p.77-95.

SATER, Almir e TEIXEIRA, Renato. **Vira Caipira.** São Paulo: Universal Music: 2018. (36 min)

SMITH, Laurajane. **Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio.** Caderno Virtual de Turismo, vol. 21, n. 2, p. 140-154, 2021.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Prefácio; O poder na estória. In: **Silenciando o passado: poder e a produção da história;** tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016.

EIXO 2: MEMÓRIA, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

READEQUAÇÃO DECA: Uma metodologia para aplicação em edifício na cidade de Muriaé, MG

COUTINHO, ANDRESSA H. (1); OLIVEIRA, RAPHAELA F. (2); FELIX, AFONSO A. (3); MARTINS, ANNA ELISA. (4).

1. Faminas-Muriaé. Arquitetura e Urbanismo
andressahenrique0@gmail.com
2. Faminas-Muriaé. Arquitetura e Urbanismo
raphaela.arq19@gmail.com
3. Faminas-Muriaé. Arquitetura e Urbanismo
afonsodes@gmail.com
4. Faminas-Muriaé. Arquitetura e Urbanismo
anna.martins@unifaminas.edu.br

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar uma metodologia de análise com a finalidade de preservar os bens arquitetônicos de importância cultural, histórica e social. A partir de estudos que conferem o entendimento da importância do patrimônio para expansão territorial e configuração morfológica da cidade. A metodologia foi aplicada a fim de estabelecer uma proposta para a E.E. Desembargador Canêdo, apresentando o estado atual da edificação, bem como prevê sugestões para uma requalificação. A análise parte do entendimento da morfologia urbana de Muriaé, desde o surgimento das primeiras ocupações e reconhece que as transformações ocorridas no município refletem nos bens arquitetônicos. O processo de urbanização e a morfologia das cidades é influenciado por fatores sociais, econômicos, políticos, legislativos, históricos e geográficos. Dessa forma, o conhecimento dos bens patrimoniais contribui para a compreensão da sociedade em que vivemos, o patrimônio cultural, seja material, imaterial ou natural, reflete a origem, história e costumes de um povo, devendo ser preservado.

Palavras-chave: patrimônio, preservação, reforma, restauro, requalificação, preservação.

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo N°: 2021.2101.0375



MINAS
GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

1. Introdução

A preocupação com o desenvolvimento de políticas de preservação dos bens que compõem o patrimônio cultural, surge no final do século XVIII, com a Revolução Francesa. O conceito de bens públicos e patrimônio cultural passou a ser visto como uma dádiva às cidades, com a ideia de que esses bens se tornariam heranças aos cidadãos. Estabeleceram-se então, as primeiras medidas políticas para a preservação dos bens, implementando documentos jurídicos e técnicos para a salvaguarda, bem como os procedimentos técnicos necessários para a preservação e restauração dos monumentos. (ZANIRATO e RIBEIRO, 2006)

A preservação do patrimônio de uma sociedade se dá através de vestígios escritos da história de uma determinada época. O passado só se torna recordável se alguém salvou ou preservou alguma lembrança que possa nos levar de volta no tempo. Nas cidades onde é possível ver a disseminação de muitas culturas, observa-se uma luta crescente entre as representações da tradição e do desenvolvimento. Passa a sensação de um período em que se deve destruir o passado para construir o futuro. A conciliação entre passado e presente parece utópico. Os conjuntos arquitetônicos culturalmente significativos não apenas contribuem para a identidade e singularidade de um povo ou lugar, mas também atuam como benfeitores na expansão e no desenvolvimento de uma cidade.

O patrimônio cultural, sendo material, imaterial ou natural, remete à história, confere identidade a um determinado povo, espaço e sociedade. Logo, é tudo o que valorizamos e queremos preservar.

O conceito de patrimônio mudou consideravelmente ao longo da história de acordo com as circunstâncias que prevaleceram em cada época. Como resultado, surgiram diversos questionamentos e teorias como formas de estabelecer critérios para a preservação e conservação do patrimônio cultural. Costa e Netto (2015) afirmam que o passado e o presente estão materializados nas cidades e remetem na cronologia das construções e das transformações que vão se acumulando em camadas sob o solo edificado.

A conservação com base científica inicia-se no séc. XIX. Destacam-se os trabalhos de Sir Humphrey Davy, desenvolvendo técnicas para conservar objetos arqueológicos, onde criou também, um laboratório e desenvolveu uma série de tratamentos de conservação com Friedrich Rathgen. É nesse contexto, durante a Revolução Industrial, que surgem os

APOIO:



toledo INTERIORES

FUNDARTE



REALIZAÇÃO:

coletivo
CONSULTORIA

PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo N°: 2021.2101.0375



MINAS
GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

primeiros teóricos da conservação, John Ruskin e Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc. Suas posições, diametralmente opostas, enquanto Viollet-le-Duc abordava técnicas de restauração, John Ruskin discordava e admitia apenas a conservação como método (ou providência) de preservação das obras. Destaca-se também Camillo Boito, no qual aceitava a restauração desde que fosse a menos possível, onde deveria ser baseada na existência de documentos e registros. Com o passar do tempo, outras teorias e técnicas foram sendo elaboradas por vários teóricos como Alois Riegl, Gustavo Giovannoni e Césare Brandi. Com tudo, essas teorias de conservação e restauração evoluíram ao longo do tempo, refletindo o contexto da sociedade na época em que foram desenvolvidas. (GRANATO e CAMPOS, 2013)

Novas preocupações com a preservação e intervenção começou a ter maior repercussão, ainda no séc. XIX. Surge-se então, as Cartas Patrimoniais em forma de documento, propondo proteger os bens, seja histórico, artístico e/ou cultural, tendo em conta as diversas localidades e circunstâncias em que se encontravam. Para Kühn (2010), as Cartas Patrimoniais são documentos concisos, indicativos ou prescritivos, de caráter normativo, devem ser reinterpretadas de acordo com cada realidade local.

A primeira Carta Patrimonial foi elaborada em 1931, chamada “Carta de Atenas”, trazendo para discussão questões das principais problemáticas do período. Atualmente, existem diversas cartas já elaboradas, sendo a última escrita no ano de 2010. É possível observar uma evolução significativa no conceito de patrimônio, pois nas últimas edições das cartas, o patrimônio se expande, passando a incluir técnicas utilizadas, valores sentimentais e históricos.

No que se refere as práticas de projeto, surgem ainda os termos para definir os tipos de reformas, a readequação busca a adequação do edifício construído, preservando ao mesmo tempo as partes de caráter histórico, cultural ou arquitetônico do edifício, voltado para as necessidades atuais.

O restauro é definido pelo conjunto de intervenções que visa o valor histórico arquitetônico, destinando-se a restabelecer a legitimidade original da obra, obedecendo um critério de análise histórico no que se refere a técnicas construtivas e materiais empregados como referência de uma determinada época.

A requalificação adiciona um novo uso ao edifício, mas sem que perca sua função inicial, tal como estipula a Carta de Lisboa, na alínea d) do artigo 1, a requalificação refere-

se a operações dirigidas a espaços não residenciais, sendo que as mesmas apostam em fomentar nesses espaços novas atividades mais adaptadas aos contextos urbanos contemporâneos (SIRCHAL, 1995)

Já o retrofit, surge como uma tendencia de recuperação de edifícios antigos, mudando o uso original, o principal problema dessa técnica construtiva, segundo Marques de Jesus e Barros (2007), é a complexidade do processo técnico, desde a análise de viabilidade, projeto, levantamento de custos de produção, legislação, aprovação de projeto e outras etapas até chegar à ocupação do edifício.

2. Desenvolvimento

Os bens culturais da cidade de Muriaé remontam o histórico colonial e crescimento da cidade, e a partir da disciplina de Técnicas Retrospectivas aplicada na instituição de ensino Faminas, pelo curso de Arquitetura e Urbanismo, em Muriaé, foi desenvolvida uma metodologia que promove o conhecimento desses bens, bem como seu papel dentro da sociedade. Dessa forma, um estudo na cidade de Muriaé, que leva em conta desde as suas primeiras ocupações até os dias atuais é de grande contribuição para que se faça os melhores planejamentos e usos, principalmente dos espaços já consolidados, visto que os bens arquitetônicos culturais conferem, não só a identidade e individualidade de um povo e ou sítio, mas também se comportam como norteadores na expansão e na configuração morfológica dos espaços vista sua importância ímpar para tal (ZANIRATO e RIBEIRO, 2006).

Este estudo tem como objetivo destacar os processos de metodologia aplicada aos bens arquitetônicos municipais no tecido urbano da cidade de Muriaé, no que se refere a sua conservação, requalificação, restauração, readequação e/ou retrofit. Os processos envolvem especificamente:

- Analisar o histórico do entorno, como a cidade evoluiu ao longo do tempo e como os seus bens arquitetônicos se contextualizam dentro da malha urbana.
- Buscar e analisar os instrumentos de proteção vigentes, leis que regem o município ou bem arquitetônico.
- Visita in loco, identificação do uso e mapeamento de patologias existentes, origens dos danos e áreas de intervenção.

APOIO:

FAMINAS

Santa Marcelina
FACULDADE

UFV
Universidade Federal de Viçosa

toledo
INTERIORES

FUNDARTE
FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MURIAÉ

MURIAÉ
PREFEITURA
DE MURIAÉ - VISAR COM SOZA

REALIZAÇÃO:

coletivo
CONSULTORIA

PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo Nº: 2021.2101.0375

MINAS GERAIS
GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

- Proposta de readequação, requalificação, restauração ou retrofit.

Os métodos utilizados na execução deste estudo são de natureza bibliográfica e documentais do acervo municipal, levantamento fotográfico, elaboração de mapas e análise das leis vigentes do município. O bem arquitetônico escolhido para análise é a escola Estadual Desembargador Canêdo, localizado na Barra, em Muriaé – MG.

2.1. História de Muriaé

Os Índios Puris foram os primeiros habitantes da cidade. A colonização do território foi feita por meio do comércio de brancos e índios. Em 1817, Constantino José Pinto, com 40 homens, estabeleceu contato com os índios enquanto comercializava ervas e plantas medicinais. Percorreu o rio Pomba e atingiu o rio Muriaé onde aportou, construindo seu abarracamento no mesmo lugar em que existe, na atual cidade, o Largo do Rosário.

O francês Guido Tomás Marlière chegou e ergueu a Capela do Rosário, em 1819. Em busca das raízes da ipecacuanha, também conhecida como poaia, começaram a aportar extratores de madeiras de lei e, principalmente, de plantas medicinais. Era o início da atividade econômica do futuro município. A população se expandiu de maneira rápida, inicialmente com apenas uma estrada ao longo do rio, dando origem ao "Porto", "Barra" e "Armação" em razão do rio que margeavam e, depois, disseminando o seu casario em todas as direções.

Em 7 de abril de 1841, foi criado o distrito com o nome de São Paulo do Muriaé, pertencendo a São João Batista do Presídio e subordinado eclesiasticamente a Santa Rita do Glória (atual município de Miradouro).

Muriaé já era um importante produtor de café nas últimas décadas do século XIX, status que manteve até o início do século XX. A monocultura do café foi o principal fator de desenvolvimento econômico da cidade. O progresso da nova localidade foi constante, principalmente a partir de 1886, data da inauguração da Estação da Estrada de Ferro Leopoldina que ligaria, diariamente, Muriaé à Capital da República (Rio de Janeiro). Os donos das grandes fazendas produtoras, conhecidos como coronéis, representavam não apenas a aristocracia econômica da região, mas também sua forte expressão política em Minas Gerais e em todo o país.

A instalação dos trilhos da Ferrovia Leopoldina Railway provoca mudanças significativas na paisagem social da cidade. As notícias trazidas por telégrafo e correio atualizando os cidadãos interessados, chegam junto ao trem. Surge, a seguir, a imprensa local, com “O Muriaé”, semanário de 1890, “O Eixo Municipal”, de 1891, “O Condor”, de 1898 e “O Radical”, em 1903, dando início a uma série de outros que se sucederam, criando uma longa tradição jornalística em Muriaé.

A Proclamação da República chega a Muriaé, que por sua vez melhora suas construções. Ergue-se a Matriz de São Paulo e uma praça com jardim, assim como o prédio do executivo. A cidade nessa época era a segunda maior produtora de café de Minas Gerais. Surgem as máquinas de beneficiamento, a catação do café, o estocamento, o carregamento para os vagões que saem abarrotados, deixando riqueza. Em 1910, foi criado o serviço de força e luz, no ano seguinte o de água e esgoto, e, em 1913, o serviço de telefone urbano. O calçamento, o telefone, os bancos fazem parte de uma nova ordem social e política.

A grave crise econômica de 1929, afetou profundamente o município, mas a economia voltaria a crescer durante a fase getulista, principalmente após a abertura da estrada Rio-Bahia, inaugurada por Getúlio Vargas em visita à cidade em 1939. O grande fluxo de veículos trazido pela nova rodovia inseriu Muriaé entre as cidades de maior progresso da região. A monocultura cafeeira passou a ceder espaço para outras atividades econômicas. Na década de 1960, a mecânica automotiva começou a atingir grande expressão, graças ao asfaltamento da rodovia Rio-Bahia, e o município passou a ser referência no ramo da retífica de motores.

2.2. E.E. Desembargador Canêdo

A E. E. Desembargador Canêdo está localizada no bairro Barra, um dos bairros mais populosos da cidade de Muriaé. Onde foi percebido um crescimento urbano a partir de 1970, de início no entorno do Porto, Barra e do Centro e, mais tarde, nas áreas ainda mais periférica, fruto do contínuo esvaziamento do espaço rural, crescimento da população, e a transição econômica da indústria mecânica (1960) para indústria de confecções (1980), que abriu novos postos de trabalho.

A E. E. Desembargador Canêdo (DECA), foi criada pelo decreto 11.496 de 1934, apesar de haver algumas referências a sua criação no ano de 1930. A construção do prédio

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo Nº: 2021.2101.0375



MINAS GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

começou na administração municipal do Dr. Orlando Flores e ficou pronto em 1936.

Entretanto, o grupo foi instalado somente em 1946, permanecendo fechado por 10 anos. Persiste uma dúvida quanto ao fato de o prédio da escola ter ficado fechado por todos esses anos. Cabe destacar que o ciclo de criação e fundação do DECA perpassa por várias gerações políticas dos Canêdo.

O fato é que o Grupo Escolar Desembargador Canêdo foi instalado em 1945 e começou a funcionar em 1946 durante a administração de Pio Canêdo, neto do Desembargador Canêdo. Entre idas e vindas, aguardou-se o momento em que estivesse alguém da família Canêdo à frente da prefeitura para finalmente entregar o prédio para ser usufruído pela população como casa de ensino. Deve ressaltar que a edificação em si não foi construída pela família Canêdo nem por outra pessoa do partido deles e sim pelo partido de oposição.

A edificação impõe sua ocupação singular, com dois volumes simétricos ao lado de uma portaria central, com sua entrada principal. Remete ao estilo eclético com simetria bilateral, e vários elementos decorativos, a fachada é dividida em 5 panos, sendo a parte central mais recuada apresentando detalhes em floral, arcos e colunas. As fachadas laterais seguem o mesmo estilo, até o final da edificação de sua criação, quando começa então aos fundos do terreno a nova construção atual sem valor arquitetônico.

Teve suas fachadas tombadas no ano de 2003 por ser um prédio de importância histórica para o município e de características arquitetônicas singulares. Nele estudaram diversos prefeitos e outros cidadãos importantes, sendo, ainda hoje, principal referência para o bairro. Rossi (1966) afirma que a cidade não é fruto exclusivo de um plano pré-concebido, e sim acúmulo de camadas históricas sucessivas. Desse modo se faz necessário entender os bens arquitetônicos, pertencentes aos diferentes momentos históricos da cidade e o fundamento de suas características arquitetônicas marcantes para aquele período.

2.3. Legislação Vigente

Conforme legislação vigente em nosso ordenamento jurídico que versa sobre a proteção do patrimônio cultural da cidade, podemos exemplificar em especial o artigo 4º incisos I, II, III, IV, V e VI da Lei municipal nº 4.491 de 08 de maio de 2013, que revogou a lei municipal anterior nº 3834/2009 da cidade de Muriaé o qual citamos abaixo:

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo Nº: 2021.2101.0375



GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

- Art. 4º A política cultural do Município compreende o conjunto de ações desenvolvidas pelo poder público na área cultural e tem como principais objetivos:
 - I - Criar condições para que todos exerçam seus direitos culturais e tenham acesso a os bens culturais;
 - II - Incentivar a criação cultural;
 - III - Proteger e preservar os bens que constituem o patrimônio cultural municipal, prevenindo a ocorrência de danos;
 - IV - Promover a conscientização da sociedade com vistas à preservação do patrimônio cultural municipal;
 - V - Divulgar e promover o patrimônio cultural do município;
 - VI - Promover a função sociocultural da propriedade.

A Lei complementar nº 5915/2019 “Institui o plano diretor participativo de Muriaé e da outras providências”, com destaque no artigo 77º: Sobre a diretriz de reforçar a importância histórico-cultural, por meio da preservação e da valorização do patrimônio existente em Muriaé, têm-se as seguintes estratégias:

- I - Fortalecer a Fundação de Cultura e Artes - FUNDARTE, responsável pela gestão do patrimônio cultural e do turismo de Muriaé; e
- II - Desenvolver parcerias junto às demais esferas governamentais, de modo a captar recursos para:
- III - Revisão do Plano Municipal de Turismo, agregando os objetivos estabelecidos pela Política Urbana de Muriaé;
- IV - Desenvolvimento de programas e projetos específicos para restauração e manutenção do patrimônio histórico-cultural;

O Decreto 2331/2003 que rege “procede ao tombamento de edificações de outros bens de valor histórico, cultural, artístico ou paisagístico e de outras providências” sendo o artigo 1º - “Ficam Tombados, considerados como integrantes do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e/ou paisagístico do Município de Muriaé, os bens seguintes, públicos ou particulares, inclusive suas benfeitorias e demais pertences, a serem relacionados e descritos, na forma prevista no presente Decreto: Fachada da E.E Desembargador Canêdo”

3. Patologias da edificação

Os problemas patológicos em edifícios são muito recorrentes atualmente, e ainda maior em edifícios mais antigos. O principal objetivo é caracterizar a estrutura de cada edifício, ao mesmo tempo que compreende a sua história, projeto e intervenções. Isso é feito por meio da coleta de dados e do recebimento de informações dos envolvidos direta ou indiretamente em sua concepção e execução. A degradação das estruturas está diretamente relacionada à exposição das edificações aos agentes físicos, químicos e biológicos encontrados na natureza e nos próprios materiais de construção.

Nesse sentido, é fundamental que o diagnóstico das anomalias presentes em uma edificação seja respaldado com precisão por análises críticas e estudos investigativos sobre a origem do problema constatado, a fim de poder oferecer o tratamento mais eficaz para restabelecer a vida útil da edificação.

É fundamental que as análises das manifestações patológicas e dos documentos que delas resultem sejam objetivas, claras e isentas de quaisquer dúvidas que possam surgir sobre sua interpretação.

O mapa de danos é um dos documentos, originados das vistorias e inspeções nas edificações, sendo fundamental para a investigação do estado de conservação de uma edificação. O processo de levantamento das anomalias para a elaboração do mapa de danos pode ser dividido em: identificação do problema patológico, marcação nas plantas das fachadas destas anomalias e fotografia das manifestações patológicas.

A Escola Estadual Desembargador Canêdo passou recentemente por uma reforma, porém percebe-se que não foi devidamente efetuada, pois é possível encontrar diversos problemas patológicos na edificação, como: deslocamento do reboco, manchas de umidade, sujidades, biodegradação, descascamento da pintura e fissuras superficiais. Como forma de registro desses danos encontrados, e para associá-los às análises, foi criada a ficha de identificação de danos. A ficha de identificação proposta nesse estudo, divide os danos encontrados em três tipos: danos ocorridos nas paredes, nas cantarias e nas esquadrias. Na Figura 1, é possível observar a ficha de identificação de danos da fachada frontal da E.E. Desembargador Canêdo. Para cada dano constatado é atribuído uma

simbologia, que logo será representada no mapa de danos da fachada em estudo, como também é mostrado na Figura 2.

DANOS ÀS PAREDES (ALVENARIA)	OCORRÊNCIA E SIMBOLOGIA	
1) DESPLACAMENTO DO REBOCO	X	
2) DESPLACAMENTO DO REBOCO COM ALVENARIA EXPOSTA		
3) MANCHAS DE AÇÃO DO FOGO		
4) MANCHAS DE UMIDADE	X	
5) BIODEGRADAÇÃO (FUNGOS E MICROALGAS)		
6) VEGETAÇÃO		
7) DEPÓSITOS ESCUROS (SUJIDADES)	X	
8) EFLORESCÊNCIA (SALINIZAÇÃO)		
9) FISSURAS SUPERFICIAIS (NÃO ESTRUTURAIS)		
10) FISSURAS ESTRUTURAIS (FENDAS E TRINCAS)		
11) INTERVENÇÃO COM CIMENTO E ARGAMASSA		
12) VANDALISMO (GRAFITAGEM/ PICHAGEM)		
DANOS ÀS CANTARIAS		
1) ALVEOLIZAÇÃO		
2) DESAGREGAÇÃO GRANULAR	X	
3) PITTING		
4) PERDA DE SEÇÃO/ LACUNAS		
5) ESFOLIAÇÃO		
6) CROSTA NEGRA		
DANOS ÀS ESQUADRIAS		
1) ATAQUE DE TÉRMICAS		
2) MOFO/ BOLOR		
3) DEGRADAÇÃO DA MADEIRA		

Figura 1 Ficha de Identificação de Dados da Fachada Frontal

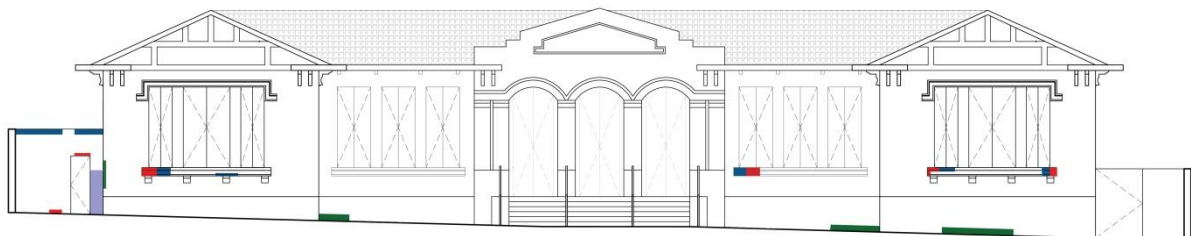


Figura 2 Mapa de Danos da Fachada Frontal

4. Proposta

A partir da metodologia aplicada, foi realizado uma proposta de requalificação para a E.E Desembargador Canêdo, visto que a mesma se encontra em bom funcionamento no que se refere ao ensino público da cidade, porém mesmo com a reforma realizada no ano

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
 Protocolo N°: 2021.2101.0375



MINAS GERAIS

GOVERNO
 DIFERENTE.
 ESTADO
 EFICIENTE.

de 2021 a 2022 (da qual ainda se encontra em processo) percebe-se pelos registros fotográficos e mapeamentos de patologias que medidas de prevenção não foram tomadas adequadamente.

Para o curso de Arquitetura e urbanismo, foi então proposto uma requalificação da edificação, mantendo as características originais da fachada e ainda, promovendo oficinas em todas as 11 artes, sendo um espaço de desenvolvimento, diálogo e experimentações artísticas libertárias. Promovendo, assim, a educação patrimonial, que tem sua importância apontada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, dirigente do IPHAN até 1967, em alguns artigos e discursos: “Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado. Se não se custou muito a persuadir nossos concidadãos de que o petróleo do país é nosso, incutir-lhes a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é também deles, ou nosso, será certamente praticável.” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1987, p. 64, apud OLIVEIRA, 2011, p. 32). Na Figura 3 é mostrado uma foto atual da E. E. Desembargador Canêdo e na Figura 4 é apresentado uma imagem da mudança proposta na fachada.



Figura 3 Fachada frontal atual do Deca

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
 Protocolo Nº: 2021.2101.0375



MINAS GERAIS

GOVERNO
 DIFERENTE.
 ESTADO
 EFICIENTE.



Figura 4 Proposta para a fachada

5. Considerações Finais

Os patrimônios culturais possuem grande importância para uma sociedade pois eles a conferem identidade e memória coletiva. As edificações que são consideradas como bens culturais se tornam referências para locais e pessoas, além de serem responsáveis por também criar naquela comunidade uma memória afetiva e gerar um legado importante para as novas gerações dela.

Para se proteger essa memória afetiva e cultural, e a representação para uma sociedade que um patrimônio produz, foi necessário a criação de formas de preservação patrimonial. Como já foi citado anteriormente pelo presente estudo, durante anos foram sendo discutidas propostas e ideias de preservação por diversos teóricos como Ruskin e Brandi, posteriormente novas sugestões surgiram das cartas patrimoniais, sendo a principal e mais criteriosa sobre restauro delas a Carta de Veneza de 1964.

Neste artigo é mostrado uma metodologia de análise de um bem patrimonial para a elaboração de um projeto de conservação, requalificação, restauração, readequação e/ou retrofit. Como objeto de estudo foi utilizado a E.E. Desembargador Canêdo, uma escola de importância cultural para a cidade, dada principalmente por sua fachada singular. Foi percebido que não há a necessidade de alteração no uso da edificação, no entanto ela precisa responder também à contemporaneidade e às demandas atuais, o que resultou na proposição de um projeto de requalificação que irá acrescentar para a escola incentivo às artes, à cultura e ao patrimônio.

Além de acrescentar nova função, outra iniciativa necessária é a cura das patologias existentes, que foram observadas utilizando a metodologia apresentada, que permitiu ponderar as possíveis soluções das anomalias identificadas. A análise histórica do entorno permite identificar a evolução histórica e morfológica da malha urbana do local, podendo assim compreender a atual contextualização da edificação com a local em que ela está inserida. A próxima etapa citada dessa metodologia é tomar conhecimento das leis de proteção patrimonial que regem o município e os bens culturais, pois ela permite conhecer e considerar quais medidas podem ser tomadas e quais devem ser evitadas. Outra fase muito importante é a visita in loco, pois é nela que se identificam as patologias existentes na edificação, que posteriormente são registradas e organizadas em fichas de identificação e mapa de danos, que são etapas que possibilitam o estudo correto das possibilidades de cura dessas patologias encontradas. Como é possível observar, a metodologia de análise apresentada permite ter amplo conhecimento da edificação e seu entorno, o que dá acesso para o arquiteto às melhores possibilidades de ações a serem adotadas, levando em consideração a sociedade, a história e o patrimônio. Além disso, ela também permite escolher as melhores medidas relacionadas ao meio ambiente, para que se interfira de forma otimizada na edificação e impacte o mínimo possível no meio ambiente, podendo também se aproximar do desenvolvimento sustentável desejado em todo o globo atualmente.

O projeto de readequação apresentado neste artigo contribui para o meio ambiente de forma que ele impede que haja a demolição de um edifício antigo e depois a construção de um novo, o que conseqüentemente irá gerar novos e grandes impactos ao meio ambiente e à vizinhança, contribuindo para o aumento da poluição ambiental. Ao se adotar pela readequação, as únicas necessidades são a de curar as patologias identificadas, adequar às funções adicionadas e às novas normas de acessibilidade, questão a qual os edifícios mais antigos dificilmente estão de acordo.

Referências Bibliográficas

ADMINISTRAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ. **Muriaé 150 anos de História.** Revista comemorativa do sesquicentenário de Muriaé 1855 – 2005. Muriaé 2005 – 2008.

ADMINISTRAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ. **PLANO DIRETOR DE MURIAÉ,** LEI N. 3.377 / 2006.

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo N°: 2021.2101.0375



MINAS GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

FUNDAÇÃO DE CULTURAL E ARTE DE MURIAÉ (FUNDARTE). **Dados patrimoniais e culturais de Muriaé**. Disponível em: <http://www.fundarte.rs.gov.br/>

MATTOS, Marine Luiza de Oliveira. **Bens Patrimoniais e Morfologia Urbana na Zona de Preservação Histórica de Muriaé – MG**. Dissertação (Mestre em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ. **LEI MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, LEI N. 3.834 / 2009**. Muriaé: 2009

ZANIRATOI Silvia H.; RIBEIRO Wagner C. **Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável**. Rev. Bras. Hist. vol.26 no.51 São Paulo Jan./June 2006.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

APOIO:

toledo
INTERIORESFUNDARTE
FUNDAÇÃO DE CULTURAL E ARTE DE MURIAÉ

REALIZAÇÃO:

coletivo
CONSULTORIA

PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo Nº: 2021.2101.0375MINAS
GERAISGOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

EIXO 3: DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DA MEMÓRIA: CIDADE COMO ESPAÇO PÚBLICO DE MEDIAÇÃO, NEGOCIAÇÃO E TENSÃO

POLÍTICA PATRIMONIAL E OS DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E DA MEMÓRIA

OLIVEIRA, LUCIANA A. DE (1); ASSIS, ANGELO A. F. (2)

1. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História
Endereço Postal: Campus Universitário
E-mail: Luciana.aparecida@ufv.br
2. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História
Endereço Postal: Campus Universitário
E-mail: angelo.assis@ufv.br

RESUMO

Esse artigo é um recorte de projeto de pesquisa de mestrado, em que se tem a fazenda Limeira como objeto de estudo. Essa fazenda foi tombada desde 2017 e, no entanto, está se deteriorando com o passar dos anos. Assim, propus nesse artigo, fazer uma revisão bibliográfica sobre a política patrimonial e os desafios que envolve a preservação do patrimônio cultural e da memória, uma vez que percebemos que o tombamento mesmo sendo um mecanismo de preservação não está sendo o suficiente para preservar o patrimônio cultural no país, como é o caso da fazenda Limeira no Município de Guaraciaba. Percebemos que os desafios englobam uma política patrimonial efetiva, maior participação da população em todas as etapas do processo de forma que estes bens patrimonializados possam de fato representar esse povo e sua memória. Ou seja, estes patrimônios e memórias preservados precisam englobar a história, memória de todos os povos brasileiros, e assim como é responsabilidade de todos a preservação do patrimônio e da memória é preciso que estes representes a todos, valorizem a memória de todos.

Palavras-chave: Preservação; Memória; Política Patrimonial

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo Nº: 2021.2101.0375



MINAS
GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

INTRODUÇÃO

Esse artigo é um recorte de meu projeto de pesquisa de mestrado que tem como objeto de estudo a fazenda Limeira situada no município de Guaraciaba, MG. O município de Guaraciaba localiza-se na zona da Mata mineira e possui mais de 300 anos de história. Anteriormente denominada Barra do Bacalhau desempenhou função importante no século XVII em diante, em função do ciclo do ouro na região, conforme relatos em diário de desbravadores. Destaca-se nestes relatos a presença de algumas comunidades. As comunidades se desenvolveram em estradas interligando Barra do Bacalhau (Guaraciaba) a Santa Rita do Turvo (Viçosa), com rota pelas fazendas Limeira e do Café e interligando a cidade a Mariana, passando pelo povoado da Penha (CASTRO, 2010).

Nestes municípios surgiram várias fazendas no século XVIII, que constituem hoje um importante patrimônio histórico e arquitetônico do Município. Entre estas fazendas, destacaremos a fazenda Limeira por ter sido tombada enquanto um bem cultural: *“Fica decretado o tombamento do bem cultural “Sede da fazenda Limeira... por seu valor representativo como bem arquitetônico característico do séc XVIII e que foi construída por escravos” (DECRETO Nº 132/2017 DE 10 NOVEMBRO DE 2017).*

A fazenda data de 10/01/1712 sendo considerada a construção mais antiga do Município. Uma vez que atualmente, essa data da fachada é considerada a data de sua construção, guardando assim vestígios da sua história e conseqüentemente, da história do Município (GUARACIABA, 2018). Para Trouillot (2016), a história tem sentido ambivalente, sendo um lado enfatizando o processo sócio-histórico e outro no conhecimento acerca desse processo, ou seja, a “estória” desse processo que é conhecido. Assim é também a noção de Patrimônio, ou seja, um processo histórico que vem sendo construído ao longo dos anos, em que tem privilegiado as “estórias” dos detentores do poder, em detrimento à dos inferiorizados.

Percebe-se aí o valor histórico dessa fazenda. Uma vez que para Choay (2004), as construções antigas possuem uma memória e tem em si um valor histórico. Valor esse reconhecido pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico de MG, (IEPHA) que publicou em 2020 uma relação de bens protegidos pelos municípios e apresentados ao ICMS - Patrimônio Cultural. A fazenda Limeira aparece na lista como um Bem Imaterial aceito para efeito de pontuação. Essa divergência em relação ao decreto

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
 FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
 Protocolo N°: 2021.2101.0375



também despertou interesse uma vez que para Name e Zambuzzi (2019), os bens imateriais são registrados e os bens materiais são tombados. Isso significa que mesmo tendo em base as mesmas motivações: proteger as referências culturais nacionais, essa diferença entre tombados e registrados em relação aos efeitos de proteção tornam-se distintos. Além disso, o registro de um bem imaterial pode passar por revisão a cada dez anos, já o bem material tem no tombamento algo definitivo.

De acordo com Chuva (2012), quando se visa a patrimonialização de um bem, o homem atribui valores a ele. O que a autora quis dizer é que, por ser um valor atribuído pelo homem, não é imutável. Assim, o processo de patrimonialização de qualquer tipo de bem deve considerar os sentidos e os significados atribuídos pelos grupos de identidade relacionados a ele.

Nesse sentido, considerando a fazenda Limeira, o que instigou a pesquisa foi o fato de se tratar de um patrimônio considerado pelo poder público como um patrimônio histórico e representante da cultura e da história da cidade, mas que mesmo assim está em processo de deterioração, se degradando dia pós dia. Quais são os motivos para que esse patrimônio está se deteriorando? Porque não está sendo preservado? Estas são algumas das questões que pretendemos responder com a pesquisa de mestrado, mas para esse artigo, iremos nos ater em apresentar uma revisão bibliográfica sobre a política patrimonial e os desafios da preservação do Patrimônio cultural e da memória.

PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL E DA MEMÓRIA

Ao longo dos séculos a noção de Patrimônio foi sendo consolidada, inicialmente enquanto monumento histórico, depois enquanto Patrimônio Histórico e agora enquanto Patrimônio Cultural. O conceito de monumento histórico e de patrimônio Cultural Universal é: *“monumento, conjuntos edificados, sítio arqueológico, valor universal e excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência”* (CHOAY, 2004, pag.183). A consolidação se deu inicialmente na França em função de sua política Cultural e se expandiu de forma mundial, tornando-se uma referência em relação às práticas patrimoniais mundiais, principalmente com a conferência mundial de proteção ao Patrimônio Mundial da UNESCO - Organização das Nações Unidas para educação, ciência e cultura em 1972 (CHOAY, 2004).

Para a UNESCO (2022) o patrimônio cultural é importante porque faz parte da memória e identidade dos povos e das riquezas naturais do planeta. Ela o classifica em duas categorias: patrimônio cultural mundial (monumentos, edifícios, sítios com valores excepcionais) e patrimônio natural (formações físicas, biológicas e geológicas, habitats de espécies animais e vegetais ameaçados).

Até a conferência, estes eram os entendimentos sobre o que era um patrimônio. No Brasil, uma legislação específica surgiu em 1937 por meio do decreto-lei nº25 de 13 de novembro de 1937 em que se definiu o Patrimônio histórico nacional como um conjunto de bens móveis e imóveis do País cuja conservação é de interesse público, seja por se vincular aos fatos memoráveis da história do Brasil, ou seja, pelo seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico. De acordo com a constituição Brasileira, cabe ao poder público e a comunidade promover ações de defesa e valorização do patrimônio Brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamentos e desapropriação, e outras formas de acatamento e preservação dos bens (BRASIL, 1988).

Essa descrição para Chuva (2012) amplia e pluraliza a identidade brasileira e a noção de bens culturais assim como os de natureza imaterial. O que a autora quis dizer é que com essa visão englobadora, possibilitou um olhar abrangente para a valorização de outras manifestações culturais, uma vez que há uma tendência a preservação de bens representantes do legado europeu, denominado por Name e Zambuzzi (2019) por colonialidade do poder, que traz consigo uma ideia de raça e herança do colonialismo, consagrando assim a diferença entre os grupos, numa visão de superioridade branca sobre negros. Esse tipo de diferenciação continua acontecendo, pois apesar de não se vivenciar o colonialismo, as relações de poder permanecem se manifestando também em relação às escolhas dos bens patrimoniais, tanto em relação à localização geográfica, assim como nos critérios a serem valorizados (MAXIMO, 2017)

De acordo com Guimarães (2017) precisa-se refletir sobre as representações destes bens patrimonializados, uma vez que para a autora, o patrimônio é um lugar de conflito, por não representar a todos. Canclini (1994) acrescenta que o patrimônio cultural serve como recurso produtor das diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que possuem acesso à produção e distribuição dos bens. Já para Smith (2021, pág.143) o *“Patrimônio é uma prática performativa que negocia o*

significado do passado ao remeter a problemas sociais no presente”. E que estas práticas não são aleatórias, ao contrário, elas são estruturadas e guiadas por normas sociais que elaboram os próprios discursos.

Entretanto, no Brasil o patrimônio cultural brasileiro (material e imaterial) deve envolver a história de todos os diferentes grupos formadores da sociedade portadores de referência à identidade e memória brasileira. Conforme estabelecido no artigo 216 da constituição Brasileira de 1988 os diferentes grupos incluem:

“I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”. (BRASIL, 1988, ART.216).

Dessa forma, se o patrimônio cultural engloba identidade e memória dos diferentes grupos, é preciso que eles sejam contemplados no processo de patrimonialização. De acordo com Smith (2021): *“Pressupostos sobre o valor inato do patrimônio também reforçam a ideia de que patrimônio representa tudo que há de bom e importante sobre o passado e que contribuiu para o desenvolvimento das características culturais do presente”*(SMITH, 2021, pag.144). Mas, o que tem sido registrado, o que tem sido falado faz reverência ao legado europeu, ao período colonial e não tem incluído todos os grupos, logo pode-se inferir com a fala do Smith que não estamos considerando importante o passado de parte da sociedade e tão pouco desenvolvendo todo o nosso potencial cultural. Isso acontece, pois para Trouillot, 2016: *“... a história envolve tanto processo social quanto as narrativas sobre esse processo, as teorias da história na verdade privilegiam um dos lados, como se o outro não importasse* (TROUILLOT, 2016, pag.52). Para esse autor, a história é fruto do poder, ou seja, das narrativas históricas que são direcionadas pelos interesses no campo do poder. No entanto, isso não quer dizer que não existam outras histórias, outras possibilidades, outras narrativas possíveis, outras memórias a serem valorizadas.

Conforme Nora (1993) a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais e é uma representação do passado que pertence a todos e a ninguém, logo é universal. Já a memória é vida, carregada por grupos

sociais, logo em permanente evolução. Trata-se de um fenômeno sempre atual e vivido no presente, ela é por natureza múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. Corroborando com essa ideia, temos Pollak (1992) que entende a memória também como um fenômeno individual, coletivo e social, que pode ser construído individualmente ou coletivamente e que está em constantes transformações, uma vez que engloba acontecimentos individuais e coletivos conflitantes e negociáveis.

Canclini (1994), acrescenta que a memória popular é curta porque não é arquivada e nem preservada, mas para Lowenthal (1998), a memória não tem o papel de preservar o passado, mas sim de adaptá-lo de forma a enriquecer e manipular o presente, contribuindo para a identidade pessoal. Já para Pollak (1992) a memória é um fenômeno construído socialmente de forma individual e que existe uma ligação estreita entre memória e o sentimento de identidade, uma vez que para o autor a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, independentemente de ser a memória individual ou coletiva.

Assim, vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos (POLLAK, 1992; Pag.05).

Considerando o que estes autores nos trazem, percebe-se que memória e identidades são importantes para o processo de patrimonialização e de preservação de um bem móvel ou imóvel. Uma vez que, segundo Silva Júnior e Oliveira, (2018) existe uma relação intrínseca entre patrimônio e memória, em que a memória é responsável pelo processo de reconstrução do que ocorreu no passado. E o patrimônio é a manifestação exterior da memória e de uma identidade socialmente construída, uma vez que ambos são socialmente construídos validando um acontecimento histórico ou uma determinada identidade coletiva (MARTINS, 2011). Para Rodrigues (2012) é por meio da memória social, que um patrimônio é reproduzido e preservado, seja ele um bem material ou não-material. Esse autor ressalta que o patrimônio vai além do que é materializado, escrito, musealizado e

edificado, e que é preciso valorizar também a memória oral. Rocha (2012) acrescenta que o patrimônio é alvo de preservação por possuir capacidade de estimular a memória das pessoas vinculadas a ele. Essa autora acrescenta ainda que entender a importância da preservação é fundamental para a concretização da preservação destes lugares de memória e dos patrimônios.

POLÍTICA PATRIMONIAL E O DESAFIO DA PRESERVAÇÃO

Por muitos anos a referência de legislação Patrimonial foi a legislação Francesa, em função de sua clareza e racionalidade. Mas ao longo dos anos, foram surgindo novas discussões a respeito da necessidade de aprofundar no conhecimento acerca da manutenção e restauro de monumentos (NAME e ZAMBUZZI, 2019). No Brasil, foi por meio da assinatura do decreto lei nº25 de novembro de 1937 que o Presidente do Brasil Getúlio Vargas organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. O decreto define o patrimônio histórico e artístico nacional como:

Constitui-se patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937; ART.1º).

Esta definição não atribui responsabilidades acerca do processo de manutenção e preservação do patrimônio cultural e artístico. Essa responsabilidade aparece na Constituição Brasileira. Para ela cabe à União, Estados, Distrito Federal, Municípios e a comunidade proteger os documentos, paisagens naturais notáveis e sítios arqueológicos, ou seja, cabe ao poder público e à comunidade, promover ações de defesa e valorização do patrimônio Brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamentos e desapropriação, e outras formas de acautelamento e preservação dos bens (BRASIL, 1988).

As legislações constituem um importante passo no processo de patrimonialização, ou seja, de preservação do patrimônio brasileiro. No entanto, esse processo ainda não é abrangente em relação ao tipo de bem tombado e em relação a representação desse bem. Isso porque, para Santos (2014), o patrimônio histórico são bens que evidenciam a cultura de um povo e que revelam sua história e está o representa.

Mas infelizmente, nem sempre os patrimônios contam a história de todos os

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo N°: 2021.2101.0375



povos. Pois de acordo com a palestra ministrada por Marins, (2010) os tombamentos em São Paulo privilegiavam a preservação do patrimônio edificado urbano, enquanto as edificações rurais receberam pouca atenção, gerando não só uma recusa à materialidade, mas também a experiência social do campo. E quando os edifícios rurais eram preservados, continuavam a privilegiar as elites. Isso porque, segundo Nascimento (2013) o que se valoriza nestes tombamentos são as histórias vitoriosas, ligadas ao poder, ou seja, são as fazendas em que viviam os nobres rurais, enquanto as capelas, senzalas, terreiros, casa de colonos foram esquecidas.

Conforme Marins (2016), existe um movimento em busca dessa diversidade, uma vez que os novos tombamentos de bens privilegiam diferentes grupos étnicos que não a elite branca. Mas mesmo com novos tombamentos, o legado colonial permanece marcante nos tombamentos brasileiros. Um fator importante nesse processo de ampliação dos bens tombados e sua representatividade é a assinatura do decreto 3551/2000 de 04 de agosto de 2000 que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e criou o programa nacional do patrimônio imaterial. Constituem-se como bens imateriais os modos, os rituais e festas, a religiosidade e entretenimento, e outras práticas sociais como as feiras, santuários e praças que concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (BRASIL, 2000).

Esse decreto fortaleceu o movimento de ampliação dos bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que é o órgão responsável pelos tombamentos, registros e fiscalização dos bens. Cabe a este órgão zelar pela gestão do patrimônio cultural brasileiro e dos bens reconhecidos como patrimônio da humanidade. Além disso, tem o papel de atuar junto aos governos Estaduais em três eixos: Coordenação, regulação e fomento (IPHAN, c2014). Em Minas Gerais esse papel é do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - IEPHA – MG, ou seja, cabe ao instituto pesquisar, proteger e promover os bens culturais (material e imaterial) de Minas Gerais em parceria com os órgãos Municipais e Federais (IEPHA, 2016). Cabe ao instituto realizar obras de restauração de bens culturais e implementar ações de cooperação municipal por meio do ICMS Patrimônio Cultural, e produzir inventários, dossiês de registro e tombamento, além de ações de salvaguarda do patrimônio de Minas Gerais (IEPHA, 2016).

Para Farias (2015) *apud* Gregory (2016) a preservação do patrimônio cultural vai além de ações de conservação e restauração de um bem. Para Gregory (2016) a

preservação da estrutura material dos edifícios não garante sua preservação, é preciso transformar esse bem em algo útil para o poder público. Em muitos casos, após o tombamento, o bem material ou imaterial deixa de ter acompanhamento pelos órgãos públicos, o que Souza (2016), denomina de contraditório, pois o patrimônio é tombado ou registrado, mas não se tem os recursos para possíveis restauros ou manutenção por parte do poder público. Nesse sentido, surge o setor privado enquanto fonte de recurso para a preservação e valorização de patrimônios, fato esse observado por Nascimento, (2013) em seu artigo sobre patrimônio rural, em que o setor privado por meio de uma associação de fazendas históricas paulistas elaborou um site para divulgar as fazendas e promover o turismo histórico.

A preservação de um patrimônio é de responsabilidade do poder público e da sociedade. No Brasil, as ações de preservação dos bens passam pelo inventário, registros e tombamentos (BRASIL, 1988). No entanto, percebe-se que não basta um bem material ou imaterial ser considerado um patrimônio para que o mesmo seja preservado, conforme observado no estudo desenvolvido por Morelato (2011) sobre a preservação do sítio histórico de Santa Leopoldina, em que o mesmo está resguardado juridicamente por meio do tombamento, mas que isso de fato, não estava garantindo a sua preservação. Nesse estudo, percebeu-se que mesmo os imóveis em que os donos manifestaram interesse em cuidar, realizar a manutenção nos imóveis, a escassez de recursos financeiros era um impedimento.

Os estudos destes autores nos alertam para questões que vão além da proteção de um patrimônio enquanto tombado, uma vez que se observa que apenas o tombamento não garante a preservação destes bens, seja por falta de recursos para a conservação ou restauração, seja por falta de utilidade do mesmo, perdendo assim o significado para o poder público ou para a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessa breve explanação, percebemos que apesar da evolução das políticas públicas que envolvem o processo de patrimonialização, existe um longo caminho para que a preservação dos patrimônios culturais e da memória de um povo sejam uma realidade. Estes desafios englobam o aumento da participação da comunidade nos processos de patrimonialização de forma que estes possam se sentir representados por esse bem; envolve recursos financeiros para restauração e manutenção destes patrimônios; envolve a ressignificação da utilidade desse

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo N°: 2021.2101.0375



patrimônio e conseqüentemente a preservação desse bem e da memória de um povo. Considerando que a responsabilidade da preservação patrimonial é uma função do poder público e da sociedade e tendo o patrimônio e memória como uma construção social, acreditamos que se o povo participar do processo de patrimonialização, será construído novas memórias e patrimônios e com isso, estes patrimônios irão cada dia mais representar de fato o povo do país e fará sentido a sua preservação, a sua manutenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Lei do Patrimônio Cultural**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_Lei_n_25_de_30_de_novembro_de_1937_pdf.pdf. Acesso em: 29 de out. 2021.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível EM: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 de out. 2021

BRASIL, **Decreto Nº 3.551 de 04 de agosto de 2000**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=3551&ano=2000&ato=c86UTRE1_kM_NpWT739. Acesso em 03 de nov. 2021.

CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção do imaginário nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, no. 23, p. 94-115, 1994.

CASTRO, J. F. M. Aspectos históricos, culturais e geográficos do município de Guaraciaba, Minas Gerais. In: **I ENCONTRO DE PESQUISADORES DA HISTÓRIA DA ZONA DA MATA**

MINEIRA, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: http://www1.pucminas.br/imagedb/mestrado_doutorado/publicacoes/PUA_ARQ_ARQU_I2014050_811_5410.pdf. Acesso em: 30 de out. 2021.

CHOAY F. **A alegoria do patrimônio**. Capítulo IV: a Consagração do Monumento Histórico. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

APOIO:

FAMINAS

Santa Marcelina
 INHOLANDIA

UFV

toledo
 INTERIORES

FUNDARTE

MURIAÉ

REALIZAÇÃO:

coletivo
 CONSULTORIA

PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
 FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
 Protocolo Nº: 2021.2101.0375



MINAS
 GERAIS

GOVERNO
 DIFERENTE.
 ESTADO
 EFICIENTE.

CHUVA, M. Por uma história do patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 34, 2012, p. 147-165.

GREGORY, J. L. **O Processo de patrimonialização dos monumentos históricos: a casa domorro de cruzeiro do sul/RS**. Disponível em:

<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/1553/1/2016JuliaLeiteGregory.pdf>.

Acesso em: 01 de nov. 2021.

GUIMARÃES, Sabrina Pierre Almeida. **Discussões patrimoniais: a construção do Colégio de Viçosa como patrimônio**. 2017. 99 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2017. Disponível em:

<https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/22052/1/texto%20completo.pdf>

Acesso em: 07 de abril 2022.

GUARACIABA, 2018. Prefeitura Municipal de Guaraciaba. Disponível em: <https://www.guaraciaba.mg.gov.br/portal/historia.php>. Acesso em: 29 de out. 2021.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico. Patrimônio Cultural. c2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em: 31 de out. 2021.

INSTITUTO Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de MG. **Relação de bens protegidos pelos Municípios**, pela União e pelo Estado até o ano de 2019/exercício 2021. Disponível em:

http://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS/2020_tabela_LISTA_BENS_PROTEGIDOS_atualiza

[C3%A7%C3%A3o_at%C3%A9_exerc%C3%ADcio_2021_SITE.pdf](http://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS/2020_tabela_LISTA_BENS_PROTEGIDOS_atualiza/C3%A7%C3%A3o_at%C3%A9_exerc%C3%ADcio_2021_SITE.pdf). Acesso em: 29 de out. 2021.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico de MG. IEPHA, 2016. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/institucional/o-iepha#hist%C3%B3ria>. Acesso em 01 de nov. 2021.

LOWENTHAL, D.. Como Conhecemos o Passado. **Projeto História**, São Paulo, no. 17, nov. 1998. pp. 63-201.

MARINS, P. C. G.. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 29, p. 9-28, 2016.

MARINS, Paulo César Garcez. 2 **Seminário de Patrimônio Agroindustrial - Lugares de memória**. Departamento de Arquitetura e Urbanismo / Escola de Engenharia de São Carlos / Universidade de São Paulo (conferencista). Trajetórias de preservação do patrimônio rural paulista: entre ação governamental e práticas sociais. 2010. (Seminário). Disponível em:

<https://www.iau.usp.br/sspa/arquivos/palestras/Paulo_Cesar_Garcez_Marins.pdf >

Acesso em 23 de abril de 2022.

MARTINS, Sara Daniela Teixeira - **A memória de um lugar: discursos e práticas identitárias na freguesia do Castelo em Lisboa** [Em linha]. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2011. Dissertação de Mestrado. [Consult. Dia Mês Ano] Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10400.5/3674>](http://hdl.handle.net/10400.5/3674). Acesso em 07 de abril de 2022.

MÁXIMO, B. P. As raízes colonialistas do projeto de patrimônio mundial de Mbanza Kongo. Cadernos de Campo: **Revista de Ciências Sociais**, v. 23, p. 169-202, 2018.

MORELATO, A.S. A preservação do sítio Histórico de Santa Leopoldina como suporte de memória da Cultura da imigração. IN: **5 Seminário Internacional em Memória e Patrimônio**, 2011, Pelotas. Memória e Esquecimento. Pelotas: Ed. da UFPel, 2011. V.1. p.95-101. Disponível em: <<http://www2.ufpel.edu.br/ich/simp/5/v02-01/arquivos/anais-simp-5.pdf>> Acesso em: 25 abril 2022.

NAME, L. e ZAMBUZZI, M. Notas inconclusivas sobre raça, arquitetura e colonialidade do patrimônio material e imaterial. Epistemologias do Sul: Pensamento Social e Político em/desde/para América Latina, Caribe, África e Ásia. **Dossiê: Giro decolonial, Parte 1**: Artes visuais, arquiteturas e alteridades. Volume 3, número 1, 2019, p.118-140.

NASCIMENTO, R. M. **O Patrimônio rural no Oeste Paulista: O tombamento da Fazenda Santa Sofia, 1989 - 1992**. CULTURA HISTÓRICA & PATRIMÔNIO, v.1 N.2 P.

APOIO:

FAMINAS

Santa Marcelina
Município

UFV

toledo
INTERIORES

FUNDARTE

MURIAÉ

REALIZAÇÃO:

coletivo
CONSULTORIA

PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo N°: 2021.2101.0375

MINAS GERAIS
GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

30-44, 2013. Disponível em: <https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/cultura_historica_patrimonio/article/view/02_art_v1n2> Acesso em: 25 de abril 2022.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. **Projeto História**, São Paulo(10), dez. p. 7-28, 1993.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas para educação, ciência e cultura (UNESCO). **The criteria for selection**. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/criteria/>. Acesso em: 18 de abril de 2022

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.200 a 212. Disponível em: <http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%20.pdf>. Acesso em: 29 de out. 2021.

RODRIGUES, Donizete. **Patrimônio cultural, memória social e identidade**: uma abordagem antropológica. Revista Ubimuseum, v. 1, p. 45-52, 2012. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/6572917-Patrimonio-cultural-memoria-social-e-identidade-uma-abordagem-antropologica.html>> Acesso em: 07 de maio de 2022.

ROCHA, T. S.F. **Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio**: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. In: ANPUH, 2012. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/24/1340766055_ARQUIVO_Artigo-Anpuh.pdf> Acesso em 07 de maio de 2022.

SANTOS, J. L. A. **Casa da Fazenda Iolanda**: da Patrimonialização ao abandono. In: CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA. 4., 2014. Aracaju. *Anais*. 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.se.anpuh.org/resources/anais/37/1424131356_ARQUIVO_JosineIdeLucianoAlmeidaSantos.pdf. Acesso em: 01 de nov. 2021.

Silva Junior, J. E. da, & Oliveira, A. L. T. de (2018). Patrimônio Cultural, Identidade e Memória Social: suas interfaces com a sociedade. *Ciência Da Informação Em Revista*, 5(1), 3–10. <https://doi.org/10.28998/cirev.2018v5n1a> > Acessado em: 07 de maio de 2022.

SMITH, Laurajane. Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio, **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 21, n. 2, p. 140-154, 2021.

SOUZA, N. O. Sobre Memória E História: D. Joaquina Do Pompéu Entre o Passado e o Presente – POMPÉU/MG (1990-2015). 2016. 170f. Dissertação. Programa de Pós Graduação do Programa de Pós Graduação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG.2016.

TANNO, J. L. A democratização dos bens patrimoniais: o direito à cidadania cultural. Patrimônio e Memória. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.1, 2006 p. 224. Disponível em: [file:///home/usuario/Downloads/166-815-1-PB%20\(1\).pdf](file:///home/usuario/Downloads/166-815-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 01 de nov. 2021.

TROUILLOT, M. Prefácio; O poder na estória. In: Silenciando o passado: poder e a produção da história; tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016.

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo Nº: 2021.2101.0375



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

A MEMÓRIA DOS GALPÕES: O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E A MEMÓRIA OPERÁRIA EM UBÁ (1980-2020)

BOVOLENTO, EMILIANO ALVES

Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História
E-mail: emiliano.bovolento@ufv.br

RESUMO

A atividade humana bem como todas suas atividades acessórias ocupam lugar no espaço. Embora essas atividades tenham objetivos diversos e os recursos sejam desigualmente distribuídos, o estudo da diferenciação e inter-relação de áreas em um universo delimitado é objeto fundamental de investigação para compreensão da história das cidades, formação dos cidadãos e o reconhecimento de sua memória. Sendo assim, este artigo visa a apresentar os primeiros passos e resultados até então obtidos e analisados, referentes à pesquisa em andamento, no Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa. O objetivo do trabalho é analisar como o desenvolvimento da indústria moveleira transformou a paisagem cultural de Ubá, uma cidade em uma região tradicionalmente rural, suas identidades e memórias. Através do procedimento metodológico, que irá realizar-se por meio de pesquisa exploratória, descritiva e explicativa buscamos entender como o processo histórico de formação do polo moveleiro e o fato de sua produção espacial apresentar características distintas de outros polos, impactaram na constituição de uma paisagem urbana específica, rica e complexa, onde os diferentes grupos sociais contribuem e são influenciados. Viabilizada pela existência de fontes primárias organizadas no Arquivo Histórico e Cultural de Ubá, a pesquisa documental conta com jornais que abarcam todo o período, acervo fotográfico e atas da Câmara Municipal que, investigados permitem alcançar a percepção das hipóteses levantadas. Em outra instância, este estudo tem se debruçado sobre o patrimônio industrial, sua relevância na constituição dessa paisagem urbana específica e procura identificar à elementos materiais e imateriais relacionados ao patrimônio industrial no município. A natureza singular dessa tipologia de patrimônio, incluindo sua dimensão imaterial e com foco mais nos processos sociais do que apenas em seus suportes materiais, soma-se também à busca por um papel mais ativo do patrimônio no desenvolvimento das sociedades e à sua dimensão arquitetural garantindo sua função social e os valores que nele se consubstanciam, em um contexto de especulação financeira do espaço urbano. O recorte temporal destacado, (1980-2020), coincide com o período de consolidação da atividade industrial na cidade e a formação de um arranjo produtivo local reconhecido como fundamental ao desenvolvimento econômico regional e de relevância nacional. Ao mesmo tempo, percebe-se que foi durante este espaço cronológico, que o município apresentou transformações significativas que deverão ser explicitadas nos próximos passos da pesquisa.

Palavras-chave: Patrimônio industrial; memória operária; história das cidades; paisagem urbana; arquitetura industrial.

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo N°: 2021.2101.0375



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

1. Apresentação

A história das sociedades humanas e toda sua relação e interdependência com o meio são preocupações constantes que mobilizam grande esforço científico para sua interpretação e entendimento, dentro das especificidades locais. A diferenciação entre as áreas, a desigualdade na distribuição dos recursos e a disputa pelo poder nesses espaços delimitados, trazem a necessidade de um enfoque interdisciplinar e teórico-metodológico capaz de identificar as memórias do passado de sujeitos e agentes, vozes atuantes de uma “História”.

Sendo assim, este artigo visa a apresentar os primeiros passos e resultados até então obtidos e analisados, referentes à pesquisa em andamento, no Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa. O projeto de pesquisa apresentado ao programa do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa, tem como título: Entre Morros e Galpões: Paisagem Urbana Industrial e Memória Operária em Ubá/MG (1980/2020). O objetivo do trabalho é analisar como o desenvolvimento da indústria moveleira transformou a paisagem cultural de Ubá, em uma região tradicionalmente rural, suas identidades e memórias. Através do procedimento metodológico, que se realiza por meio de pesquisa exploratória, descritiva e explicativa que busca entender como o processo histórico de formação do polo moveleiro e o fato de sua produção espacial apresentar características distintas a de outros polos, impactaram na constituição de uma paisagem urbana específica, rica e complexa, onde os diferentes grupos sociais atuam e são sujeitos envolvidos neste processo.

Como objeto do estudo, o município de Ubá., localizado na microrregião central da Zona da Mata, teve a base de sua economia na produção agrícola desde o seu surgimento. E como outras microrregiões matenses, teve o café como principal produto. Diferentemente das demais microrregiões, ao longo do século XIX, a porção central da Zona da Mata passou por uma significativa transformação em sua estrutura fundiária. E em Ubá, o parcelamento e concentração de solo nesta se tornou uma característica do município. Segundo Carrara, a par da expansão agrária nesta área, ocorria uma incipiente industrialização e um processo de urbanização que se presencia em Ubá até fins dos Oitocentos. Diante a crise da economia cafeeira na

década de 1920 e suas consequências, a produção do fumo ganhou destaque a partir deste período e tornou-se a atividade predominante em Ubá. Por volta da década de 1950, o fumo de Ubá começa a perder status de principal produto da região. Este fato explica-se pela qualidade particular do produto nesta região, que não atendia às necessidades da crescente indústria tabagista nacional.

Com o declínio da produção de fumo, Ubá passou por um período de estagnação econômica, assim como todo o conjunto da Zona da Mata. A partir do momento que o “complexo agroexportador” da Zona da Mata entra em crise, a economia desta região jamais conseguiu recuperar sua representatividade dentro do Estado, apresentando-se como uma das regiões mais pobres de Minas Gerais e com um dos menores índices de crescimento econômico e de desigualdade social. Mas, diferentemente dos demais municípios, Ubá apresenta uma nova e particular alternativa de desenvolvimento através de sua especialização na produção de móveis. Esta alternativa *sui generis* apresentada por Ubá foi responsável pela formação de um dos mais importantes pólos de produção moveleira em nosso país.

A indústria moveleira internacional é constituída por um contingente numeroso de empresas, em sua maioria pequenas e médias, consideradas especializadas. O setor é intensivo em trabalho e tem importância significativa na absorção de mão de obra. Mundialmente, esta atividade industrial possui fatores de competitividade, como elevado grau de especialização, tecnologias de produção, matérias-primas inovadoras, estratégias de design, comércio e distribuição.

No Brasil, a produção moveleira assemelha-se ao setor internacional e a maioria das empresas é de origem familiar, constituídas por capital nacional. A produção brasileira está distribuída por todo o território, sendo sua maior concentração no eixo centro-sul do país, principalmente nos polos regionais da grande São Paulo, Votuporanga(SP), Mirassol(SP), Bento Gonçalves(RS), São Bento do Sul(SC), Araponga(PR), Linhares (ES) e Ubá(MG). Em 2020 o setor, a nível nacional, contava com aproximadamente 18,5 mil empresas e correspondia à sexta posição no ranking mundial de produtores.

Dentro do Estado, em termos de números de estabelecimentos, a indústria moveleira se concentra nos municípios de Belo Horizonte, Divinópolis e Ubá. A microrregião moveleira de Ubá destaca-se em primeiro lugar no número de fábricas de

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo N°: 2021.2101.0375



móveis em madeira, além de possuir a maior fábrica de móveis em aço do país. Em Minas, Ubá também desponta como a mais importante na geração de empregos na indústria de móveis e nas atividades diretamente relacionadas ao setor. Dados da Abimóvel de 2006 assinalam um conjunto de aproximadamente 300 indústrias de móveis, com predominância em móveis residenciais, sendo composto basicamente de micro, pequenas e médias empresas.

Indo de encontro ao tradicional discurso patrimonial, que no âmbito mineiro privilegia à ideia de valorização do barroco, de um passado colonial, ligado ao tradicional circuito das “cidades históricas”, nosso objeto de estudo e pesquisa é a cidade de Ubá. A Zona da Mata é uma região de ocupação mais recente em relação às cidades mais antigas de Minas Gerais, de modo que Ubá se localiza em uma microrregião que tradicionalmente nunca se enquadrou nos critérios exigidos pelos órgãos de patrimonialização federal e estadual de relevância histórica e cultural.

Pautados na criticidade fundamental a um estudo científico, devemos compreender que a visão de “cidade histórica” colocada tradicionalmente, já não atende às revisões teóricas pelas quais o estudo do patrimônio cultural vivencia nos últimos anos. É preciso tomar consciência de que toda cidade é histórica, construída por um processo histórico e da experiência dos indivíduos que nela se relacionam entre si e com o espaço.

2. Patrimônio Industrial

Nota-se que, nos processos de patrimonialização realizados pelo município, há uma predisposição às ações conservacionistas de bens diretamente relacionados aos poderes políticos e econômicos locais constituídos. É perceptível a ocultação de uma considerável parcela da população que não se vê e não se encontra representada.¹ Uma atenção maior ao patrimônio industrial, trazendo-o à luz das práticas patrimoniais ao lado dos bens tradicionalmente tombados, se coloca como fundamental para um novo enfoque do patrimônio cultural de forma mais abrangente e plural. Uma tendência historiográfica que tem suas raízes nos últimos anos do século XX e se fortalece nas primeiras décadas do século XXI.

¹ Vieira, Anderson Moreira. **Políticas públicas e patrimônio cultural em Ubá, Minas Gerais : usos de memória e processos de patrimonialização**. Viçosa, MG, 2017.p.143.

Quando nos deparamos com as políticas de preservação do patrimônio histórico e cultural nessa cidade, costata-se que na maioria dos casos optou-se por preservar patrimônios edificados. Esses, por sua vez, são como fragmentos de um passado que apaga à memória de significativa parcela da população local. Sobre esse distanciamento e essa invisibilidade dos trabalhadores na participação da construção desse passado, percebe-se, uma intencionalidade, como aponta Leonardo Civale:

Da mesma forma que a história positivista privilegia a versão dos vitoriosos ou a história das nações seleciona na memória as interpretações dos interesses nacionais, os objetos ou construções que são privilegiados são escolhidos por uma seleção prévia. Portanto, sendo a patrimonialização uma operação intelectual, mental e social, é evidente que suas escolhas, como um jogo de luzes e sombras, projetem um foco sobre aquilo que se quer que seja lembrado e aquilo que deve ser esquecido.²

Esse entendimento nos possibilita refletir sobre os bens que geralmente são preservados. Muitas vezes, esses bens são apenas apontados como representações de um passado desconexo, onde a memória de grande parte daquela sociedade é deixada de lado em detrimento de monumentos que não trazem nenhuma identificação.

De certo modo, é recente o interesse pelo estudo e preservação do patrimônio industrial. O debate sobre o tema remonta ao período pós Segunda Guerra Mundial, quando a Inglaterra teve grande parte de suas edificações industriais destruídas no conflito. A partir dos anos 1960 essa discussão se intensificou com a realização de diversos encontros onde o tema foi abordado. No Brasil, houve o primeiro tombamento de um bem vinculado a este conceito em 1964, com a Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, no município de Iperó. Foi na Inglaterra também que surgiu a expressão “arqueologia industrial”. Sobre o termo veja o que escreve Beatriz Mugayar Kühl:

A arqueologia industrial interessa a várias áreas do conhecimento, em especial às humanidades, estando ligada à antropologia, à sociologia e à história – social, do trabalho,

² CIVALE, Leonardo. **Sobre luzes e sombras: a revitalização da praça XV de novembro no centro histórico da cidade do rio de Janeiro e o papel da paisagem urbana como patrimônio cultural (1982-2012)**. Cadernos de Geografia, puc, v. 25, n. 44, 2015.p. 142.

econômica, das ciências, da técnica, da engenharia, da arte, da arquitetura, das cidades, etc.³

Com ênfase nos aspectos memoriais e simbólicos, devemos entender o patrimônio industrial como dotado de demandas que envolvem contribuições de diferentes campos do saber:

Ao patrimônio industrial estão associadas diversas questões como modos de organização da produção no espaço, transmissão dos saberes, condições de trabalho, manifestações culturais e também lutas e conquistas, como greves para reivindicar melhores condições de trabalho e de remuneração, a exemplo da primeira greve geral em São Paulo(...)⁴

A Carta de Nizhny Tagil, documento do TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage), de 2003, resume as definições feitas ao longo de várias décadas, e que buscam, de forma abrangente esclarecer o tema:

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.⁵

A natureza singular dessa tipologia de patrimônio, incluindo sua dimensão imaterial e com foco mais nos processos sociais do que apenas em seus suportes materiais, soma-se também a busca por um papel mais ativo do patrimônio no desenvolvimento das sociedades. Sempre relevante, a figura do trabalhador deve ser inserida nesse contexto investigativo e preservacionista. Essa concepção é explicitada por Cristina Meneguello:

A indelével associação entre os espaços de trabalho e as memórias dos trabalhadores incide também na dimensão

³KÜHL, Beatriz Mugayar. **Algumas questões relativas ao patrimônio Industrial e sua preservação.** São Paulo <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/algumas_questoes_relativas_ao_patrimonio.pdf> Acesso em: 25 Out. 2021

⁴ (KÜHL) op. cit.

⁵ Consulta no sítio do TICCIH (www.ticcih.org; acesso em 01/11/2021).

imaterial da experiência industrial (os saberes, as rotinas de trabalho, as práticas cotidianas). Essa dimensão do passado industrial, que inclui ex-trabalhadores, filhos ou netos de trabalhadores e a comunidade circundante, muita vezes entra em cena e possibilita a atuação organizada de grupos pela proteção de algum bem em específico trazendo, desse modo, o patrimônio industrial para a arena de debate político e civil.⁶

Em virtude do crescimento e buscando o fortalecimento deste campo de pesquisa, em 2004, organizou-se no Brasil uma representação do TICCIH⁷, a qual têm como principais objetivos o apoio a iniciativas de salvaguarda do patrimônio industrial, a oferta de assistência especializada, a reunião de pesquisadores da área e a sensibilização da opinião pública para o patrimônio industrial.⁸

Mediante análise dos tombamentos realizados pelo IPHAN a partir da década de 1980, mesmo sendo nítida a busca por uma preservação menos seletiva, assumindo-se para o patrimônio brasileiro diretrizes mais plurais como expressa a Constituição de 1988, não se verificam ações de reconhecimento e preservação de bens relativos à memória industrial como bairros operários ou paisagens industriais.⁹

O atraso e a morosidade dos órgãos responsáveis em promover políticas de patrimonização e preservação desse segmento, contribui para que se perca grande variedade de elementos que, de certo modo, com intervenções corretas e planejadas, trariam subsídios para compreensão da atividade industrial como um todo. Outra questão relevante relaciona-se à dimensão arquitetural do patrimônio industrial. Sobre o tema, Meneguello relata:

⁶ MENEGUELLO, Cristina. **Patrimônio Industrial como tema de pesquisa**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 1, Florianópolis, Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente, UDESC, ANPUH-SC, 2011. p. 1819

⁷ TICCIH-Brasil: Comitê Brasileiro para Conservação do Patrimônio Industrial.

⁸ ROSA, Carolina Lucena. **O patrimônio industrial: a construção de uma nova tipologia de patrimônio**. p.10 Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308189074_ARQUIVO_artigoANPUHCarolinaRosa.pdf> Acesso em: 01 novembro 2021

⁹ MARINS, Paulo César Garcez. **Novos Patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980**. Estudos Históricas, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 9-28, 2016

O desmantelamento de edifícios e galpões industriais, oficinas, matadouros, armazéns, linhas férreas e estações de trem, gasômetros, moinhos e fiações, seja pela falta de critérios de valorização por parte dos órgãos oficiais de preservação - que ainda relutam em conceder valores indiscutíveis a esse tipo de bem - seja pela força da especulação imobiliária que centra sua atenção nas rentáveis áreas hoje centrais que esses bens ocupam, fazem do patrimônio industrial um problema urbano em larga escala.¹⁰

Preservar garantindo a função social do patrimônio industrial, garantindo os valores que nele se consubstanciam, parece urgente em contextos de especulação financeira do espaço urbano.

3. Memória operária

O atraso e a morosidade dos órgãos responsáveis em promover políticas de patrimonização e preservação desse segmento, contribui para que se perca grande variedade de elementos que, de certo modo, com intervenções corretas e planejadas, trariam subsídios para compreensão da atividade industrial como um todo. Outra questão relevante relaciona-se à dimensão arquitetural do patrimônio industrial. Sobre o tema, Meneguello relata:

O desmantelamento de edifícios e galpões industriais, oficinas, matadouros, armazéns, linhas férreas e estações de trem, gasômetros, moinhos e fiações, seja pela falta de critérios de valorização por parte dos órgãos oficiais de preservação - que ainda relutam em conceder valores indiscutíveis a esse tipo de bem - seja pela força da especulação imobiliária que centra sua atenção nas rentáveis áreas hoje centrais que esses bens ocupam, fazem do patrimônio industrial um problema urbano em larga escala.¹¹

¹⁰ MENEGUELLO, Cristina. **Patrimônio Industrial como tema de pesquisa**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 1, Florianópolis, Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente, UDESC, ANPUH-SC, 2011

¹¹ MENEGUELLO, Cristina. **Patrimônio Industrial como tema de pesquisa**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 1, Florianópolis, Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente, UDESC, ANPUH-SC, 2011

Preservar garantindo a função social do patrimônio industrial, garantindo os valores que nele se consubstanciam, parece urgente em contextos de especulação financeira do espaço urbano.

Diante do exposto, emerge a necessidade de se estabelecer um diálogo entre o patrimônio industrial/cultural, e as memórias e identidades individuais e coletivas que, de forma complexa e intencional se ocultam diante de toda problemática epistemológica relativa ao estudo patrimonial. As reminiscências agem, formam individualmente e de maneira coletiva uma memória que, se compõe no espaço. Surge o que Pierre Nora denomina como lugar de memória:

Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração.¹²

De concreto, percebe-se a necessidade de trazeremos à tona memórias que se encontram ofuscadas. De maneira coercitiva, estas memórias foram assim deixadas para que se vejam diminuídas. É perceptível que existe um discurso dominante que se utiliza de uma perspectiva histórica dita “oficial”, fundamentada na recordação dos feitos e realizações dos chamados “grandes homens”. Essa visão limitada e elitista da construção histórica vem sendo combatida por uma nova interpretação que privilegia novos atores e enfatiza uma memória verdadeiramente pública e plural. Reconhecer a representação e a importância dos trabalhadores ubaenses na história da cidade, sua memória e identidade nesse espaço, converge ao que Sandra Pelegrini nomeou de “lutas pela retomada de laços de pertencimento e de redes de relações perdidas ao longo da existência de grupos minoritários”.¹³ É esse reconhecimento histórico e nas práticas patrimoniais que se faz imprescindível e que dará direção ao trabalho proposto. Ainda sobre essa relevância, Pelegrini explica:

A problemática da materialização das memórias individuais e coletivas retrata e sustenta a necessidade de novos rumos no

¹² 2 NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. São Paulo: **Projeto História** – PUC, 1993, p.21.

¹³ PELEGRINI, Sandra C.A. **O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas**. Revista patrimônio e memória, Unesp, v. 3, n. 1, 2007. p. 97

campo do patrimônio cultural e evidencia inquietações em torno da temática das políticas culturais e identitárias. A orientação teórica interdisciplinar que tem norteado a compreensão dos modos de viver e as sociabilidades humanas pauta-se pelo reconhecimento de representações simbólicas plurais e de bens culturais múltiplos, eleitos como signos das memórias, das histórias e das identidades dos mais variados grupos sociais.¹⁴

Segundo Michel-Rolph Truillot, a história é produzida em um contexto sócio-histórico específico, onde atores históricos também são narradores e vice-versa. Assim, ele posiciona os indivíduos nesse processo social da seguinte forma:

A história, como processo social, envolve pessoas em três posições distintas: 1) como agentes ou ocupantes de posições estruturais; 2) como atores, em constante contato com o contexto; e 3) como sujeitos, ou seja, como vozes conscientes de sua vocalidade. Exemplos clássicos daquilo que chamo de agentes são os estratos e agrupamentos aos quais pertencem as pessoas, tais como classe e status, ou os papéis com eles associados. Trabalhadores, escravos, mães são agentes.¹⁵

Como agentes, como sujeitos de uma sociedade historicamente construída em um determinado espaço. É sobre esse viés que se pretende estabelecer as bases para realização do trabalho apresentado. Um reconhecimento dos agentes envolvidos, através de sua memória. Uma discussão sobre um patrimônio que tem sua relevância histórica e valor social. E uma análise, multidisciplinar, da constituição de uma paisagem urbana específica, lugar de vida e prática da cidadania.

4. Conclusão

Essa cidadania a ser praticada é complexa. Exige uma busca constante, é local de chegada de um caminho que em seu percurso retrocessos são mais comuns que avanços consideráveis. Em seu livro, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, José

¹⁴ Id. Ibid.p.98.

¹⁵ TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História**. Curitiba: Huya,2016,

Murilo de Carvalho define que a cidadania plena seria obtida a partir da conquista dos direitos civis, direitos políticos e direitos sociais.¹⁶

Nossas leituras, exposições, discussões e reflexões nos fazem querer ir além. Não é só isso, é mais. É começar a agir na busca da consolidação de uma nova realidade, contribuir, minimamente que seja, para que se inicie uma transformação verdadeira. Repensar nosso papel na sociedade, nossa relação com o mundo como um todo. Enxergar com urgência a dicotomia entre desenvolvimento e vida. Um estudo empírico, ao partir do entendimento de um desenvolvimento industrial, dentro de um município, cria em escala menor a compreensão do mal que a mentalidade produtiva e capitalista impacta sobre os recursos naturais.

Nesse sentido, encaminha-se para a percepção da presença marcante da desigualdade territorialidade do poder nas memórias e identidades operárias que se expressa tanto na paisagem urbana quanto nas memórias produzidas pelos trabalhadores. Por outro lado, analisamos o protagonismo dos trabalhadores na produção da paisagem urbana, suas experiências, modos de vida e/ou saberes constituídos no cotidiano dos bairros e das fábricas. Assim, pretende-se dar centralidade à relação tempo e espaço das vidas operárias, contribuindo para a valorização destes agentes históricos sob a paisagem local.

Como aponta Besse, parafraseando John Brinckerhoff, as paisagens política e vernacular coexistem e se superpõem, às vezes nos mesmos locais, representando dois aspectos da mesma paisagem: a paisagem política que se define como fruto das decisões do poder, que se inscrevem no espaço do ordenamento e do controle; e a paisagem vernacular que se inscreve no universo da paisagem habitada, dos costumes e práticas vividas naquele espaço, fruto da espontaneidade e da criatividade, da adaptação humana e que resiste e coexiste com a paisagem política.

¹⁶ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**, o longo caminho Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Portanto, compreende-se que os habitantes da cidade também interferem na paisagem urbana e as hipóteses serão norteadas por esse pressuposto.¹⁷

Essa caminhada ainda continua e a maneira como caminhamos é fundamental. Reconhecer o papel relevante dos trabalhadores em todos os níveis ajuda na consolidação de novos passos nesse caminho. Assim sendo, esperamos que a valorização e o reconhecimento da memória dos trabalhadores ubaenses na história da cidade, possa nas devidas proporções, ser um catalisador dessa mudança. Um instrumento, dentro de suas limitações, que permita enfrentar a alienação massiva. Uma lente que se coloque diante dos olhos daqueles que hoje se recusam a enxergar o verdadeiro valor daqueles que fazem a história do município.

5. Referências Bibliográficas

BESSE, Jean-Marc. **O Gosto do Mundo: Exercícios de paisagem. As cinco portas da paisagem – ensaio de uma cartografia das problemáticas paisagísticas contemporâneas.** Tradução de Annie Cambe, - Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014. p.11-66.

CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo; ocupação do solo e transformação do trabalho na zona da Mata central de Minas Gerais** (séculos XVIII e XIX). Ouro Preto: Editora da UFOP, 1999, p.86

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil, o longo caminho** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CIVALE, Leonardo. **Sobre luzes e sombras: a revitalização da praça XV de novembro no centro histórico da cidade do rio de Janeiro e o papel da paisagem urbana como patrimônio cultural (1982-2012).** Cadernos de Geografia, puc, v. 25, n. 44, 2015

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Algumas questões relativas ao patrimônio Industrial e sua preservação.** São Paulo <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/algumas_questoes_relativas_ao_patrimonio.pdf> Acesso em: 25 Out. 2021

MARINS, Paulo César Garcez. **Novos Patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 9-28, 2016

¹⁷BESSE, Jean-Marc. As cinco portas da paisagem – ensaio de uma cartografia das problemáticas paisagísticas contemporâneas. In: **O Gosto do Mundo: Exercícios de paisagem.** Tradução de Annie Cambe, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p. 103-140.

MENEGUELLO, Cristina. **Patrimônio Industrial como tema de pesquisa**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 1, Florianópolis, Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente, UDESC, ANPUH-SC, 2011.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-64.

MORAIS, Raul de. **Ubá Imperial – subsídios para a História**. Editora Gráfica Gonçalves Ltda, Academia Ubaense de Letras. Ubá-MG: 1988. p. 152

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. **Projeto História**, São Paulo (10), dez. p. 7-28, 1993.

PELEGRINI, Sandra C.A. **O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas**. Revista patrimônio e memória, Unesp, v. 3, n. 1, 2007. p. 97

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO SETORIAL INDÚSTRIA MOVELEIRA - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI e o Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Volume I, 2008, p. 19

ROSA, Carolina Lucena. **O patrimônio industrial: a construção de uma nova tipologia de patrimônio**. p.10 Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH

• São Paulo, julho 2011. Disponível em:

<<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/>

14/1308189074_ARQUIVO_artigoANPUHCarolinaRosa.pdf> Acesso em: 01 novembro 2021

TROUILLOT, Michel-Rolph. Prefácio; O poder na história. In: **Silenciando o passado: poder e a produção da história**; tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016.

VIEIRA, Anderson Moreira. **Políticas públicas e patrimônio cultural em Ubá, Minas Gerais : usos de memória e processos de patrimonialização**. Viçosa, MG, 2017.p.143.

EIXO 4: DISPUTAS DISCURSIVAS, REGULAÇÃO URBANA E PATRIMÔNIO

HISTÓRICO, MATERIALIDADE E VALORES DA GRANJA DOM DELFIM, ANTIGA FEBEM-MG: compreendendo o palimpsesto cultural ante a confusão e o esquecimento

FREITAS, EVERTON R. (1) OLENDER, MONICA C. H. L.(2)

1. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Grupo de Educação Tutorial (GET) Arquitetura e Urbanismo, Laboratório da Paisagem (LAPASA – UFJF).
Travessa Simeão Feres, 71 – Barra – Muriaé – MG – 36884-064.
everton.freitas@arquitetura.uff.br
2. Universidade Federal de Juiz de Fora. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Departamento de Projeto, História e Teoria da Arquitetura e do Urbanismo (DPHT).
Rua José Lourenço Kelmer, s/n - Campus da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - São Pedro, Juiz de Fora - MG, 36036-900.
monica.olender@uff.br

RESUMO

O tema abordado neste trabalho é o bem de interesse cultural – inventariado pelo município de Muriaé-MG – “Granja Dom Delfim”, com foco em seu edifício principal. O objetivo deste trabalho é a investigação acerca de seus valores com base em seu histórico e permanências em sua materialidade, bem como no levantamento de diretrizes para sua preservação. Ao longo de sua vida, atravessou períodos históricos como a Ditadura Militar (1964-1985), quando era denominada Federação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM) e teve seu uso alterado conforme recorrentes mudanças de subordinação – gestão religiosa, estadual, federal e municipal, respectivamente. Em virtude de ter abrigado menores em situação de cárcere, carrega consigo memórias de dor.

As fontes que foram abordadas vão desde referências bibliográficas e fotografias, em experiências pelas quais teve-se o vislumbre de valores e históricos que constituem a sociedade, desde a população muriaeense em suas tradições e costumes, até a nação brasileira em suas políticas e ideologias. Foram realizadas análises de seu histórico, seu estado de conservação e tipologia edilícia e tendências paisagísticas e urbanísticas de transformação. Ao final, traça-se um panorama de valores relativos ao bem e conclui-se junto a justificativas sobre a necessidade de abertura de processo de tombamento como meio de salvaguardá-lo legalmente.

Palavras-chave: Bem cultural, patrimônio da dor, valor, FEBEM-MG.

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo N°: 2021.2101.0375



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Introdução

O Centro Educacional Dom Delfim está situado na rua Itagiba de Oliveira, s/n, cidade de Muriaé-MG, e é um bem patrimonial com interesse de preservação, de acordo com seu Inventário de Proteção do Acervo Cultural (IPAC) – instrumento regulamentado pela Lei Municipal 4.491 (MURIAÉ, 2013) – intitulado “Granja Dom Delfim” (FUNDARTE, 2021). Em sua vida, abrigou diversas funções em prol da formação de crianças e adolescentes. Possui importância para a sociedade em escalas de bairro (da Barra), de município, estado e nação, como se verá.

Trata-se de um exemplar arquitetônico ímpar e digno de salvaguarda por sua grande extensão e capacidade de atender a usos diversos, além de sua presença em momentos da história municipal, estadual e brasileira que influenciaram diretamente sua materialidade. Merece especial atenção o fato de ter sido *lar* de centenas de crianças e jovens que lá foram formados. Distanciados da família biológica, teceram laços entre si, tendo o edifício como *habitação*. Há relatos de que estes antigos habitantes o visitam constantemente, utilizando-o como lugar de memória.

É considerado bem de interesse cultural pela sua pré-existência e presença em relação à expansão da cidade sobre seu território ao longo das décadas do século XX. A edificação é resultado de esforços de importantes agentes da comunidade e da sociedade brasileira, cujo histórico de uso e ocupação diverso é motivo de sentimentos e afetividades despertados na população.

Ainda que seja abordado apenas o edifício como bem cultural no inventário municipal, o mesmo era a sede de uma granja, num terreno que passa a abarcar diversos equipamentos urbanos. É notável a modificação da paisagem imediatamente ao seu redor, alterando seu aspecto de arquitetura rural para uma inserção urbana, conforme a expansão da cidade sobre seu antigo território. O sítio que contém o Centro Educacional Dom Delfim é de propriedade do Estado de Minas Gerais, da mesma forma que as construções nele implantadas, e está sob uso da Prefeitura Municipal, em suas diversas instituições. A Figura 1 caracteriza a inserção do edifício em seu entorno.

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo N°: 2021.2101.0375



GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.



Figura 5: Esquema gráfico da antiga Granja Dom Delfim

Fonte: Everton R. Freitas (2022)

Há que se observar a coexistência entre o edifício em questão e a remodelação do tecido urbano por parte das políticas públicas. Ao seu redor existe uma considerável massa arbórea, o nascimento de cursos d'água e fauna abundante. A alteração da paisagem urbana transitando da ruralidade para a urbanidade nesta que pode ser considerada uma área de “Interesse Cultural e Ambiental” apresenta-se como risco ao patrimônio e à paisagem.

APOIO:

FAMINAS

Santa Marcelina
 INICIATIVA

UFV

toledo
 INTERIORES

FUNDARTE

MURIAÉ

REALIZAÇÃO:

coletivo
 CONSULTORIA

PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
 FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
 Protocolo N°: 2021.2101.0375

MINAS GERAIS
 GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

No desenvolvimento deste trabalho, foram utilizados dados elencados no referido inventário (FUNDARTE, 2021), da mesma forma que pesquisa em jornais de época e fotografias disponibilizados pelo Memorial Municipal, bem como visitas e levantamentos com o objetivo de resgatar fatos e acontecimentos históricos concernentes ao bem. É parte da monografia escrita para a disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso I” (PHT001), do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Além disso, considerando que os bens patrimoniais são dotados de valores atribuídos pelas comunidades e populações que o vivenciam – valores cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos (MENEZES, 2005) –, serão elencados atributos relativos ao edifício em sua materialidade e memórias que testemunha a fim de destacar a sua importância para a sociedade e a necessidade de sua preservação através de outros instrumentos legais, frente ameaças à sua integridade

Patronato, Granja-Escola, “internato prisão”, edifício multifuncional

Sua ocupação na maior parte de sua existência foi voltada para a assistência e institucionalização de crianças e adolescentes. Contudo, o que se observa é uma variação dos poderes e entidades que estiveram à frente de sua administração, fazendo com que aspectos de seu serviço ou mesmo características de sua materialidade fossem transitórias ou mutáveis. Estas últimas se constituem em camadas evidentes de testemunho histórico intrínsecas ao bem patrimonial – palimpsesto cultural, ou seja, esta coexistência de elementos de vários tempos diferentes no presente – que fazem com que a memória dos acontecimentos que tiveram lugar ali permaneça e resista, através da preservação e conservação do edifício.

Dessa forma, para uma melhor investigação e compreensão dos valores e das possíveis transformações pelas quais passou a Granja Dom Delfim, o histórico da edificação foi estruturado em ciclos de ocupação, conforme a Tabela 1:

APOIO:

FAMINAS

Santa Marcelina
INICIATIVA

UFV

toledo
INTERIORES

FUNDARTE



MURIAÉ
DE NEOS DADOS COM VOZ

REALIZAÇÃO:

coletivo
CONSULTORIA

PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo N°: 2021.2101.0375



MINAS
GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Tabela 1: Ciclos de Ocupação na Granja Dom Delfim

Ciclo de Ocupação	Início	Término
Primeiro Ciclo	Década de 1940	1956
Segundo Ciclo	1956	Fins da década de 1960
Terceiro Ciclo	Fins da Década de 1960	1992
Quarto Ciclo	1992	Década de 2010
Quinto Ciclo	Década de 2010	Atualmente

O primeiro ciclo de ocupação corresponde à década de 1940 até 1956. Anterior à construção do edifício (na década de 1940), o lote abrigava a Chácara do italiano Januário Natal, sendo adquirida depois por Francisco Corveto Napoleão. Passou à propriedade da Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP) por meio da compra realizada por Rafael Barreto, associado ao grupo. Sua edificação se deu com o objetivo de abrigar uma Escola Profissional em anos posteriores (CINE JORNAL, 1947). As obras tiveram financiamento, também, dos Governos Estadual e Federal (JORNAL DE MURIAÉ, 1950).

O primeiro uso que viria abrigar seria o do Patronato Dom Delfim, que segundo o Jornal de Muriaé (1952):

É uma obra que mais eleva, no conceito dos católicos e da sociedade, a Fundação São Vicente de Paulo, em cujos estatutos, aprovados e registrados em 1945, está inscrito como seu objetivo “a pratica da caridade cristã dentro do espirito do Regulamento da Sociedade S. Vicente de Paulo”. Foi nesse ano que o vicentino Joaquim Ferreira Leite Junior, de saudosa memoria, coadjuvado por um grupo de homens de bôa vontade, deu inicio ao Patronato D. Delfim e ao Abrigo Ozanam, destinado a menores desamparados ou orfãos, e a mendigos, organizações essas que veem prestando inestimáveis serviços à nossa terra. (JORNAL DE MURIAÉ, 1952)

O nome atribuído ao patronato homenageia o primeiro bispo diocesano de Leopoldina (1943-1960), Dom Delfim Ribeiro Guedes (1908-1985). Permaneceu atuando na região entre 1943 e 1960, quando foi transferido para a Diocese de São João del Rei (CASTRO, GUERRA, 2019).

Ainda que a instituição viesse a funcionar no edifício naquele ano, ela já vinha prestando serviços à comunidade desde 1945. Tinha endereço ao lado da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, no Bairro da Barra, onde hoje funciona o Serviço de Acolhimento Institucional da Criança e Adolescente - Casa Lar. Neste ano

foi internada a primeira dezena de infantes. No ano seguinte, 44 meninos já recebiam assistência (CINE JORNAL, 1947).

Próximo a 1950, a edificação foi terminada e passou a abrigar o Patronato Dom Delfim. Com a inauguração, ofereceria assistência a 65 menores contando com ensino primário, educação religiosa e assistência médica. Foram contratadas duas professoras, cujos salários eram pagos pela instituição e pelo Governo Estadual. Além disso, recebia verba da receita municipal, mediante subvenções anuais aprovadas pela Câmara dos Vereadores (JORNAL DE MURIAÉ, 1950). Em matéria do Jornal de Muriaé (1952) é publicada a foto mais antiga da fachada principal do edifício do Patronato Dom Delfim (Figura 2):



Figura 6: “Fachada Principal do Patronato D. Delfim”, 1952.

Fonte: Jornal de Muriaé, 1952

No ano de 1955, a população muriaeense se preparava para a comemoração do centenário da cidade no ano seguinte. Visitaram-na, então, grandes nomes da política, dentre eles o Governador Clóvis Salgado, cuja finalidade principal era inaugurar a Granja-Escola (JORNAL DE MURIAÉ, 1955). A partir de então, a responsabilidade sobre os assistidos passaria ao Governo Estadual, mediante doação do Patronato ao mesmo (GAZETA MUNICIPAL, 1955).

APOIO:

FAMINAS

Santa Marcelina
 MURIAÉ

UFV

toledo
 INTERIORES

FUNDARTE

MURIAÉ
 DE MÃOS DADAS COM VÓS

REALIZAÇÃO:

coletivo
 CONSULTORIA

PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
 FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
 Protocolo N°: 2021.2101.0375

MINAS GERAIS
 GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

O segundo ciclo de ocupação se estendeu de 1956 até os fins da década de 1960, período no qual a instituição era mantida majoritariamente pelo Governo Estadual, e este designava seu diretor. O edifício abrigou, então, a Granja Escola Dom Delfim, o 4º Grupo Escolar de Muriaé (atualmente, Escola Estadual Mário Macedo) e a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM) – MG, quando já findava o ciclo.

No dia 25 de janeiro de 1956, estiveram presentes para a inauguração da Granja Escola Dom Delfim autoridades como o Secretário do Interior João Nogueira de Resende, o Chefe do Departamento de Justiça Hélio Dagoberto Jardim Linhares, o Deputado Pio Soares Canêdo, o Bispo de Leopoldina e Patrono da mesma Dom Delfim Ribeiro Guedes, o Juiz de Direito Jarbas de Carvalho Ladeira e o prefeito Antônio Canêdo – além do referido Governador (GAZETA MUNICIPAL, 1956).

Aquele ano foi de muitos acontecimentos e alterações na estrutura funcional do edifício para acomodar as instituições diversas. Em solenidade oficial no mês de junho, com a presença de autoridades municipais e representantes estaduais, foi inaugurado o 4º Grupo Escolar de Muriaé, que ainda existe com o nome de “Escola Estadual Professor Mário Macedo”, no mesmo terreno onde foi a Granja Dom Delfim. Foram realizadas obras na edificação para manter separadas as dependências utilizadas por internos e alunos.

Após meses de funcionamento, o jornal Flâmula exaltava a virtude da Granja Escola Dom Delfim, que naquele momento mantinha uma centena de jovens internados e dezenas de trabalhadores, declarando que:

Não restam dúvidas quanto à utilidade e ao benefício que veio trazer à coletividade muriaense a criação da Granja Escola D. Delfim, como entidade oficial de amparo à nossa infância desvalida. É uma organização que, de par com os cuidados materiais oferecidos aos meninos sem lar, também lhes proporciona o ensino primário e a orientação técnica, sem descuidar-se da parte moral, que amplamente assegura a direção do estabelecimento confiada ao Pe. Geraldo Zuim, um sacerdote jovem e entusiasta a que não faltam os zêlos do apostolado e a experiência adquirida no trabalho prestado, anos antes, no Colégio Leopoldinense.

Mantém a entidade, no momento, uma centena de rapazes internos, para cuja assistência se empregam 21 funcionários em diferentes encargos. Deixemos a considerar, de parte, os profissionais incumbidos do ensino técnico, cuja missão tende à formação de práticos nos misteres lavoureiros, de arte musical, alfaiates e sapateiros.

APOIO:

FAMINAS

Santa Marcelina
MURIAÉ

UFV

toledo
INTERIORES

FUNDARTE

MURIAÉ

REALIZAÇÃO:

coletivo
CONSULTORIA

PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo N°: 2021.2101.0375



MINAS
GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Restam, para a orientação cultural e espiritual, para manutenção da disciplina, para a formação cívica, 17 homens com seu tempo integral, de vez que se não incluem nesse número os empregados de cozinha e lavanderia, contratados por períodos determinados e para funções específicas.

Se considerarmos que as professoras mantidas nos Grupos Escolares têm normalmente a seu cuidado de 30 a 60 alunos cada uma, podemos julgar excessivo o quadro mantido pela entidade estadual. [...] (JORNAL FLÂMULA, 1957)

Os trabalhos de cuidados e profissionalização prosperavam ao ponto de o Secretário do Interior - Ribeiro Pena - declarar em festividades do dia da Independência, ocorridas no município, que a Granja Escola era considerada a melhor do Estado (GAZETA MUNICIPAL, 1957).

Contudo, em relação ao 4º Grupo Escolar, a imprensa declara a ausência de funcionários para a manutenção da escola, que fica à mercê da boa vontade da outra direção – da Granja Escola Dom Delfim (GAZETA DE MURIAÉ, 1957).

Em 1961, houve outra troca de direção: o diretor da Granja Escola de Alfenas, Luiz Perdigão, viria prestar serviço em Muriaé. A imprensa satirizaria a situação da instituição, que entrava em decadência pela assistência estadual que começava a faltar, junto à impermanência de gestores:

A GRANJA ESCOLA DOM DELFIM que todos os meses mandava caminhão a Belo Horizonte buscar suprimentos, nada recebe há vários meses e está se mantendo Deus sabe como! (GAZETA MUNICIPAL, 1961)

Em fins da década, são inauguradas obras no município como o calçamento da FEBEM Granja Escola – a primeira vez que as fontes consultadas se referem à instituição como “Federação Estadual do Bem-Estar do Menor” –, o *Stand* do Tiro de Guerra, o poço artesiano daquela Escola Estadual, dentre outras (O LÍDER, 1969).

No fim da década de 1960, as citações a respeito da Granja Dom Delfim, ou FEBEM - termo utilizado a partir de 1969, segundo referências consultadas -, se tornam muito escassas nos jornais. Nas décadas de 1970 e 1980 elas se tornam quase inexistentes, uma vez que se trata de período correspondente à Ditadura Militar (1964-1985) em que a liberdade de expressão é suprimida. Nos arquivos do Memorial Municipal de Muriaé não são encontradas tais fontes, além do Jornal “O Líder”, dos anos de 1971 e

1972. Dessa forma, considera-se que o terceiro ciclo se iniciou nos fins da década de 60 do século XX, tendo suas características permanecido até 1992.

Ainda que não seja possível constituir todo o histórico de ocupação através de registros jornalísticos, foi encontrado um trecho, datado de 1969, noticiando a realização de um convênio entre a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural com a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FNBE ou FUNABEM) para investimento na profissionalização da juventude para o trabalho rural (O LÍDER, 1969). Em 1972, o presidente da FUNABEM, Dr. Mário Antefelder, visita a cidade a fim de discutir sobre a ampliação da Granja Dom Delfim e sobre os serviços de assistência que já vinha e continuaria prestando (O LÍDER, 1972).

Conforme a Lei nº 4.513/1964 que, dentre suas atribuições, regulamentava a Política Nacional do Bem Estar do Menor (PNBEM),

Poderão as Comissões [Regionais], mediante prévia aprovação do Conselho Nacional, celebrar convênio com entidades públicas ou privadas para confiar-lhes tal atribuição, assegurada, em qualquer caso, prioridade ao atendimento de menores encaminhados pelo respectivo juizado. (BRASIL, 1964)

Dessa forma, foi firmado acordo para assistência da Granja Dom Delfim/FEBEM pelo Governo Federal através da FUNABEM, mas esta continuou sendo propriedade do Estado de Minas Gerais.

Rizzini (2004) relata que, até 1973, foram realizados muitos investimentos, desde obras em edifícios (cerca de 605 projetos) até treinamento de profissionais em 100 convênios realizados. O modelo de assistência predominante foi o de “internatos-prisão”, ainda que fosse defendida discursivamente a política de não-internação (ALTOÉ apud RIZZINI, 2004).

Sobre o referido período em que a instituição ficou à cargo da FUNABEM, a revista *Muriaé em Ação* relatou que:

Foram tempos de fatura e propriedade [até a década de 1960] que começou a decair com a transferência das Febem estaduais para a Funabem, na década de 60. É que o Estado começou a enviar menores infratores em quantidade, os recursos foram se escasseando e a sociedade muriaeense começou a se afastar. (MURIAÉ EM AÇÃO, 1992)

De fato, os indícios apontam para a maior lotação da instituição neste período, o que não foi acompanhado pelo aumento dos investimentos. Dessa forma, a estrutura física

ficou fadada ao abandono e à falta de manutenção, resultando na grande alteração paisagística que se observa ao comparar registros fotográficos anteriores e posteriores ao 3º Ciclo de ocupação.

O quarto ciclo de ocupação é marcado pela ação e gestão da Prefeitura de Muriaé, a partir de 1992 até a década de 2010, com trabalhos de requalificação da paisagem da Granja Dom Delfim, reestruturação de usos que lá funcionavam e trabalho de resgate da identidade da instituição anterior à gestão federal.

Na década de 1990, a instituição passa a ser gerida pela Prefeitura Municipal, que realizou uma reabilitação paisagística no terreno da granja e propôs alguns novos usos para atender aos habitantes da cidade de Muriaé. A revista de divulgação do poder executivo municipal, *Muriaé em Ação* (1990) noticiou tais transformações no espaço e na instituição, que contaria com novo quadro de monitores para atuação em oficinas e em “cursos pré-profissionalizantes” de horticultura, marcenaria, sapataria, serralheria e carpintaria.

A feira fazia parte de um esforço de fomento à interação entre os internos e a comunidade muriaeense, interação essa perdida nas décadas anteriores, além de se constituir como mais uma das práticas de profissionalização. A manchete de uma das páginas da revista *Muriaé em Ação* (1992), declara “Reforma geral ajuda a Febem a reaver seus tempos de glória”. Dessa forma, valoriza o período entre as décadas de 1940 e 1960 em detrimento das décadas de 1970 e 1980, numa tentativa de despertar a identidade da instituição através de uma memória selecionada.

O quinto ciclo de ocupação, da década de 2010 em diante, é marcado pela construção de novos edifícios no terreno da granja, como a Unidade de Pronto Atendimento - UPA (2011) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS-MG (2016); a praça Erasto Fernandes da Silva “Aderbal” (2020); além do parcelamento do solo que dará origem ao bairro São Vicente de Paulo (2019 em diante) e, de certa forma, ameaça à integridade física deste bem patrimonial.

Além da implantação destes equipamentos urbanos, o “Plano Diretor Participativo de Muriaé” (2019) mapeia o referido território nas imediações do Centro Educacional Dom Delfim definindo-o como uma “Área de Especial Interesse de Ocupação Prioritária e Adensamento Populacional (AIOA)”. Dessa forma, há a expectativa de que o processo de urbanização se intensifique. Dentre as principais transformações urbanísticas está

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo N°: 2021.2101.0375



a construção do loteamento São Vicente de Paulo (ver Figura 1), no morro posterior à edificação de interesse cultural.

Olhando de trás das grades: materialidade

O complexo do Centro Educacional Dom Delfim é composto por um edifício principal de 2 pavimentos e por 3 anexos (blocos A, B e C). Para maior entendimento da maneira com que a forma se articula foi representada esquematicamente sua volumetria via o *software SketchUp*, e destacados os seus respectivos blocos em fotografia, as quais são ilustradas na Figura 3, na página seguinte:



APOIO:

FAMINAS

Santa Marcelina
 FACULDADE

UFV
 Universidade Federal de Viçosa

toledo
 INTERIORES

FUNDARTE
 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

MURIAÉ
 PRESETERIO
 DE MEUS DIAS COM VOCE

REALIZAÇÃO:

coletivo
 CONSULTORIA

PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
 FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
 Protocolo N°: 2021.2101.0375

MINAS
 GERAIS GOVERNO
 DIFERENTE.
 ESTADO
 EFICIENTE.

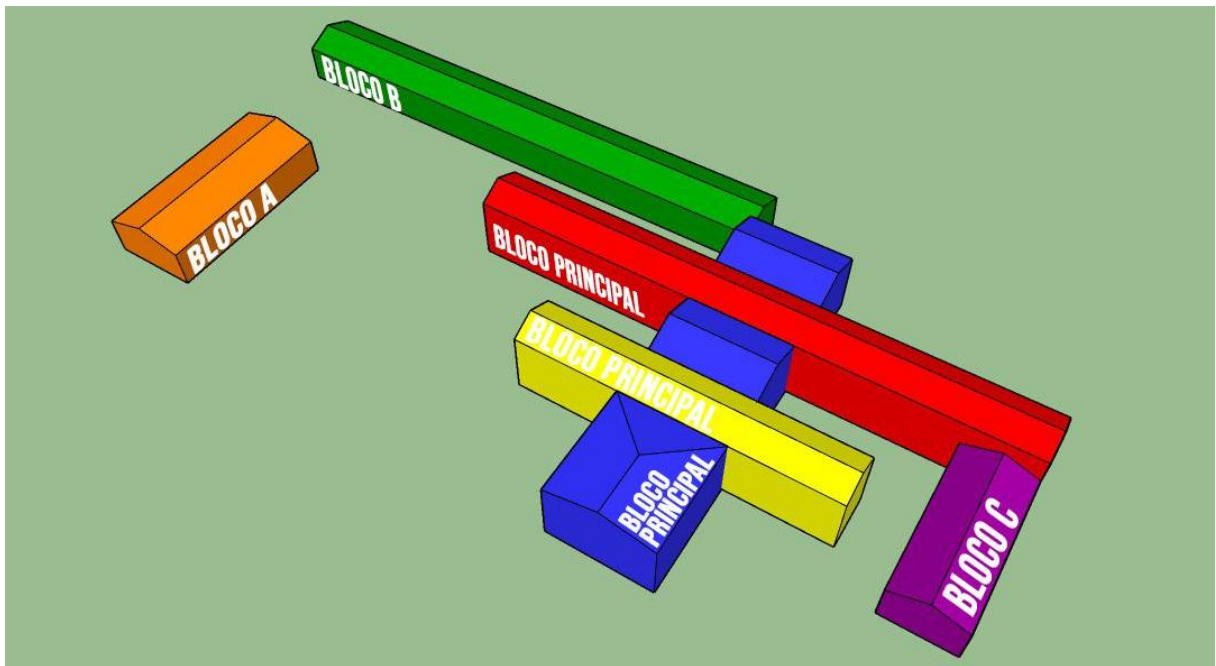


Figura 3: Diagramas volumétricos do Centro Educacional Dom Delfim, 1973 e 2022

Fonte: Adaptado de Memorial Municipal de Muriaé (1973), Everton R. Freitas (2022)

Partindo de 6 formas prismáticas, os blocos laranja (A), verde (B) e roxo (C) foram modelados em dimensões aproximadas dos edifícios anexos ao bloco principal, enquanto que este último foi decomposto em três outros blocos – azul, vermelho e amarelo – em dimensões aproximadas às presentes no edifício. A Tabela 2 explicita estas dimensões.

APOIO:

FAMINAS

Santa Marcelina
 MURIAÉ

UFV

toledo
 INTERIORES

FUNDARTE

MURIAÉ
 PRESETEREÇA

REALIZAÇÃO:

coletivo
 CONSULTORIA

PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
 FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
 Protocolo N°: 2021.2101.0375

MINAS GERAIS
 GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

Tabela 2: Dimensões dos Blocos que compõem o Complexo Dom Delfim.

Bloco	Cor	Largura	Altura	Comprim.	Área Edif.
A	Laranja	9,73 m	5,23 m	18,56 m	147,45 m ²
B	Verde	6,80 m	3,00 m	63,20 m	517,49 m ²
C	Roxo	12,20 m	5,34 m	30,35 m	246,79 m ²
Principal	Azul	12,75 m	9,00 m	48,45 m	2.285,95 m ²
	Vermelho	6,95 m	7,97 m	63,80 m	
	Amarelo	6,00 m	7,86 m	36,20 m	
TOTAL					3.197,68 m²

Os volumes correspondentes aos edifícios anexos ilustram a maneira com que os espaços exteriores também são limitados por seu formato e robustez, criando ambiências de grandes e médias extensões. Assim, as ambiências criadas nas proximidades da forma são capazes de possibilitar uma apropriação do espaço por parte do público, enquanto que ao redor do complexo (conjunto de volumes) a permanência ficava reservada apenas a atividades que aconteciam na granja. Na situação de decadência da mesma, o território ao redor ficava subutilizado.

Além disso, outros elementos estéticos significativos na composição da forma são as inclinações da cobertura, em 17 águas atualmente. No entanto, é notória algumas diferenças entre as representações, como a composição formal do telhado. Em virtude de reformas realizadas ao longo dos anos, em 1973 o telhado era composto de 22 águas, sendo remodelado em novo projeto *a posteriori*.

A edificação apresenta diversos danos em sua materialidade, sobretudo na parte posterior. Atualmente, suas fachadas estão sendo pintadas em virtude da presença de sujidades decorrentes da ação de fatores de degradação e perdas e complementos de seus revestimentos, além de exibirem elementos que provocam poluição visual, como instalações aparentes elétricas, hidráulicas e outras.

A estética da face central da fachada principal do Centro Educacional Dom Delfim foi projetada a partir da linguagem *Art Decó*. Possui características comuns a outros edifícios da cidade no mesmo estilo como, por exemplo, altos relevos com formas de ângulos retos – desde adornos até gravuras em ladrilhos hidráulicos - e esquadrias do tipo basculante.

Entre o Bloco Principal, o Bloco A e a vegetação que circunda o Complexo Dom Delfim, existe um oratório que está em processo de arruinamento. Nele, houve uma estátua que foi roubada em anos anteriores. Além disso, o curso de uma das nascentes passava por seu entorno formando um espelho d'água ao seu redor. O mesmo encontra-se coberto por entulho e material orgânico.

Do lado direito da face principal está um monumento à bandeira do Brasil, bem patrimonial imóvel. Conta com espelho d'água desativado e canteiro gramado, além de mastro para hastear a bandeira. Também é emoldurado por bancos ininterruptos numa escala adequada para crianças.

Quanto ao funcionamento da edificação, observa-se as qualidades de habitação coletiva, escola e internato em seu programa de necessidades. Ao longo do tempo passou por modificações diversas que visavam a adaptação de seu uso. Como mencionado anteriormente, sempre abrigou um conjunto de instituições ou um grande contingente de moradores assistidos. Dessa forma, passou por reformas com os objetivos de segregar as dependências ou conjugá-las para servir a um maior número de pessoas.

No entanto, não foi possível resgatar as diversas configurações funcionais do edifício conforme os ciclos de ocupação do mesmo pela ausência de dados que permitam uma aproximação mais fidedigna destas informações.

Assim, serão mostradas análises do estado atual da obra de arte, trazendo algumas percepções e afetações sobre características que foram transformadas ou perdidas na maneira de se habitar o Centro Educacional Dom Delfim. A Figura 4 mostra como é a divisão por setores nos pavimento térreo e primeiro pavimento de acordo com o uso previsto no projeto original da Granja-Escola.

APOIO:

FAMINAS

Santa Marcelina
FACULDADE

UFV
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

toledo
INTERIORES

FUNDARTE
FUNDO DE CULTURA DE SANTA MARCELINA

MURIAÉ
CASA DE CULTURA

REALIZAÇÃO:

coletivo
CONSULTORIA

PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo N°: 2021.2101.0375

MINAS GERAIS
GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

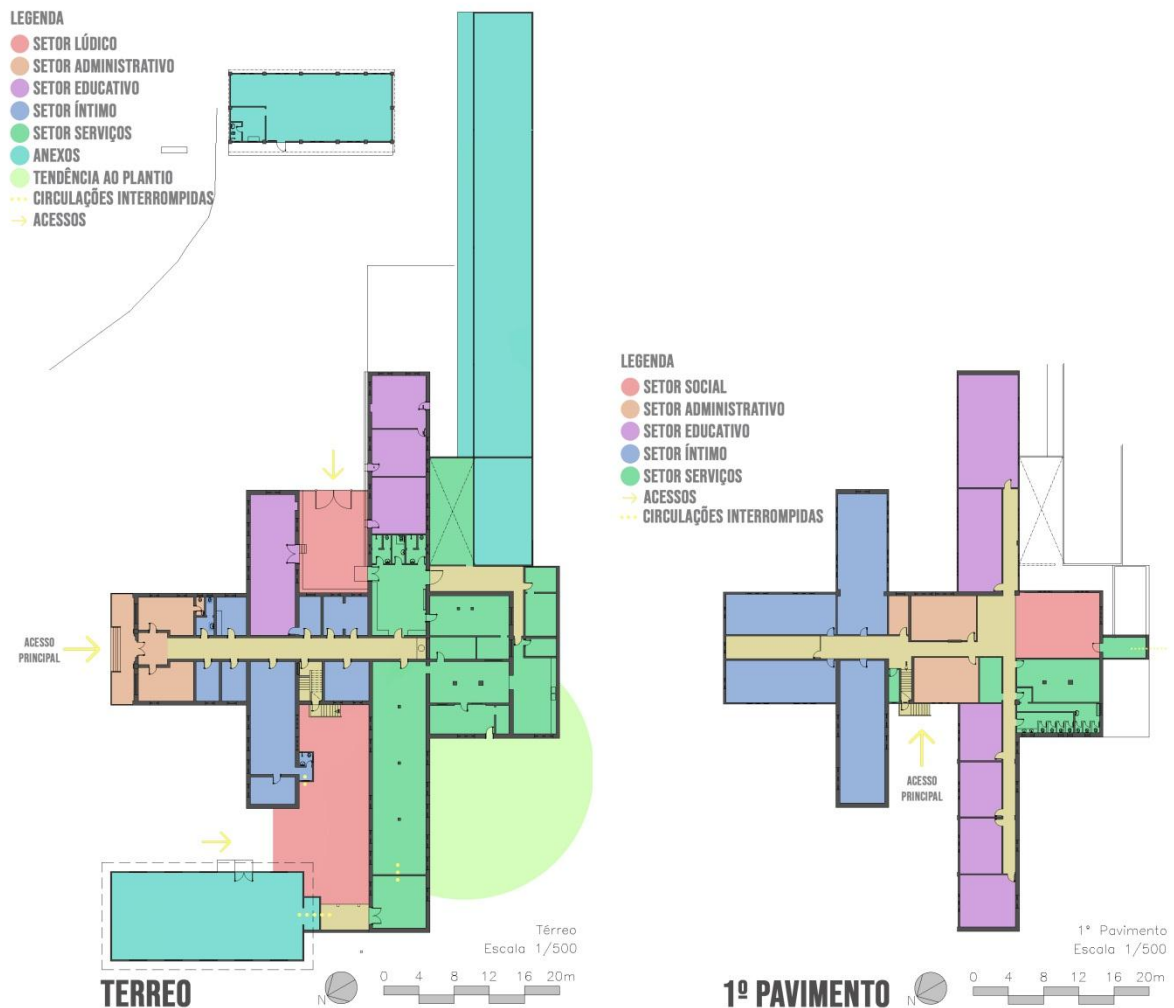


Figura 4: Setores do programa original (Granja-Escola).

Fonte: Acervo do autor (2022).

Trata-se de um esquema do funcionamento apresentado na tentativa de possibilitar o vislumbre das características do projeto original. Contudo, considerando alterações expressivas durante o quarto ciclo de ocupação, em virtude de uma ampliação do número de assistidos, assume-se que parte das salas que atendiam ao 4º Grupo Escolar tornaram-se dormitórios, constituindo um setor íntimo e descaracterizando o programa de necessidades convencional de uma arquitetura escolar, como aquele que configurava o pavimento.

É perceptível sua composição a partir de diversos setores. A tabela 3 realiza uma síntese a respeito dos mesmos caracterizando de quais acomodações eram compostos, possivelmente:

APOIO:

FAMINAS

Santa Marcelina
 PAULISTANA

UFV

toledo
 INTERIORES

FUNDARTE

MURIAÉ

REALIZAÇÃO:

coletivo
 CONSULTORIA

PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
 FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
 Protocolo N°: 2021.2101.0375

MINAS GERAIS
 GOVERNO
 DIFERENTE.
 ESTADO
 EFICIENTE.

Tabela 3: Caracterização de setores, usos e acomodações da edificação

SETOR	PAVIMENTO TÉRREO: Internato	PRIMEIRO PAVIMENTO: Escola
Administrativo	Recepção (controle de acesso e saída), escritório, acesso principal.	Salas e escritórios de funcionários.
Educativo	Oficinas de trabalho e aprendizado.	Salas de aula, oficinas de trabalho e aprendizagem; Quartos e dormitórios.
Íntimo	Quartos, dormitórios, banheiros, salas de atendimento.	
Serviços	Cozinhas, refeitórios, depósitos, lavanderias, horta, cela solitária.	Cozinha, depósito, lavanderia.
Lúdico	Pátios.	X
Social	X	Salão/refeitório.
Anexos	Desconhecido.	X
Uso atual	Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) – Barra, Gráfica Municipal, Núcleo de Assistência e Inclusão Social (NAIS), Universidade Aberta e Integrada (UAITEC) – MG.	Universidade Aberta e Integrada (UAITEC) – MG, Centro de Treinamento Profissional (CTP).

Quanto aos materiais e técnicas construtivas das quais foram utilizadas em sua edificação, destacam-se a alvenaria autoportante em adobe, telhas cerâmicas e pisos de ladrilho hidráulico.

Em reforma posterior, utilizou-se o sistema construtivo de lajes pré-moldadas acima do térreo e do primeiro pavimento, utilizando de vigotas e lajotas, bem como mistura de concreto.

Acredita-se que, por exemplares de época e de mesma linguagem arquitetônica, os pisos do primeiro pavimento foram construídos com tábuas de madeira e, posteriormente, substituídos por lajes pré-moldadas. Para que isso pudesse ocorrer, foram, ainda, realizadas obras para o reforço estrutural em sistema arquivado em concreto armado. São notáveis principalmente em áreas como o refeitório e o pátio interno, da mesma forma que em relevos nas fachadas.

Há uma diversidade nos pisos utilizados em toda a edificação, que variam em texturas e materiais entre ladrilhos hidráulicos, cerâmica, cimento queimado, cimento bruto, granilite e tacos de madeira e piso cimentado com camada pictórica.

A cobertura também teve sua vedação substituída por telhas de amianto e metálicas. Em um dos blocos (“B”, verde, de acordo com a Figura 3), o telhado foi retirado e os edifícios estão em processo de arruinamento.

Valores e reflexões acerca deste testemunho

O Centro Educacional Dom Delfim atravessa quase um século de existência. Como mencionado através da narrativa de seu histórico e de análises em sua tipologia edilícia, lá, muitos habitaram, muitos estudaram, muitos trabalharam. Muitos moldam e moldaram sua materialidade e a forma com que cumpre e cumpriria sua função social, de acordo com políticas e ideologias presentes em sua direção. Dessa forma, representa diversos valores para a sociedade, seja nas escalas do bairro, do município, do estado, ou mesmo da nação brasileira.

Outrossim, é necessário dizer sobre o período em que nele se sucedeu o cárcere de crianças e adolescentes, enquanto FEBEM. Quanto a isto, pode ser qualificado como “patrimônio marginal”, “da dor”, que nas palavras de Meneguelo (2020):

Os patrimônios difíceis – também conhecidos como patrimônios sombrios, marginais ou da dor – remetem a locais de intrincada fruição e estão associados ao sofrimento, à exceção, ao encarceramento, à segregação, à punição e à morte. [...]. Ligados às políticas de memória e às leis memoriais, tais patrimônios buscam evitar a ocultação dos fatos e a desacreditação das vítimas, esclarecendo as sociedades sobre seu passado recente. A memória da dor assume uma dimensão ampla de conhecimento, convidando à perplexidade e à possível empatia: a dor de um é a dor de todos. [...] cumprem uma função essencial da manutenção dos direitos humanos, permanecendo como uma herança incômoda do passado; dão voz a minorias perseguidas, evitando o apagamento de suas experiências; e redimensionam o próprio conceito de patrimônio como a preservação do belo e do bom.”

Como lar de centenas de pessoas e escola de milhares, o edifício é parte da experiência de vida de diversos membros da coletividade. Alguns o visitam entendendo-o como lugar de rememoração de acontecimentos da infância e da adolescência, acompanhados por familiares. Sua importância se constitui, também,

num valor afetivo para o grupo que o teve como habitação nos primeiros momentos da vida.

Há que se pensar que, tendo sido a primeira casa de muitos, ela se torna ponto de partida da história de toda uma descendência de pessoas, se constituindo como um referencial de memória familiar fundamental para alguns dos assistidos, seja no Patronato, na Granja-Escola ou na Fundação Estadual do Bem Estar do Menor.

Tendo como pano de fundo a materialidade e fluxos imateriais da Granja Dom Delfim (MENEZES, 2012), estes antigos habitantes foram capazes de construir identidades, as quais, o bem cultural foi, e é instrumento. Pollak (1989) aponta que:

A despeito de variações importantes, encontra-se um núcleo resistente, um fio condutor, uma espécie de *leit-motiv* em cada história de vida. Essas características de todas as histórias de vida sugerem que estas últimas devem ser consideradas como instrumento de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais. Por definição reconstrução *a posteriori*, a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência. (POLLAK, 1989)

Logo, considerando a identidade comum entre as pessoas, situá-la como parte da memória oficial através de instrumentos de salvaguarda do bem cultural (inventário e tombamento) é uma maneira de realização de reparação histórica, especialmente se tratando de um período histórico que atravessa a Ditadura Militar (1964-1985), do qual não se tem muitos registros. Além disso, há que se reconhecer que o testemunho oral das pessoas que lá estavam, assistidos e trabalhadores, durante o referido tempo pode ser testemunho sensível e eficaz – ainda que incômodo – como um meio de resgate e reconstituição desta memória coletiva que se refere ao edifício, aos muriaeenses, aos mineiros e aos brasileiros, a fim de evitar seu esquecimento e tê-la como referência ante o apagamento.

Ademais, nos espaços deste edifício, foram formados inúmeros profissionais que atuaram tanto na cidade onde se localiza, quanto em outras localidades pelo Brasil. São lavoureiros, músicos, alfaiates, horticultores, marceneiros, sapateiros, serralheiros, carpinteiros, datilógrafos, padeiros, operadores de máquinas gráficas, costureiras e cortadores, manicures e pedicures, barbeiros, eletricitas, técnicos em manutenção de máquinas, dentre outras categorias profissionais. Observa-se uma

gama de profissões que são base indispensável da economia, tanto de Muriaé, até brasileira, conforme a abrangência destes profissionais e produtos.

Dessa forma, considerando os instrumentos de proteção municipal, previstos na lei nº 4.491/2013 (MURIAÉ, 2013), é recomendável a abertura de um processo de tombamento da Granja Dom Delfim, para que sejam tomadas medidas legais para a preservação da memória à qual a materialidade do edifício dá testemunho, frente aos projetos de intervenção na paisagem que vêm acontecendo – mas que, de certa forma, também, se fazem necessários – e aos processos de degradação a que está sujeito.

A requalificação urbanística pela qual a paisagem está passando é um fator de risco para a integridade e salvaguarda do bem. Novos equipamentos urbanos estão sendo construídos, alterando a forma de ocupação em seu entorno imediato – antigo território da Granja-Escola –, da mesma forma que alterando toda uma dinâmica natural, como, por exemplo, aquela relacionada à drenagem pluvial.

Assim, a inscrição do bem patrimonial no livro do tomo mitigaria tamanhas transformações paisagísticas uma vez que:

“Art. 11. Todo o tombamento levará em conta o entorno, que deverá estar claramente delimitado, e a paisagem natural na qual o bem está inserido. [...]

Art. 23. As construções, demolições, paisagismo, no entorno ou paisagem do bem tombado deverão seguir as restrições impostas por ocasião do tombamento. Em caso de dúvida ou omissão deverá ser ouvido previamente o COMPAC [Conselho Municipal de Patrimônio Cultural]. [...]

Art. 26. O Poder Público Municipal poderá se manifestar quanto ao uso do bem tombado, de sua vizinhança e da paisagem, quando houver risco de dano, ainda que importe em cassação e alvarás.” (MURIAÉ, 2013)

Trata-se de um instrumento de proteção legal que protege o bem de interesse cultural atentando também para a paisagem imediatamente ao seu redor, uma vez que as dinâmicas físicas e sociais incidem diretamente sobre ele colocando sua conservação em risco.

De fato, danos e patologias colocam em risco a materialidade do edifício. Restituir o uso nas acomodações inutilizadas ou em processo de arruinamento também é de crucial importância para a sua conservação e, naturalmente, preservação.

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo N°: 2021.2101.0375



Contudo, antes que o bem seja de fato inscrito no livro do tomo, é preciso a abertura do processo de tombamento (MURIAÉ, 2013). Dentre as etapas do mesmo, está a elaboração de um dossiê contendo documentação técnica e administrativa, com descrições introdutórias, caracterização do bem – histórico, justificativas para proteção legal, descrição do edifício, levantamento fotográfico, perímetros de tombamento e entorno –, documentação cartográfica, diretrizes de preservação e respectiva ficha técnica (MINAS GERAIS, 2022).

O trabalho realizado concomitante a este, junto à disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso I” do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), é composto de uma série de estudos e pesquisas que contemplam alguns tópicos para tombamento do referido edifício, sendo de importância fundamental para a abertura do processo de tombamento da Granja Dom Delfim.

Portanto, diante das inúmeras problemáticas explicitadas, assume-se que a sua preservação legal potencializaria as memórias esquecidas por serem incômodas, permitiria a preservação dos testemunhos contidos em sua materialidade e reconheceria seus valores adquiridos de diversas vidas e experiências, que também podem ser resgatados através da história oral. Trata-se de um bem cultural que carrega consigo uma memória dolorosa, cuja preservação é para que se torne referência de atos que não devem se repetir.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 4.513/1964**, de 1º de Dezembro de 1964, Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporado o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, p. 11081. 1 dez., 1964. Seção 1. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4513-1-dezembro-1964-377645-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 10 de agosto de 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937, Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 30 nov., 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em 8 de outubro de 2022.

APOIO:

FAMINASSanta Marcelina
INSTITUIÇÃOUFVtoledo
INTERIORESFUNDARTE
FUNDO DE CULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAISMURIAÉ
DE BONS DIAS COM VOCE

REALIZAÇÃO:

coletivo
CONSULTORIA

PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo N°: 2021.2101.0375MINAS GERAIS
GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

CASTRO, I., GUERRA, B.. **Dom Delfim Ribeiro Guedes**. Museu Regional de São João del Rei, 2019. Disponível em: <<https://museuregionaldesaojoaodelrei.museus.gov.br/dom-delfim-ribeiro-guedes/>>. Acesso em 10 de agosto de 2022.

CINE JORNAL. Muriaé: 1947. Semanal.

FLÂMULA. Muriaé: 1957-1958. Mensal.

FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTES DE MURIAÉ (FUNDARTE). **Inventário de Proteção do Acervo Cultural: Granja Dom Delfim. Muriaé, 2021**. Disponível em: <<https://www.fundartemuriae.com.br/wp-content/uploads/2021/12/IPAC-Granja-Dom-Delfim-2021.pdf>>. Acesso em: 6 de março de 2022.

GAZETA DE MURIAÉ. Muriaé: 1940-1965. Semanal.

GAZETA MUNICIPAL. Muriaé: 1955-1963. Quinzenal.

MINAS GERAIS. **Portaria IEPHA nº 35**, de 23 de setembro de 2022, Estabelece procedimentos técnicos e metodológicos acerca do envio de documentação para fins de pontuação n programa ICMS Patrimônio Cultural, conforme previsto na Lei 18.030/2009, no que tange à competência do Instituto Estadual do Patimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG para p exercício 2024 e subsequentes. Belo Horizonte, MG. 23 set. 2022. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS/Legisla%C3%A7%C3%A3o/SEI_GOVMG_-_53559239_-_Portaria_35_2022.pdf>. Acesso em 8 de outubro de 2022.

JORNAL DE MURIAÉ. Muriaé: 1950-1955. Semanal.

MENEGUELLO, Cristina. **Patrimônios difíceis (sombrios)**. Dicionário Temático de Patrimônio. Campinas: Ed. da Unicamp, 2020.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas**. IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, v. 1, p. 25-39, 2009.

MURIAÉ. **Lei Complementar nº 5.915/ 2019**. "Institui o Plano Diretor Participativo de Muriaé e dá outras providências". Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/m/muriae/lei-ordinaria/2019/592/5915/lei-ordinaria>>

n-5915-2019-institui-o-plano-diretor-participativo-de-muriae-e-da-outras-providencias>. Acesso em 6 de março de 2022.

MURIAÉ. **Lei Ordinária nº 4.491/2013**. “Dispõe sobre a proteção, preservação e promoção do patrimônio Cultural no município de Muriaé-MG e revoga a lei municipal nº 3.834/2009”. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a1/mg/m/muriae/lei-ordinaria/2013/450/4491/lei-ordinaria-n-4491-2013-dispoe-sobre-a-protecao-preservacao-e-promocao-do-patrimonio-cultural-no-municipio-de-muriae-mg-e-revoga-a-lei-municipal-n-3834-2009?q=tombamentos>>. Acesso em: 20 de setembro de 2022.

MURIAÉ EM AÇÃO. **Muriaé: Informativo da Prefeitura**, 1990-1992. Anual. O LÍDER. Patrocínio do Muriaé: 1969-1973. Quinzenal.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Irene Rizzini, Irma Rizzini. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio. São Paulo: Loyola, 2004.

APOIO:

FAMINAS

Santa Marcelina
FUNDARTE

UFV

toledo
INTERIORES

FUNDARTE

MURIAÉ
DE BONS DIAS COM VÓS

REALIZAÇÃO:

coletivo
CONSULTORIA

PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo N°: 2021.2101.0375

MINAS GERAIS
GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

Agradecimentos

O 2º Fórum Regional de Patrimônio Cultural contou ainda em sua programação com as oficinas Caderno de Viagens, Fotografando com o celular e suas exposições que aconteceram no Centro Universitário Faminas e com a oficina Educação para o Patrimônio para educadores que aconteceu no Memorial Municipal.

Agradecemos de forma especial aos participantes, aos que apresentaram seus artigos, aos palestrantes e debatedores. Também agradecemos o apoio da Prefeitura Municipal de Muriaé por meio da Fundarte e de toda sua equipe, Faculdade Santa Marcelina, Centro Universitário Faminas, Universidade Federal de Viçosa e Toledo Interiores, sem eles não seria possível termos a mesma qualidade. Agradecemos também ao Governo de Minas Gerais por meio da SECULT e do Fundo Estadual de Cultura que viabilizaram recursos para realização deste fórum.

Até a próxima, nos vemos no 3º Fórum Regional de Patrimônio Cultural em 2024!

APOIO:

 FAMINAS

 Santa Marcelina
FACULDADE

 UFV
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

 toledo
INTERIORES

 FUNDARTE
FUNDO DE CULTURA PARA O MUNICÍPIO DE MURIAÉ

 MURIAÉ
CASA DE CRIANÇA

REALIZAÇÃO:

 coletivo
CONSULTORIA

PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo N°: 2021.2101.0375

 MINAS
GERAIS
GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

FÓRUM REGIONAL DE



Patrimônio Cultural

ISBN: 978-65-00-61672-9



APOIO:

FAMINAS

Santa Marcelina
FACULDADE

UFV
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

toledo
INTERIORES

FUNDARTE
FUNDO DE CULTURA DE SÃO PAULO

MURIAÉ
CASA DE CULTURA DE VIÇOSA

REALIZAÇÃO:

coletivo
CONSULTORIA

PATROCÍNIO:

Projeto realizado com recursos do
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA.
Protocolo N°: 2021.2101.0375



MINAS
GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.